

## ATA DEGRAVADA DA 166ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1  
2 Ao primeiro dia do mês de março de 2012, às nove horas, no plenário do Conselho  
3 Estadual da Assistência Social – CEAS realizou-se a centésima sexagésima sexta Plenária  
4 Ordinária do CEAS, coordenada pela vice - presidente Sra. Maria Juanita Godinho, onde  
5 estavam presentes os seguintes conselheiros titulares: Guilhermina Torga - SEF, José  
6 Fernando Millane – CMAS/Cataguases, Júlio Cesar Brum – IMSNS, Edir Petrucelli – SEE,  
7 Marcelo Armando Rodrigues – CRESS, Mauro Alves de Souza – ACONEQUISTAC,  
8 Cristiane Nazareth da Silva - ISJB, Ana Paula Simões Hilário – CMAS/BH, Fernando  
9 Henrique Guimarães – SEPLAG, Luiz George Marcelino da Trindade - CMAS/Lagoa  
10 Santa, Elizabeth E. Milwarde de A. Leitão - COGEMAS; conselheiros suplentes: Volney  
11 Lopes – PSIND, André Luis de Oliveira – CMAS/Ituiutaba, Cláudia Falabela – SEDESE,  
12 Gilvânia F. de Paula – SEDESE, M<sup>a</sup> de Fátima Bergamini – SIND-SAÚDE; os convidados:  
13 Paulo Cesar O. Ferreira/CMAS-Vespasiano, Marilza Castro de P./CMAS-Vespasiano,  
14 Edma Marinho/SEDESE, Fernando A. Coelho/PMMG-Vespasiano, Cláudia Cabral/MP,  
15 Vilson Luiz da Silva/FETAEMG, Mário Roberto Amaral/MDC, Francisco Cacio  
16 M./MNPR, Ami Ribeiro Amorim/Missão Ramacrisna, André Spering/MP; membros da  
17 Secretaria Executiva: Consolação Cifani da Conceição, Rosalice Tassar, Maria Luisa  
18 Carvalho, Elizabeth, Maria Paula, Luciana, Nilce Araújo. A vice - presidente inicia a  
19 plenária: O dia de hoje é o dia primeiro de março. Né? Nós temos justificativa de ausência  
20 Consolação? Na verdade nós estamos com uma situação que o presidente esta... Nós  
21 estamos sem contato com o presidente. O contato está sendo feito pela secretária dele. Me  
22 parece que ele está adoentado. Mas isto não está aqui neste Conselho ainda de uma forma  
23 institucional. Me parece que a previsão dele é de retornar no dia cinco. Não é isso  
24 Consola? Então inclusive nós estamos muito preocupados com esta falta de noticia do  
25 Geraldo. Que não atende telefone, não responde e-mail. E a gente sabe que isso não é do  
26 perfil dele. Então eu penso que, semana que vem, na reunião da mesa diretora, nós temos  
27 que tomar encaminhamento nesse sentido. Não é Consolação? Não é Marcelo. Não é  
28 senhor conselheiro? Sem institucionalizar essa ausência do presidente. Apesar de nenhum  
29 trabalho do CEAS está sendo prejudicado ou parado. Porque nós estamos. Eu assumi  
30 diretamente por este mês. A Consolação tem ido na cidade administrativa diariamente e eu  
31 vindo aqui. Então, nenhum trabalho foi paralisado nesse sentido. Mas é necessário que a  
32 partir da semana que vem, se ele não voltar nesse Conselho, a gente tem que tomar uma  
33 decisão no sentido de institucionalizar essa ausência dele, que vai passar de trinta dias.  
34 Bom, os demais conselheiros não justificaram a ausência. Eu gostaria que todos  
35 conhecessem aí em mãos a pauta. Há é verdade. A nossa subsecretária está em reunião em  
36 Brasília, na CIT. Ela retorna hoje à noite. Então a justificativa da ausência dela. Eu  
37 gostaria de ver se alguém tem inclusão de pauta, ou alteração de pauta. Eu gostaria de  
38 sugerir uma alteração. Inclusão não. É verdade. Nós temos a posse da nova Conselheira  
39 Governamental, Claudia Falabella, que assim que ela chegar ela vai tomar posse. OK.  
40 Algum conselheiro gostaria de incluir alguma pauta? Informes? Volney. Eu também tenho  
41 informe. Marcelo? Eu tenho dois. Mais alguém? Não? Bom, então aguardando a Claudia  
42 chegar. A Claudia Falabella para tomar posse neste Conselho. Eu gostaria de solicitar a  
43 alteração. Passar o ponto E acima do ponto B. Pra gente fazer a discussão aqui, do ponto  
44 A, B, C e D pra plenária. Até com receio da gente não ter mais a participação de vários.  
45 Pode ser? Porque o ponto E, como ele é mais tranquilo, a gente subir ele, antes dos  
46 informes e depois a gente fecha. Os informes não, a apresentação das comissões. Bom a  
47 nossa nova Conselheira Claudia Falabella chegou. Eu estou dando posse a você como  
48 Conselheira Governamental, Claudia. Na verdade a Claudia vai assumir o lugar que até  
49 então era da Edma. Como a Edma já contribuiu um período grande neste Conselho. Ela  
50 está sendo substituída pela Claudia. Não que ela vai abandonar este Conselho. Porque esse

51 Conselho, o fortalecimento dele perpassa pela diretoria, de gestão do SUAS. Então em  
52 nome do Conselho Estadual Edma, a gente agradece o período que você foi conselheira  
53 aqui. Pela contribuição que você teve com esse Conselho, há muitos anos. Mas a gente  
54 sabe que você vai continuar participando, de todas as nossas comissões em plenárias,  
55 porque diz afeto a sua diretoria. Não é isso? E a Claudia vai vim porque nunca foi  
56 conselheira, é diretora do FEAS. É uma diretoria nova que a SEDESE está com ela desde  
57 o ano passado. Foi alterado o nosso organograma de acordo com a lei delegada 179. Nós  
58 conseguimos incluir na nova estrutura da Subsecretaria de Assistência, uma diretoria de  
59 gestão do FEAS. Considerando a importância e a relevância do financiamento do SUAS.  
60 Então a nossa subsecretária achou prudente, a Claudia hoje ser conselheira. Já foi feito o  
61 ofício pra cá. E hoje você será empossada Claudia. Seja muito bem vinda. Que você  
62 contribua com este Conselho a partir de agora. Parabéns. Pra saída da Edma e pra entrada  
63 da Cláudia. Arrasou em meninos. **Não identificado:** Era um pedido nosso. **Vice-**  
64 **presidente Juanita:** Isso foi o Conselho que mandou providenciar. Bom. É.  
65 Coincidência. Informes. Volney. **Conselheiro Volney:** Eu quero comunicar para este  
66 Conselho, que foi instituído uma frente nacional de entidades pela cidadania, dignidade e  
67 direitos humanos na política nacional sobre drogas. E a frente nacional, ela é composta da  
68 sua mesa, pelo Conselho Federal de Psicologia, Pastoral Nacional da População de Rua,  
69 Conselho Federal de Serviço Social, Movimento Nacional de População de Rua e  
70 Coletivos – DAR. E ontem, aqui em Belo Horizonte, nós também instituímos na frente  
71 nacional, a nível estadual, o qual o Conselho Regional de Assistência Social faz parte da  
72 mesa. O serviço social faz parte. E essa frente, ela tem os seus princípios, que eu vou estar  
73 deixando depois, disponibilizado para vocês aqui. Ta. E aproveitando também, eu deixei  
74 com o Ângelo, ta. Um material, que é um relatório da quarta inspeção nacional de direitos  
75 humanos. Locais de internação para usuários de drogas. Ta. O material é este aqui, ta.  
76 Então está disponível para todos vocês. Caso né, só pedir pro Ângelo copiar, ta. E também  
77 eu queria trazer para todos vocês, a nossa revista sobre álcool e outras drogas. Ta. Mas  
78 infelizmente a demanda, ela foi muito grande, mas muito grande mesmo, ta. Então, ou eu  
79 deixo essa aqui na biblioteca, ou vocês xerocam, ta. Porque foi muito demandada em nível  
80 de Brasil. Ta. Então eu convido vocês depois, pra conhecer um pouco mais, dessa  
81 proposta da frente. Tá bom? **Vice-presidente Juanita:** Muito bacana, né Volney? Porque  
82 essa situação das drogas, não só no estado, mas no país. E em Minas, a gente tem visto,  
83 inclusive no Fantástico, domingo passado. Deu essa situação que em Minas, ta nos  
84 municípios pequenos do Jequitinhonha, a situação está ficando muito difícil. O poder  
85 público, não está vendo saídas para estas situações. E a gente vendo, principalmente,  
86 criança e adolescente chegando numa situação de muita dificuldade, vulnerabilidade e  
87 risco. Isso realmente é muito preocupante. Então esses dois materiais vão para a biblioteca  
88 do CEAS. Eu vou passar para todo mundo conhecer. Se alguém tiver interesse, né. Bom,  
89 eu gostaria de fazer dois informes. O primeiro é que eu tive no município de Congonhas,  
90 dia primeiro de fevereiro, representando esse CEAS, num processo de apuração de  
91 denúncia, que chegou a este Conselho. Foi deliberado pela comissão de política. Em apoio  
92 ao Conselho. A denúncia, ela foi verificada a sua procedência. E um dos  
93 encaminhamentos foi uma reunião nossa com o Conselho Municipal e com a comunidade  
94 local. No sentido de: mostrar a veracidade da situação de fragilidade que se encontrava  
95 aquele Conselho. E ainda orientar o conselheiro, a secretaria executiva. De que forma que  
96 o Conselho tinha que ser fortalecido e empoderado pra fazer um trabalho, conforme ele  
97 tenha a sua função na legislação da assistência social. Então nós tivemos. Eu encaminhei  
98 para o e-mail do CEAS, o relato dessa reunião. Nós tivemos participação de vários  
99 membros conselheiros. Secretária Executiva. O nosso Conselheiro Marcelo Armando, ele  
100 é conselheiro municipal no município. Nós tivemos presença de alguns vereadores,

101 presidente da câmara. Que essa situação já tinha chegado no legislativo local. Então nós  
102 fizemos uma reunião muito interessante. Mostramos pro conselho municipal todas as  
103 fragilidades do conselho. E fizemos a proposta de estabelecer um termo de ajuste, ne  
104 Marcelo? Para fortalecer o conselho, em cima de todas as fragilidades que foram  
105 identificadas. Então o conselho prontamente, ele atendeu, ele acatou fazer esse termo de  
106 ajuste. Então eu encaminhei pro e-mail, até por esquecimento meu, eu não mandei com  
107 antecedência pro CEAS. Ontem que eu estava olhando umas pendências lá no meu  
108 caderno, vi que isso tinha ficado pra trás. Então eu encaminhei ontem à tarde pro CEAS,  
109 com as sugestões do termo de ajustamento entre o CEAS e o Conselho Municipal de  
110 Assistência. Tão logo a secretaria executiva proceda. Eu mandei uma sugestão de  
111 instrumento. E aí esse CEAS aqui vai analisar e vai ver de que forma pode contribuir com  
112 a minha sugestão, pra estabelecer o acordo com o conselho municipal no sentido de  
113 fortalecer. Eu saí daqui. Isso já foi falado por mim na mesa diretora. Onde eu expus. O  
114 Marcelo estava ausente. Eu expus essa situação na mesa diretora. É uma situação  
115 extremamente grave. A situação do conselho municipal de Congonhas. Mas não é  
116 diferente de outros conselhos que a gente vai. Então assim, sempre que eu vou fazer essa  
117 visita in-loco, que eu vou identificar essas fragilidades, eu venho do interior mais, mais  
118 preocupada e com mais ância de melhorar o nosso trabalho. Porque não adianta a gente ir  
119 a ferro e fogo. É um processo, é por meio de orientação, é por meio. É assim, dando um  
120 passo e retrocedendo dois. Então a gente tem que ter muito cuidado, inclusive nas tomadas  
121 de decisões que a gente toma com os conselhos municipais. Que eles não estão  
122 estruturados, na lógica que esse CEAS está estruturado. Para fazer o controle social do  
123 município. Não está. Não adianta a gente achar que é só culpa da gestão, que é só culpa,  
124 ne. Na verdade é todo um conjunto de situações que dificulta a consolidação do sistema. É  
125 claro que a gente não pode desanimar. Mas eu vim de lá assim. Ou seja, foi uma denúncia  
126 feita pelo próprio conselheiro municipal, que participa do conselho e vivenciou todas  
127 essas situações de irregularidade. Tentou por ele sozinho, fazer algumas propostas de  
128 intervenção. Mas não foi possível avançar. Nós vamos fazer também uma tentativa.  
129 Conforme eu falei lá na reunião. Nós vamos fazer uma tentativa. Porém a gente sabe que  
130 esse ano é um ano atípico também, que é um ano eleitoral. No âmbito do município. E  
131 infelizmente esse tipo de intervenção chega no controle social. Porque essa discussão já  
132 foi inclusive ponto de pauta lá do legislativo local. Não é isso Marcelo? E a gente viu isso  
133 realmente com a presença dos vereadores que estavam lá. Então assim, total  
134 desconhecimento dos conselheiros. Né. O quê que o conselho tem que fazer o quê que ele  
135 tem que fiscalizar o quê que ele tem que acompanhar. Ou seja, ele sabe por que ele ouve  
136 falar. Mas ele não consegue estratificar das falas, o quê que é necessário fazer. Né. Então  
137 assim. Eu já passei isso pra mesa diretora, o meu retorno de lá. Oficializei ontem por e-  
138 mail. Então isso deve ser encaminhado para a comissão de política ou pra comissão de  
139 apoio. A minha sugestão do termo de ajustamento é. Eu acho que tem que ser um termo  
140 mais, mais. Não é que os outros não sejam sérios. É porque o de lá está completamente  
141 desfacelado, vamos dizer assim. E tem que ser acompanhado, pra ver se a gente consegue  
142 melhorar um pouco. Pra só aí partir, ou pensar num outro instrumento de fortalecimento  
143 ou de apoio pra aquele conselho municipal mais próximo. Você quer falar alguma coisa  
144 Marcelo? **Conselheiro Marcelo:** Bom, é... primeiro agradecer muito o conselho estadual  
145 de ter feito a visita, e é um agradecimento especial a Juanita, pela sua presença lá no nosso  
146 município. E como disse ontem ou anteontem, eu não sei numa reunião que a gente  
147 participou aqui no conselho estadual. A fala que a Juanita fez lá Congonhas, ela deveria  
148 ser gravada, pra ser utilizada nos municípios no nosso estado. Foi uma intervenção muito  
149 clara. Uma intervenção assim, que os próprios conselheiros lá no nosso município, não  
150 tinham a imaginação de como o SUAS funciona. Né. Então eu quero fazer inicialmente

151 esse agradecimento, viu Juanita. Dizer que, se o nosso conselho municipal não avançar  
152 depois da sua visita, realmente ficaria mais preocupante ainda. E acho que é preocupante.  
153 Ainda continua sendo muito preocupante. Mas eu tenho que dizer lá do nosso conselho  
154 municipal. O Conselho Municipal de Congonhas não era assim. Não é? O Conselho  
155 Municipal de Congonhas era um conselho ativo, um conselho participativo, tinha toda  
156 uma atuação dentro da lógica que os conselhos municipais deveriam trabalhar. Mas  
157 infelizmente, nos últimos anos a coisa complicou. Mas eu não posso deixar de dizer, a  
158 coisa complicou pela gestão, de fato. Porque a própria gestão estava dentro do conselho na  
159 presidência. E a própria gestão é quem centralizava todos os trabalhos. E durante a visita  
160 que nós fizemos, que a Juanita fez em Congonhas, da qual eu estava presente. A gente  
161 pode constatar que a gestão está com sérios problemas, lá. A exemplo, de... da diretora de  
162 assistência social, que é a responsável pela política de assistência social do município.  
163 Porque a secretaria é uma secretaria de desenvolvimento social. Lá dentro tem direitos  
164 humanos, lá dentro tem PROCON, lá dentro tem turismo. Então aí vocês vão entendendo  
165 como é que é a lógica lá do nosso município. E o gestor ele tem que ter esse entendimento  
166 maior e a diretora de assistência social, ela além diretora de assistência social. Ela é a  
167 coordenadora do CRAS, ela é a coordenadora do CREAS. Está entendendo? Então assim.  
168 Eu acho que o problema está na gestão. Recursos que oriundos do CREAS, oriundos de  
169 repasses fundo a fundo, estão parados lá, há anos. Repasses do IGD está parado lá há  
170 anos. Então eu acho que o problema é grave na gestão também. E diante disso, enquanto  
171 conselheiro estadual, eu acho que nós do Conselho Estadual, poderíamos sair daqui com  
172 uma posição, de uma visita da secretaria de estado, também na secretaria municipal de  
173 Congonhas. Para que a SEDESE possa fazer uma visita e verificar todos os equívocos que  
174 nós temos lá. E acho que isso é para o bem da população de Congonhas. Eu tenho dito e  
175 isso também eu quero deixar claro. Eu fui durante esse período, muito ofendido lá no  
176 município, no sentido de que, por eu ter sido político no passado. Entenderam que essa  
177 denúncia que eu havia feito, ela tinha cunho político. Inclusive isso está escrito na fala do  
178 secretário. E na verdade, não foi essa a minha intenção, e nem é. E nem é a minha  
179 intenção. Não sou candidato a nada, não quero ser, não quero subir em palanque político  
180 de ninguém. Eu quero que a política de assistência social lá em Congonhas, ela avance da  
181 forma como era. E da forma como o povo precisa. Nós somos uma cidade, onde o recurso,  
182 se não me falha a memória, é 384 milhões ano. Pra uma cidade de 40 mil habitantes.  
183 Enquanto Conselheiro Lafaiete que é uma cidade pólo, ela tem um recurso orçamentário  
184 de 120 ou 130 milhões. E Congonhas então é três vezes mais. É muito recurso público  
185 para que a política de assistência social não avance da forma como precise. Nós temos  
186 todos os caos sociais de uma cidade grande. É uma cidade rica de um povo pobre. Então  
187 por isso que eu luto para esse povo vulnerabilizado que nós temos lá no nosso município.  
188 Então por isso que eu clamo ao Conselho Estadual. Que a gente saia daqui, com uma  
189 deliberação de uma visita ao Conselho da Secretaria de Estado, na secretaria municipal,  
190 pra que o estado tome conhecimento, e tente fazer com que, as coisas melhorem no nosso  
191 município. Muito obrigado. **Vice-presidente Juanita:** Bom, eu penso também, sabe  
192 Marcelo? Que isso é uma estratégia no sentido de buscar melhorar a situação. Eu não sei  
193 se o serviço lá, não está sendo executado. Eu penso que não. Porém essa situação deve ser  
194 com recurso próprio. Porque tem muito recurso em saldo, recurso federal e estadual em  
195 saldo, em conta. Mas a oferta do serviço está sendo ofertada. Então a gente compreende a  
196 gestão desqualificada, no sentido de, principalmente a gestão financeira. Mas eu acho  
197 também, sabe Marcelo? Que mais uma vez, a gente tem que sair com um encaminhamento  
198 deste CEAS, nós já saímos outras vezes. No sentido de articular com o COGEMAS o  
199 apoio. Uma conversa com os gestores municipais de assistência social, no sentido de  
200 apoiar e fortalecer os Conselhos. Por isso agora é uma situação legal. Está na lei do

201 sistema único de assistência. O quê que é fortalecer o conselho? Inclusive, da infra-  
202 estrutura. Entendendo infra-estrutura, não só como espaço físico, computador, né? Mas  
203 infra-estrutura inclusive de recursos humanos. Nós vimos lá, só pra vocês terem uma  
204 idéia, uma secretária executiva que não sabe por onde passou o papel dela. Que eu  
205 perguntava me trazia uma documentação que não era a documentação que eu perguntava.  
206 Quando eu ia ler era de outra política. Então assim, sugerimos para a secretária executiva  
207 vir ao CEAS, pra ter um atendimento personalizado aqui com a nossa secretaria executiva.  
208 Porque no caso dela não pode ser com muitas pessoas. Porque tem que ser desde o inicial  
209 mesmo. Processos administrativos, essas questões todas. Mas também um problema lá,  
210 político, no sentido da secretária executiva na permanência. Parece que vai alterar. Não é  
211 isso Marcelo? Isso ficou muito, assim, não ficou muito transparente essa situação. Mas a  
212 gente percebeu que tinha. Né. Nós infelizmente, mesmo sendo comunicada a nossa ida,  
213 com muita antecedência. Nós não tivemos a participação da responsável pela assistência  
214 social no município, que é a responsável diretamente pelo Conselho. Então assim, por  
215 exemplo, e a gente percebe uma total desmotivação dos conselheiros em continuar no  
216 conselho. Né. Então assim, sociedade civil que até então estava engajada, já não quer  
217 continuar no conselho mais. Eu não sei se foi a minha fala que amedrontaram eles. Mas  
218 pelo descrédito com, como que eles estão tendo pelo sistema municipal. Então assim, a  
219 gente tem até um problema mais lá de, de organização do sistema mesmo. Que se o  
220 conselho cair não tem sistema mais. Porque o conselho é um dos pilares do SUAS, né.  
221 Então eu acho que os dois encaminhamentos. Pode ser? Encaminhar essa identificação do  
222 município de Congonhas. E solicitar providências com urgência do órgão gestor e  
223 encaminhar para o COGEMAS também. Novamente a mesa diretora do COGEMAS que  
224 pautar essa questão política com os gestores. No sentido de, de os gestores compreenderem  
225 que o conselho. Ele não é... ele não é o vilão do sistema único. Ele é um parceiro. E o  
226 SUAS só vai fortalecer se o conselho estiver fortalecido. Então é essa conversa que no  
227 COGEMAS tem que ter. Conselho fraco, infelizmente o sistema único está fraco, não  
228 adianta. Né. Então assim, é tirar aquela máscara que o conselho só denuncia, só cobra. E  
229 isso eu acho que tem que ser feito lá no colegiado, sabe Marcelo? Mostrar isso pro gestor,  
230 a importância, porque sociedade civil também é sistema único de assistência. Aí eu sugiro  
231 esse outro encaminhamento além do encaminhamento pro órgão gestor. **Conselheira Ana**  
232 **Paula:** Ana Paula, CMAS de Belo Horizonte. Eu acho que essa questão que a Juanita e o  
233 Marcelo levanta, em relação à participação do controle social e a própria gestão do  
234 município de Congonhas. É extremamente grave. Do ponto de vista da situação do estado  
235 da arte do SUAS hoje. Nos municípios que a gente discute outras questões a partir da  
236 gestão. Na realidade, uma sugestão e até uma contribuição que é encaminhar aqui também  
237 pro CEAS um termo de ajuste, que o conselho de Belo Horizonte usa. Em relação à  
238 adequação a todas normativas do sistema. Em relação à rede sócio-assistencial. Então  
239 pode trazer alguma contribuição pra cá adaptado à gestão. E uma pergunta, que é, o  
240 município provavelmente nessa condição de estruturação que ele está, tanto do ponto de  
241 vista do conselho quanto da gestão, ele não deve estar respondendo aos instrumentos  
242 normativos e de monitoramento do ministério, também. O que ele corre um sério risco de  
243 ser desabilitado. Porque além da gestão financeira, o próprio senso. Todas as tarefas que  
244 os municípios têm, tanto pra com a SEDESE quanto para com o ministério. Do ponto de  
245 vista do monitoramento, correndo o risco da suspensão. De ter os recursos do co-  
246 financiamento suspensos e a desabilitação do município. Então isso é preocupante, porque  
247 aí deixa de vir recurso também. Apesar de ter recurso no cofre, mas a ação é contínua.  
248 Então eu acho que isso também é um, tem uma questão aí que deve ser complicado. Que  
249 deve estar provavelmente estar acontecendo. Não é Marcelo? Tem uma série de  
250 instrumentos que os municípios preencheram. Pra... E é a única tarefa, né? Do

251 monitoramento da fiscalização que os municípios fazem tanto pro estado quanto pra  
252 união. E que isso o município de Congonhas pode estar correndo o risco de desabilitação.  
253 **Vice-presidente Juanita:** Na verdade, o município. O Conselho de lá não aprovou a  
254 prestação de contas do município. De 2008, de 2009, não foi aprovado no sistema. Então  
255 hoje, Ana. De acordo com a lógica do sistema, não há interrupção de repasse de recurso.  
256 O gestor é que tem que fazer a devolução desse recurso para onde saiu. Mas o município  
257 não pode ser prejudicado a comunidade. No ressarcimento, na interrupção do recurso.  
258 Então assim, a gente sabe da morosidade da situação. O recurso continua indo, mas a  
259 gestão continua ruim. Aí, se o conselho não aprovou o demonstrativo. Instaura-se uma  
260 tomada de contas e o gestor devolve o recurso. Porém, o recurso continua indo. Então a  
261 gente tem que resolver esse problema da gestão. Inclusive quando nós fizemos, quando  
262 nós, a SEDESE fez uma ação com os municípios que sofreram, 166 municípios que  
263 sofreram, decretaram situação de emergência. Que nós fizemos uma reunião em cinco  
264 regiões mais centrais. Nós fizemos esse tipo de conversa com os gestores, no sentido que  
265 essa conversa mais política tem que fazer parte da agenda do COGEMAS. Né? Porque a  
266 gente percebe que o gestor municipal, ele não, ele não consegue fazer essa discussão com  
267 o executivo local. No sentido da necessidade de, de manter o recurso, de priorizar o  
268 recurso pra tal ação. Ele não consegue fazer essa defesa. Ele não consegue mostrar pro  
269 executivo local a importância e a necessidade daquela política, daquele serviço. Então, a  
270 gente vai continuando, infelizmente, com gestões extremamente fragilizadas, que você vê  
271 município que está passando por N vezes situação de emergência, e não tem um plano  
272 preventivo. Não tem um programa de habitação pra aquelas famílias que perderam casa a  
273 dez anos atrás. Estão correndo. Estão de novo nessa situação. Né? Então essa conversa  
274 política está passando de hora de acontecer. E como nós já estamos organizados nesse  
275 sentido, o CEAS, já tem essa visão, já tem essa maturidade, já tem essa articulação  
276 política inclusive. Eu não sei de que forma que a gente conseguiria passar isso pra gestão  
277 nos municípios. Porque os conselhos municipais não dão conta de fazer isso. Eles não  
278 conseguem. **Conselheiro Marcelo:** É Marcelo novamente. Eu quero aproveitar que o José  
279 Fernando está aqui representando o COGEMAS. Há você não está mais no. Mas você é  
280 gestor. Você é gestor, participa e acho que você também tem legitimidade, como eu  
281 tenho, de fazer a fala que eu quero fazer. Para aqueles que não sabem, eu já fui gestor.  
282 Tive participação no COGEMAS, fui desde secretário até presidente do nosso  
283 COGEMAS aqui do estado, por um período. E sou do tempo em que o COGEMAS reunia  
284 com cinco gestores. Era Congonhas, talvez alguns de vocês vão lembrar. Congonhas, Belo  
285 Horizonte, Juiz de Fora, e mais dois. Esqueci o nome. Aquela cidade, Pirapora. Nós  
286 éramos cinco ou seis. A Amália de Campo Belo. Basicamente este era o COGEMAS  
287 durante um período. E nós com muita luta a gente reunia para que o COGEMAS não  
288 deixasse de existir. E conseguimos com muito trabalho por parte dos gestores, que o  
289 COGEMAS fosse o que é hoje. É um COGEMAS forte, com participação de mais de  
290 trezentos municípios por reuniões. Então ele tem hoje condições de mudar, penso eu, a  
291 lógica de como eles, de como o COGEMAS hoje reúne. Sabe? Naquela época, viu José  
292 Fernando? Naquela época a gente já pensava, olha... nós precisamos primeiro qualificar os  
293 gestores. Nós precisamos dar condições para os gestores trabalharem, porque a gente  
294 estava iniciando o SUAS naquela época. Né? Então precisava de vir gente mesmo de fora.  
295 Vir pessoas para explicar, olha é assim que funciona e pa pa. Mas hoje, já temos  
296 instrumentos que dá condições ao gestor de trabalhar. Sem precisar de reuniões como são  
297 feitas desde aquela época. Vem uma pessoa, faz uma fala, e dessa fala termina-se a  
298 reunião. Após as explicações e tal. É um momento rico este também. Mas eu penso que a  
299 gente poderia, o COGEMAS poderia mudar a lógica sua de talvez fazer oficinas com  
300 gestores. Aproveitar a oportunidade que tem vários gestores lá, e nós, a gente sabendo,

301 como anda a gestão nos municípios, a exemplo de Congonhas. Acredito que a exemplo de  
302 Congonhas nós temos vários municípios. Né. Talvez a gente estava precisando é de B A  
303 BA, para os gestores. É B A BA mesmo. É o CPF da habilitação na gestão. Que eu penso  
304 que tem gestores, a exemplo de Congonhas. Que aí eu posso falar do gestor de  
305 Congonhas. Precisa não do B A BA, mas do A a Z. Entendeu? Então acredito que tem  
306 gestores que são dessa forma. Por isso que eu penso que talvez o COGEMAS poderia  
307 repensar a sua forma de reunir. Não é? Isso, eu falo assim com muita assim consciência de  
308 que isso é uma forma de contribuição. Sem querer, com todo respeito, entrar dentro da  
309 seara do COGEMAS. Mas apenas como uma contribuição de alguém que esteve lá e que  
310 torce para que o SUAS avance. **Conselheiro José Fernando:** Inclusive Marcelo. É José  
311 Fernando que está falando. Inclusive em um momento que eu estive como convidado na  
312 mesa diretora. Porque eu não faço parte da mesa diretora do COGEMAS. Isso, no final de  
313 2011, 2010 se não me falha a memória. Eu fiz a sugestão do COGEMAS também propor a  
314 realização de reuniões regionalizadas. Porque tem um grande problema, um grande  
315 desafio. Mesmo estando presentes 180 municípios, 220, como até 300 como você colocou  
316 aí. O grande desafio são os municípios de pequeno porte, que geralmente não têm o  
317 recurso e nem a compreensão da gestão de estar participando do COGEMAS, de receber a  
318 informação. E fiz outra pontuação, ainda não avançada. Que é o seguinte: Eu acho  
319 imprescindível, é muito importante a gente receber as informações, das políticas setoriais  
320 e também do MDS que traz em primeira mão, aqui pra nós, o COGEMAS. Mas o que eu  
321 venho acompanhando no COGEMAS, a gente percebe uma falta muito grande. É que os  
322 gestores de Minas Gerais, precisa da orientação da gestão de Minas Gerais. Apesar de  
323 estar no sistema único de assistência. Como você acabou de dizer aí. Tanto esse Conselho  
324 avançou, tanto esse Conselho está politizado e está maduro. Como também a SEDESE,  
325 como também a gestão. E a gente percebe, eu percebi muito isso. Informações que  
326 poderiam estar sendo articuladas, amadurecidas e discutidas, com os gestores que somos  
327 nós. Lá na mesa diretora e até mesmo nas plenárias. Eu sugeri isso. Porque que a gente,  
328 porque que o espaço do COGEMAS não explorou mais, ou não passe a explorar mais, a  
329 gestão em si. Nossa mineira. Também pra levar as informações. Né? Não que não seja  
330 importante à palestra e a presença do MDS. É sem sombra de dúvida. Mas porque não o  
331 casamento mais a miúde, digamos assim, mais aproximado da gestão também mineira. E  
332 aí eu acho que a gente teria assim, um avanço maior. Eu acho que, como você falou ...  
333 pensar em um COGEMAS com seis municípios lá no início. E chegar hoje num  
334 COGEMAS com 250, 300 municípios presentes. Isso mostra uma luta e uma caminhada  
335 enorme. Mas eu acho que hoje nós estamos num nível, gestores e aqui conselho,  
336 juntamente com este colegiado. De propor isso. Eu acho que isso não é nada impossível, e  
337 acho que poderá com certeza, somar muito para essa discussão. Porque vem alguém do  
338 MDS, que pensa macro, que pensa nacionalmente. E Minas Gerais tem as suas  
339 especificidades. Então eu penso que esse casamento de Minas, da gestão em si estadual  
340 estar com a sua equipe, permeando e fazendo essa integração com essas especificidades,  
341 talvez seria aí um passo a uma estratégia que nós poderíamos também sugerir isso.  
342 Inclusive na reunião que estava. A Beth estava, nessa mesa diretora que eu propus que a  
343 gente levasse essa descentralização das plenárias do COGEMAS, também pra lugares  
344 aonde muitas das vezes os municípios não têm acesso. Eu não sei se você lembra desse  
345 momento que a gente tava. E que eu propus isso. Eu acho que é muito bacana, mas precisa  
346 realmente ser colocado em prática. Assim como o CEAS vem fazendo, também eu acho  
347 que isso é importante. Eu gostaria que você colocasse a contribuição. **Vice-presidente**  
348 **Juanita:** Ta. Vamos aproveitar. Você vai falar Volney? Não. Eu vou aproveitar que a  
349 Beth chegou, e ela aqui representa o COGEMAS. Beth, nós estamos discutindo sobre uma  
350 visita que nós fizemos ao Conselho Municipal de Congonhas. Fruto de um processo de

351 apuração de denúncia. Onde foi verificada a veracidade da denúncia. E uma deliberação  
352 do CEAS foi que nós icemos ao conselho no sentido de registrar essa denúncia. E  
353 fortalecer e empoderar o conselho pra sair dessa situação de dificuldade que ele se  
354 encontra. E eu estou relatando aqui, como relatei também na mesa diretora que você não  
355 estava. E eu vou bem resumidamente, porque você chegou agora. E uma das sugestões, é  
356 que leve isso também ao COGEMAS. E estou relatando novamente porque você é a  
357 representante dele. Então foi visto lá uma situação de completo esfacelamento do  
358 Conselho Municipal. Nós colocamos aqui, que agora isso é uma questão legal. Né? De  
359 fortalecimento da instância de controle social, isto está no SUAS, na lei do SUAS. Então,  
360 além do termo de ajustamento que este CEAS vai fazer com o Conselho, que eu  
361 particularmente, acho que não vamos avançar muito. Mas é uma estratégia. A outra  
362 estratégia dada pelo Marcelo. Foi acionar o órgão gestor, que faça uma supervisão na  
363 gestão do município e reporte a este Conselho, quais foram as medidas, que foram  
364 estabelecidas com o gestor. E a terceira estratégia que nós estamos indicando, que o  
365 COGEMAS faça uma articulação política com os gestores, no sentido de levar para os  
366 gestores o entendimento que se o conselho no município não estiver fortalecido,  
367 obviamente a gestão também vai estar fragilizada. Então eu penso que é de comum acordo  
368 desses conselhos, que esses três encaminhamentos saiam. Então como nós vamos ter  
369 reunião plenária. Nós vamos ter reunião do COGEMAS amanhã. Então, eu não sei como é  
370 que é a organização do COGEMAS com relação à mesa diretora. Mas eu acho que você já  
371 pode adiantar lá essa discussão nossa, do CEAS, e que vai chegar lá, outro ofício, terceiro  
372 do CEAS nesse sentido. Solicitando o apoio do COGEMAS, em ter essa discussão mais  
373 política com os gestores. Bom. Você quer? **Conselheira Elizabeth:** Primeiro, bom dia a  
374 todos! Desculpa o atraso. Mas algumas coisas fogem do controle da gente. E eu tenho  
375 muito prazer de estar aqui de volta. Então eu estou muito satisfeita por isso. Por tudo, ne?  
376 Mas, eu quero também agradecer a solidariedade recebida por este Conselho, várias  
377 pessoas, inclusive os e-mails calorosos aqui da Consolação, que foi muito precioso para  
378 mim. Mas enfim, agora vamos ao trabalho. O que você está colocando, hoje à tarde, eu  
379 vou ter inclusive uma reunião da comissão diretora, da mesa diretora do COGEMAS,  
380 então eu vou passar a levar isso pessoalmente. E aí eu quero mais detalhes, porque eu não  
381 estava não estou pelo menos com todos os elementos. Agora eu acho também, que se a  
382 gente for a quatro, a quatro cabeças. Porque são várias mãos, oito mãos. Porque você  
383 falou, o Conselho, você falou o COGEMAS, você falou a SEDESE e... Não foi só, eu  
384 pensei que estivesse faltando, mas. Então somos todos nós, e também essa questão de  
385 fazer uma reivindicação ao gestor municipal. E enquanto você estava falando também, eu  
386 queria comentar. Eu acho que tudo bem, eu acho que o COGEMAS tem um espaço  
387 extremamente importante, ele precisa ser fortalecido. Tem todas as suas dificuldades. Por  
388 quê? Quando eu falo fortalecido, não que não esteja. Mas é porque, você tem uma  
389 abrangência que a gente ainda não atinge. São 853 municípios, né? E a gente tem sempre  
390 uma representação significativa, porque 200 municípios em média é muito. Então nesse  
391 sentido ele está fortalecido, mas é longe de representar todos os nossos municípios. Então  
392 quando você fala a vinda muitas vezes do MDS. Porque você tem uma reunião por mês.  
393 Porque o MDS, você vê. Nós estamos implantando a política. E as diretrizes nacionais e  
394 estaduais, elas têm conversado. Então nesse sentido, essa formação também com o pessoal  
395 do MDS, é fundamental. E essa relação com o Estado, o Estado também é claro que tem  
396 avançado, e a gente tem trabalhado também. Mas acho que fica o desafio. Da gente dar  
397 mais um up-grade aí nas nossas, nos nossos encontros. Eu tenho certeza, hoje eu vou  
398 passar isso pro pessoal. Tá? **Vice-presidente Juanita:** Brigadinha Beth. De qualquer  
399 forma o ofício do CEAS vai chegar lá nesse sentido. Bom, aí eu vou pegar carona na fala  
400 da Beth, de agradecimento. E vou fazer uma comunicação, que pra mim é muito difícil, eu



401 estou deixando o governo, essa é a minha última plenária. Bom, eu ainda não consigo  
402 falar. **Conselheiro Marcelo:** Bom. A pauta. A nossa pauta de deliberação. Nós vamos  
403 passar para a pauta E. Depois a gente volta no último informe. Nesse famigerado informe  
404 que muito já está nos pesando. Só de ouvir as primeiras palavras da Conselheira Juanita,  
405 da nossa amiga e conselheira. Então vamos para a deliberação. Alterações do  
406 planejamento do CEAS. Primeira plenária descentralizada e ampliada. Passar para  
407 Cataguases. O Conselheiro Volney informou, sobre as dificuldades de acesso na estrada.  
408 Está sendo verificado, se a possibilidade de ir de van ou microônibus, o que demanda  
409 tempo. Ainda a solicitação do Conselheiro José Fernando, de que a primeira seja em seu  
410 município. Só pra lembrar, que a primeira plenária descentralizada seria em Conceição.  
411 Mas acho que as dificuldades então é que estão passando. Está em discussão. **Vice-**  
412 **presidente Juanita:** Ta. Eu vou só esclarecer. Conforme deliberado nessa plenária, a  
413 nossa primeira descentralizada seria em Conceição do Mato Dentro. E no início do ano,  
414 no início desse ano, nesse período de chuva, o Volney passou um e-mail para este  
415 Conselho, falando da situação das estradas. Não sei se vocês receberam. Porém, nós  
416 tínhamos deliberado aqui que seria lá. Eu no carnaval fui para aquela região. Eu fui pra  
417 cidade da minha mãe. E realmente a estrada está muito ruim. E como o Volney falou,  
418 porque a gente vai em ônibus grande, a estrada de lá é muito apertada. Então eu penso que  
419 não seria necessário essa primeira reunião descentralizada acontecer naquela cidade. Aí,  
420 conversando com a Consolação, na mesa diretora. Veio a oferta do José Fernando, que ele  
421 se ofereceu para ser lá a primeira. Porém, a decisão que nós tivemos aqui foi em  
422 Conceição. Então eu penso que nada impede da gente atender a solicitação do José  
423 Fernando e fazer a outra em Conceição. Por isso que nós estamos colocando essa aqui.  
424 Solicitar a autorização dessa plenária, pra que a gente faça a alteração da agenda. Em vez  
425 da primeira descentralizada acontecer em Conceição do Mato Dentro, ela acontecer na  
426 cidade do nosso conselheiro José Fernando. Está tranqüilo pra todo mundo? São. As  
427 regiões são diferentes. Cataguases é região da mata, não é Zé? Zona da Mata. Pode ser,  
428 está tranqüilo? Qual? Caratinga? Não. Consolação, você esclarece que eu não lembro.  
429 **Secretária Executiva Consolação:** Não era, tinha opções. E aí falou que a gente tinha  
430 que verificar a estrutura. Aí foi verificado e foi escolhido esses municípios. Ta. **Vice-**  
431 **presidente Juanita:** Agora é que caiu a ficha. A pessoa que está um pouco  
432 desestabilizada. É, mas o quê que aconteceu, a secretaria executiva articulou com esses  
433 municípios onde nós tínhamos dado indicativo da reunião, onde havia estrutura necessária,  
434 para que acontecesse. A estrutura, qual que era a capacidade para receber quantas pessoas,  
435 hotéis e lá. E Conceição foi um dos municípios que retornou como Cataguases também.  
436 Por isso foi feito a opção, então era de fato a primeira a Conceição. Então está decidido  
437 que será em Cataguases. Nós vamos lá visitar. 19 e 20. Não é isso Consolação? OK. Não  
438 aí vamos ver se acontece esse, porque agora, aí a gente vai comunicando. Hã hã. OK.  
439 Bom, eu gostaria de informar agora, que eu estou deixando o governo de Minas. Amanhã  
440 é o meu dia na SEDESE, chega uma hora na vida da gente que a gente tem que dar uma  
441 mudada. Então essa hora chegou, eu estou indo pro SESC. Vocês vão me visitar lá na Rua  
442 Tupinambás, no oitavo andar. Depois de treze anos na SEDESE, sete anos aqui neste  
443 Conselho. Cinco anos na mesa diretora, fazendo parte desta composição. Eu estou me  
444 despedindo, então essa será a última plenária que eu estou participando. Mas posso  
445 participar quando esse Conselho me convidar, sempre que necessário. **Conselheiro**  
446 **Marcelo:** Bom gente. Está em aberto aqui este informe, que foi dito. E eu gostaria já de  
447 inicialmente, lamentar profundamente a saída da Juanita. Da secretaria de estado e deste  
448 conselho estadual. Conheço o trabalho da Juanita, desde os tempos em que fazíamos  
449 visitas a usinas, lá no início, quando Juanita entrou na SEDESE. Conheço o trabalho da  
450 Juanita então ao longo desses anos e o crescimento que ela teve na SEDESE durante esse

451 período. A chegar ao cargo de superintendente. Tendo certeza que se ficasse mais,  
452 chegaria a secretária de estado. Sentimos muito, sentimos muito, pela competência que  
453 você tem. Sentimos muito a sua saída, eu principalmente, eu particularmente. Sinto muito  
454 porque, tenho em você uma profissional super competente e principalmente uma amiga  
455 que eu construí ao longo desses anos. Então vamos sentir muito a sua falta. Mas sabemos  
456 que a sua ausência, é uma ausência temporária. Porque você, tenho certeza, que estará  
457 sempre com a gente quando a gente precisar. Então muito obrigado, pela amizade, pelo  
458 convívio. E sabemos que quem está perdendo é o Estado de Minas Gerais, é o SUAS de  
459 Minas. **Conselheira Gilvânia:** Então, faço minha as palavras do Marcelo. Bom Gilvânia,  
460 SEDESE, bom dia. Eu acho que quem está perdendo é o SUAS de Minas, é o Estado de  
461 Minas. E também queria, também não sou boa para essas coisas, ta Juanita? De  
462 despedidas, essas coisas, mas eu acho que a gente vai estar perdendo uma grande  
463 profissional. E queria registrar aqui, que eu vim de Lagoa Santa, de volta pra SEDESE. Eu  
464 sou da SEDESE, mas eu vim de volta de Lagoa Santa pra SEDESE em 2008. E fui da  
465 diretoria da Edma. E logo que eu cheguei, eu e a Juanita estabelecemos uma relação muito  
466 boa. E foi a Joanita na SEDESE, que eu considero que foi a primeira pessoa que me viu.  
467 Eu sei disso. Ela me avaliou um tempo, me chamou pra direção da básica, quando houve a  
468 vaga. E a gente tem trabalhado junto esse tempo todo. E foi um tempo muito bom, a gente  
469 aprende muito com ela. Ela é muito competente. E muito sagaz nesse relacionamento com  
470 os gestores municipais, com os usuários, com o conselho, com a sociedade civil em geral.  
471 Então eu queria agradecer a oportunidade de ter convivido com você e que a gente  
472 continue trocando algumas figuras. **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Juanita, eu quero te  
473 desejar, muita conquista. Nesse novo degrau da sua vida. Porque a vida é feita de degraus.  
474 Então essa etapa da sua vida eu sei que você teve novos horizontes e continuará galgando  
475 novos horizontes. Então a vida é igual você falou, a gente passa por uma etapa, conquista.  
476 E vai galgando novos horizontes. É isso que eu quero desejar pra você. Porque a gente  
477 tem que ter as mudanças na vida da gente, pra gente melhorar. Porque se a gente ficar  
478 sempre no mesmo local, sempre nas mesmas coisas. Aí as conquistas ficaram só naquele  
479 meio. Então agora Deus vai te dar essa chance, de você galgar, conquistar novos amigos.  
480 Teve nova preparação. Me parece que eu ouvi ele aqui, ele falou que é conselho do idoso,  
481 né? Pois é, aí. Que parabéns que benção que Deus está te dando, porque você é uma  
482 pessoa boa. Tem perfil pra isso. O mais importante é isso. Porque aí a gente pode  
483 contribuir melhor, né? Eu tenho certeza que esse trabalho vai ser brilhante na sua vida e  
484 Deus vai dar muitas chances pra você realizar muitas coisas melhores na sua vida.  
485 Parabéns, que Deus continue te abençoando, pra você ser sempre pessoa boa, caridosa. E  
486 esse raio iluminado que está na sua vida. Parabéns. **Conselheira Elizabeth:** A gente vai  
487 vivendo, e vai acumulando sucesso, mas como vai guardando nostalgia e saudade. A gente  
488 vai tendo isso. Quer dizer, quando você fala, vai vivendo de um determinado momento,  
489 você se deixa pegar com o coração na mão. E eu acho que é difícil, né? É difícil as saídas  
490 e você está dizendo de um afeto, que eu acho que representa muito esse espaço. A gente  
491 vai convivendo aqui, a gente vai divergindo, a gente vai discutindo. A gente vai tomando  
492 as posições que representam, que a gente representa determinadas áreas. Mas é nessa  
493 discussão cotidiana é que a gente tem avançado. E você vai fazer muita falta. Eu quero te  
494 dizer que, o contato que eu estive com você na SEDESE, pela secretaria de Belo  
495 Horizonte. Pela secretaria de assistência social, nas nossas discussões, reuniões, no  
496 processo de municipalização. Você sempre mostrou muito respeito, muita competência,  
497 muita clareza. Era. Sempre foi muito, muito fácil trabalhar com você. Mesmo quando a  
498 gente estava nas disputas. A gente sempre, você sempre foi essa pessoa suave, centrada,  
499 inteligente. Então eu acho uma perda pra esse Conselho. Sabe, eu acho que, a gente deseja  
500 todo o sucesso. Mas você vai fazer falta aqui, você vai fazer falta nas nossas relações com

501 a SEDESE. Estou falando do ponto de vista do município de Belo Horizonte, em relação  
502 ao Estado e você como representante do trabalhador no Estado. Mas certamente a gente  
503 vai te visitar. E certamente e imediatamente, nós vamos fazer uma parceria com o SESC.  
504 Porque a área do idoso tem muitos desafios. E são muitos mesmos. Nós temos uma  
505 ascensão de vida prolongada. Isso é bom pra gente, mas isso traz muitos encargos e muito  
506 trabalho. E tem muita criatividade pra gente enfrentar essas questões. Então eu desejo pra  
507 você todo sucesso e que você seja feliz, nesse novo lugar. Porque o trabalho ele tem que  
508 trazer um quanto de felicidade pra gente, senão não vale a pena. Então eu lamento e quero  
509 dizer para você, que você vai fazer falta e que nós te amamos muito. E eu acho que eu  
510 posso te dizer isso, que gosto muito de você. Ta? Obrigada. **Consolação:** Eu já vou  
511 começar a falar de um lugar que eu e Juanita formamos juntas. Então assim, a gente tem  
512 toda uma história mesmo. De respeito, de carinho, eu acho de cumplicidade. Em um  
513 primeiro momento, sabe Juanita, até de egoísmo, de não querer perder, sabe? É muito  
514 chato, é muito, em primeiro momento é quase assim, revoltoso. A gente chegar e falar:  
515 nossa sabe, vai sair. E a SEDESE perde, o Conselho perde. Assim, foi um presidente  
516 brilhante, sabe. Enquanto vice-presidente a sua postura, presente o tempo inteiro. Apoiou  
517 a secretaria executiva em tudo, em tudo. Defesa que você faz internamente da gente lá. E  
518 assim, eu fico mesmo engasgada. Mas eu quero realmente, a gente fica escutando esse  
519 outro lado que faz parte mesmo da vida. A gente, essas buscas. E eu te desejo assim de  
520 coração, em nome da secretaria executiva, todo o sucesso do mundo. Sabe, que a gente  
521 está aqui a sua disposição. No que precisar. E a gente quer contar com você. Lógico que  
522 vai ter vários convites para você retornar a este conselho. Não acaba aqui. Essa sua  
523 competência de capacitação. Essa sua disponibilidade, sabe. Então eu quero inclusive, ne  
524 gente? A gente vai estar pautando isso pra esses retornos. E realmente, seja muito feliz. E  
525 eu digo pro bem desse lugar, que você é uma referência na SEDESE. E a SEDESE perdeu  
526 uma referência que talvez nesse exato momento, ele não estejam tomando a dimensão do  
527 que significa isso. Mas é uma perda enorme. Isso vai repercutir muito na política de  
528 assistência social do Estado. **Conselheira Cristiane:** Cristiane, Salesianos. Eu não podia  
529 perder a oportunidade Juanita, assim também, eu acho que, muito já foi falado de todos  
530 esses agradecimentos, mas eu quero também fazer esse agradecimento. Na hora que você  
531 falou, fiquei lembrando. O primeiro contato que eu tive com você, foi conselheira novata.  
532 Eu como conselheira novata desse conselho, fui fazer uma reunião na SEDESE pra poder,  
533 organizar o formulário da comissão de orçamento. E quem tava lá apresentando uma  
534 proposta era a Juanita. E aí eu fiquei admirada assim, não só com o conhecimento, mas  
535 com o respeito dela, conosco, sociedade civil. Então apresentando tudo assim, de uma  
536 maneira tão clara, tão precisa. E desde aquele momento, eu falei assim: essa é parceira,  
537 essa vai nos ajudar muito a entender o papel do conselho. A gente de fato saber o que tem  
538 que fazer. E desde então eu não tive nenhum constrangimento de fazer perguntas, de  
539 recorrer a você sempre que eu precisava de uma informação. Então isso foi muito  
540 gratificante pra mim, como conselheira novata. Ver na pessoa de uma pessoa que  
541 representava o governo, esse respeito profundo pela sociedade civil. E a vontade de  
542 contribuir para que a sociedade civil entendesse uma das coisas mais difícil e mais  
543 importante neste conselho que é o orçamento. Então muito obrigada a você como  
544 profissional. Como pessoa pelo carinho. E te desejar assim, tudo de bom nessa nova etapa  
545 da sua vida. Que eu tenho certeza que vai ser muito gratificante. E que você vai construir  
546 amizades, assim como você construiu aqui. **Ex-conselheira Edma:** Bom, eu também. Eu  
547 desde segunda-feira que eu só penso nisso. Porque eu fiquei sabendo segunda, porque a  
548 Juanita me falou. Então eu já estou chorando tem uma semana. Eu só tenho a agradecer e  
549 te falar, que tem pessoas que passam na vida da gente. Tem chefes que passa e a gente  
550 nem lembra. Mas você com certeza vai ficar, na minha vida. Muito obrigada. **Conselheira**

551 **Ana Paula:** Oh, Juanita, assim não vale. A gente acaba de entrar pro conselho, do CEAS,  
552 numa expectativa de trabalhar com você. E assim não vale, uai, não é? Eu tenho uma  
553 relação maior com a Juanita, na gestão da assistência em Belo Horizonte, do que aqui no  
554 Conselho e também como Conselho Municipal de Belo Horizonte. Eu acho que a nossa  
555 colega de SUAS, porque nós somos colegas de SUAS. Então eu acho que, enquanto  
556 colegas de SUAS, que eu acho que nós todos somos. É isso que nos une né? Independente  
557 de estar na gestão, estar no conselho, estar na sociedade civil ou na entidade. Eu acho que  
558 o sistema único perde muito, muito, no momento que ele não pode perder, no momento  
559 que ele tem que somar. E que a gente acabou de ver um exemplo aqui de Congonhas, o  
560 tanto que precisa somar. E que a gente precisa formar. Então enquanto colega de SUAS,  
561 eu queria te pedir que você não abandonasse o SUAS e continuasse conosco. Porque tem  
562 muito a ser feito e você é uma pessoa imprescindível para essa construção. Com o  
563 conhecimento que você tem dos municípios, a sua postura ética, a sua postura  
564 profissional. E te agradecer o pouco contato que a gente teve, mas já te agradecer, que eu  
565 acho que a política pública tem muito pra te agradecer, principalmente a da assistência. E  
566 seja muito feliz, na sua nova empreitada, ta. **Conselheiro José Fernando:** Enquanto  
567 gestor, quero agradecer a forma com que você dirige a cada município, a cada um de nós.  
568 Com todo esse conhecimento, mas com a humildade que sempre tem. Mesmo vendo com  
569 essa fragilidade que inicia, quem não tem esse conhecimento, você nunca, você nunca  
570 demonstra superioridade. E o pequeno príncipe fala muito bem isso. Tu te tornas  
571 eternamente responsável por aquilo que cativas. Cativastes muito bem a cada gestor que  
572 teve essa oportunidade de estar com você. Eu fui um deles. Sou muito feliz por isso.  
573 Aprendi e venho aprendendo muito com você. Desculpe, eu não consegui controlar. Mas  
574 muito obrigado e que você seja muito feliz. Muito feliz mesmo. Obrigado. **Conselheiro**  
575 **Volney:** Eu estou me sentindo Juanita, órfão. Vou te confessar. Eu cheguei aqui há um ano  
576 e eu não sabia nada de assistência. Tenho aprendido muito com vocês a cada dia. Com a  
577 Consolação, mas às vezes eu comento na minha casa. Gente tem uma mulher lá no  
578 Conselho, ela é assim tão pedagógica, a mulher sabe tanto. E eu sempre falei assim:  
579 Juanita quanto você for fazer uma capacitação, para qualquer nível, me convida, porque  
580 eu preciso aprender. Então, percebe, eu te falo que estou me sentindo órfão mesmo.  
581 Porque a sua pedagogia a sua facilidade, seu entendimento. A gente assim, como se a  
582 gente estivesse bebendo mesmo aquilo. A coisa. Da fonte, entendeu como é que é? Eu vou  
583 sim lá no SESC, entendeu, buscar aprendizado sim, pode ter certeza disso. Mas é um  
584 sentimento de, assim de orfandade mesmo. Aprendi muito, mas muito com você mesmo.  
585 Gosto muito de você. Sabe Juanita? Mas muito mesmo. E eu acho que o Estado está tendo  
586 uma grande perda. Uma grande perda mesmo. **Não identificado:** Obrigado e obrigado.  
587 Difícil de falar. **Conselheiro George:** George, CMAS de Lagoa Santa. Eu tive a  
588 oportunidade de conhecer a Juanita antes de entrar mesmo pro CAS, certo. Eu conhecia  
589 seu serviço profissional, a sua maneira muito assim bacana de tratar a gente. E seu  
590 profissionalismo, certo? Eu hoje fiquei meio órfão aqui. Porque é o seguinte, você está  
591 saindo daqui né? Só que agora eu fiquei mais alegre, porque você vai cuidar dos idosos, e  
592 eu sou o representante dos idosos lá de Lagoa Santa. Certo? Quer dizer, perde o CEAS e  
593 ganha o SESC. E os idosos ganham principalmente, com você, vai ser a nossa Joana D'arc  
594 heim? Você vai defender os nossos direitos. Parabéns pra você, felicidades em tudo que  
595 você fizer. Porque você nasceu com... coroa? Que significa sucesso. Tudo que você fizer  
596 vai ter sucesso nessa vida. Que você é uma pessoa iluminada. Que Deus te abençoe  
597 sempre. Parabéns ta. **Conselheiro Mauro:** Essa é a minha segunda plenária. E às vezes eu  
598 fico assim perguntando. Como que o conselho pensa assim... caladinho. É porque a gente  
599 sai lá da base, e a gente não tem esse conhecimento mesmo. E a gente vir pra aqui é um  
600 salto. É igual o Volney falou. Então assim, a gente deparar com essa situação e a gente ver

601 o salto que a gente está dando e poder contribuir, é ter esperança num Brasil melhor.  
602 Ontem mesmo, eu conversava com um delegado adjunto, do MDAE e falava com ele:  
603 quem diria que na política do Brasil. A gente poder sair da ponta e contribuir com um  
604 processo de deliberação de hidroelétrica, sabe? Assim, é muito rico essas oportunidades. E  
605 vocês não nos deixam perdidos, porque são acolhedores. Eu senti isso. Tanto a Maria que  
606 estava no início e eu que cheguei também, vejo isso em vocês, a humildade. E você  
607 Juanita, me lembra uma pessoa que tem um trabalho muito bacana, talvez muitos não  
608 conheçam. Mas é Mônica Molina. Ela tem uma luta muito grande, pela questão da  
609 educação do campo. E que traz também essa inclusão. E a sua aparência me lembra ela, e  
610 vocês têm essas garras, de ser pessoas que contribuí no processo. E dizer que, não se cai  
611 uma folha sem que Deus me permita. Apesar de você estar indo pra outro lugar. É porque  
612 te chama pra lá. E nós temos uma missão, muito maior, de contribuir no processo. Então  
613 não se esqueça e não tenha medo de encarar essa nova oportunidade, porque você sabe  
614 fazer. Obrigado. **Não identificado:** Bem, a Juanita eu conheci através das aulas, da  
615 teleaula que acontece lá na minha cidade. E aí, assim, o pessoal lá quando ia pra tele-aula,  
616 falava: mas não é a Juanita que vai estar lá, porque aí as coisas ficam muito mais simples  
617 de serem entendidas. Aquilo que era difícil se torna mais simples, mais ao alcance da  
618 pessoa entender. Então eu acho que não é só o conselho, não é só o SEDESE, é o Estado  
619 que perde. Você tem uma maneira simples de passar conhecimento. Porque muita gente  
620 tem conhecimento. Mas essa maneira simples de transmitir é que faz a diferença. E você  
621 tem esse lado. Então a gente só tem a agradecer mesmo. E a gente né. E eu também que  
622 estou chegando acabo perdendo muito. Porque a gente precisa de conhecimento, precisa  
623 de informação. E você tem isso muito. Então a gente fica triste por isso. Mas desejo boa  
624 sorte e que seja feliz nessa nova etapa. **Não identificado:** Juanita, eu a conheci quando eu  
625 entrei aqui. E neste tempo eu realmente te admiro muito. Ontem até na minha casa, eu  
626 ainda comentei com a minha irmã sobre a situação de você ser da mesma região, ainda  
627 comentei com ela assim, mas é uma pessoa extraordinária. Eu vou te falar, ela é uma  
628 pessoa que chega um dia a ser uma secretária da SEDESE. Que eu vou te falar, eu te  
629 admiro pela competência, pelo conhecimento e pela forma e maneira de agir. Então  
630 parabéns, e que Deus esteja com você na sua caminhada lá. **Conselheira Claudia:** Bom,  
631 eu não vou conseguir falar. Não vai adiantar. Eu agora fiquei numa situação, eu perdi a  
632 oportunidade de pegar esse conhecimento da Juanita. Porque eu sou da assistência, mas eu  
633 fico na área meio, que eu acharia muito bom tê-la presente, para poder escutar. Igual  
634 vocês fazem tanta discussão, que ainda é longe do que apesar de eu ser da assistência eu  
635 fico no meio, na área meio. E a aí quando a gente vê a Juanita trabalhando lá na secretaria,  
636 ela trabalha numa ponta e eu na outra. Ela está sempre sentada e concentrada lá. Você não  
637 vê a Juanita no corredor, você ela conversando nem nada. Tamanha é a preocupação dela  
638 com, em fazer um bom trabalho. E eu estava até brincando que eu sou suplente dela. E eu  
639 falei assim, ela vai fazer muita falta, muita falta mesmo. No trabalho, aqui com a gente. E  
640 eu desejo pra ela muita sorte, muita sorte mesmo. Ontem, quando ela foi despedir da  
641 gente, eu nem fiquei igual estou hoje, porque todo mundo começa a manifestar. Fora lá  
642 daquela correria nossa, ela é muito querida. E eu desejo pra você toda a sorte do mundo.  
643 **Conselheira Guilhermina:** Por todos esses momentos, pela guerreira que você é pela luz  
644 que você transmite a todos nós. Além de todo o conhecimento. Nós ganhamos e a  
645 sociedade continua ganhando. Porque você vai continuar com a gente. E vai continuar o  
646 seu trabalho. Em nome da Secretaria de Fazenda, em nome do Governo de Minas em meu  
647 nome, como cidadã, muito, muito obrigada. Que Deus continue te iluminando, que você  
648 continue fazendo e acontecendo. Como sempre fez. E que ele te dê bastante iluminação e  
649 sabedoria, como durante todos esses anos. Obrigada. **Conselheira André:** Bom, é a  
650 minha segunda plenária. E eu estou até meio fragilizado hoje, eu contei pra Consolação,

651 eu perdi um amigo lá em Ituiutaba. E decidi não ir, porque eu fiz essa escolha, né? E na  
652 semana passada a gente estava junto, a gente fez uma viagem a Brasília, eu estava dando  
653 um suporte pra ele, mais do que de amigo. E de repente uma dificuldade que estava  
654 instalada naquela vida, chegou assim, a um final bem drástico, que foi a passagem dele. E  
655 ao mesmo tempo a escolha de ter ficado, pra poder presenciar e ver. Foi como se eu  
656 estivesse, assim, ontem nós conversamos algumas coisas, inclusive com a nossa colega, e  
657 hoje eu entendi, eu tenho algumas previsões um pouco estranhas. Mas você dizer que não  
658 vai ficar. Foi como se eu estivesse passado por um acidente e acordado. Eu lembrei do  
659 acidente do meu amigo, que na hora que eu voltar ele não vai estar lá. Mas também eu não  
660 ver aquela imagem horrível que a gente tem de fazer o nosso luto. E aí eu vou entender  
661 que nós estamos cedendo você. Essa luz, essa contribuição, essas lágrimas, nossas. O  
662 Volney se sentiu órfão. O pior de você se tornar órfão, eu já me senti assim. Hoje mais  
663 ainda. Então assim, o pior do que se sentir órfão, não é só não ter a pessoa. Porque a  
664 pessoa, ela não existe por si. É o que ela faz, contribui e propõe. E a proposta da sua  
665 existência, ela está muito além de suas. Né, por onde você for. Então essa multiplicidade  
666 de pessoa que você é. Do pouco que a gente via e ouvia. E aqui, foi como se não tivesse  
667 chance nenhuma de ter a opção. Então é uma definição pronta, mas de que você não vai se  
668 ausentar. Enquanto a gente estiver por aqui, nós vamos poder estar fazendo essa troca. E a  
669 assistência social, ela é de sentimento. E eu pude ver isso no Conselho. E você disse ao  
670 você iniciar aqui sua fala que os conselhos, a última visita que você fez, vamos dizer  
671 assim, no sentido de contribuir. Você entendeu que realmente os conselhos não têm essa  
672 estrutura, o sentimento. Principalmente porque você não estava neles. Você estava aqui.  
673 Vai perder sim esse Conselho. Mas mais difícil vai entender a quem recorrer. Porque um  
674 faz falta sim. As pessoas falam: ninguém é insubstituível, eu não penso assim. Vai ficar a  
675 lacuna. E se você puder voltar e retornar, que você possa fazer isso sim. Pra que este  
676 Conselho tenha um novo rumo, né? Eu já vou voltar com a dor daqui, agora eu vou  
677 encontrar a dor que está lá me esperando. Mas nós precisamos entender que isso faz parte  
678 da nossa vida, a folha não vai cair mesmo. E você simplesmente, vai estar numa outra  
679 área, num outro lugar, irradiando o que você precisa de fazer. Vai doer, nós vamos chorar,  
680 bem mais do que a gente está chorando aqui agora. Porque na hora que a gente começar a  
681 ver as dificuldades, a gente vai entender. O órfão é assim. Cada dia que passa a dor vai,  
682 ela aumenta, a gente acostuma, mas a gente não aceita. Infelizmente é isso. Mas pelo  
683 menos você está conosco, de certa forma, num outro lugar e contribuindo. Parabéns, e que  
684 você possa ser uma pessoa mais abençoada ainda de Deus. E entenda que é um novo  
685 desafio, mas também uma nova alegria, uma nova oportunidade, pra que a vida continue.  
686 Ta bom? **Vice-presidente Juanita:** Ta. Bom. Na verdade é assim. Eu estou indo pro  
687 SESC, eu recebi um convite, pro SESC. Eu vou gerenciar um trabalho de idoso. O SESC  
688 está passando por um processo de mudança completa. Ele mudou o presidente da  
689 FECOMERCIO, em 2010. E esse presidente está fazendo uma revolução no SENAC e no  
690 SESC. Nesse processo de revolução que o SESC está passando, o idoso é seu carro chefe  
691 do trabalho social. Só que a forma como o trabalho social que eu não conheço que o SESC  
692 trabalha com o idoso. Me parece que está incomodando, que não é uma forma. A proposta  
693 é mudar a política de trabalho social com o idoso. Então eu vou gerenciar esse trabalho,  
694 em todas as unidades, são vinte unidades no Estado. Então realmente eu estou indo com  
695 um desafio grande, de fazer uma proposta de implantação de um trabalho social novo. Na  
696 lógica da política pública. Na verdade esse convite eu não fui atrás dele, ele apareceu na  
697 minha vida. Porque uma colega me indicou. E ele chegou num momento de um pouco de  
698 insatisfação profissional. Que não tinha como eu não ir. É claro que é um desafio, mas eu  
699 amo isso que eu faço. Por isso que, dói, enfim. Mas muito obrigada. **Conselheira**  
700 **Elizabeth:** Eu tenho uma proposta aqui. Porque é o seguinte, nós estamos falando do

701 lugar afetivo, nós estamos falando do lugar institucional. Nós estamos falando do lugar de  
702 cidadão. Nós estamos falando do lugar de solidariedade. Mas nós estamos falando,  
703 sobretudo de lugar institucional. Que a Juanita representa um fortalecimento do sistema  
704 único de assistência social em Minas Gerais. Então esse conselho poderia manifestar  
705 institucionalmente e lamentar e dizer, de uma carreira bem sucedida absolutamente  
706 necessária nesse momento, na implementação do SUAS. E que a Juanita representa, ela  
707 não só representou porque são sete anos. Né? Sete anos que ela está aqui. Cinco na mesa  
708 diretora. Então se vocês perceberem a gente tem uma folha de serviços, que este conselho  
709 tem prestado na implementação do SUAS. Então acho que a minha proposta, não sei. Era  
710 a gente fazer uma espécie de manifestação valorizando todo o trabalho que ela fez aqui. E  
711 da necessidade e da importância dela para implementação do SUAS em Minas Gerais. A  
712 partir do Conselho. Essa é a minha proposta. **Conselheiro Marcelo:** Bom, aproveitando  
713 proposta. Eu gostaria também de já que a gente deliberasse, por uma moção de aplauso e  
714 de reconhecimento pelos trabalhos relevantes que Juanita prestou para o sistema único de  
715 assistência social do Estado e ao Conselho Estadual. **Vice-presidente Juanita:** Vamos  
716 mudar né? Retomando a nossa pauta. Continuando no ponto E para deliberação. Letra B:  
717 período das plenárias descentralizadas e ampliadas, dois dias. Um de capacitação e um de  
718 plenária, sem comissões temáticas. Essa proposta foi quando eu, quando da ausência do  
719 Geraldo. Eu comecei a despachar com a Consolação e ela veio me trazendo o retorno dos  
720 municípios onde seriam as sedes das regionalizadas. Não tem no mesmo espaço onde vai  
721 ser realizada a plenária, salas para que se façam as comissões. E ainda, significa, nós  
722 conselheiros, ir para a plenária descentralizada de três dias. Um dia de comissão, outro dia  
723 de capacitação. Da usina que foi a nossa proposta. E um dia de plenária. Nós ficaríamos a  
724 semana inteira fora. Porque é um dia pra ir, outro dia pra voltar. Então assim.  
725 Conversando com a Consolação, com todas essas situações. Eu estou fazendo a proposta  
726 que a nossa reunião descentralizada ela seja de dois dias. Um dia de plenária e um dia de  
727 capacitação da usina. Que a comissão, a gente ir adiantando as coisas que são mais  
728 urgentes e na mesa diretora, e as demais coisas via de que forma a gente ia conduzindo. Aí  
729 eu queria ver com vocês o que vocês acham. É o B. Vocês compreenderam? Porque a  
730 proposta que nós tínhamos aprovado no planejamento, eram de três dias. Significa que é  
731 um dia pra voltar outro dia pra ir. Nós iríamos ficar cinco dias fora. Uma semana fora do  
732 nosso trabalho. Hã? Então, eu queria ver assim, se vocês concordam ou se a gente, o quê  
733 que vocês acham? Márcio. Microfone pro Márcio, por favor. **Conselheiro Márcio:** Eu  
734 acho correta a proposta. Preocupa-me a questão dos processos que a gente tem que têm  
735 prazos. E que a gente precisa de votação nominal. E aí como a gente, como fazer esses  
736 encaminhamentos? Acho que isso é importante. **Conselheira Crisitane:** Concordo com a  
737 questão dos dois dias. Eu acho que é razoável. Até porque da questão da viagem. Eu  
738 estava até comentando. É um dia pra ir, um dia pra voltar, mas mesmo assim vai ser  
739 bastante desafiador pra gente. Agora no caso. Eu estava exatamente aqui, falando com o  
740 Júlio, e as pautas de comissão? Neste caso, a sugestão que eu gostaria de fazer é a  
741 seguinte: Nós estaremos provavelmente no mesmo hotel, ou na mesma região. Então que a  
742 comissão se organize pra fazer uma reunião em outro local. Se o local lá da plenária não  
743 oferece condições de fazer a reunião da comissão. Então a gente faz uma capacitação de  
744 um tempo menor, talvez, aí eu não sei. Hã? **Vice-presidente Juanita:** Seria a noite?  
745 **Conselheira Cristiane:** Não, no final da tarde. Se fizermos uma capacitação até as 15  
746 horas. E aí a partir das 15 horas, aquelas comissões que precisassem se reunir, ela se  
747 reuniria. Então podemos pensar talvez, num tempo assim. Pra que a comissão que tenha  
748 assuntos pra discutir, não perca. **Vice-presidente Juanita:** OK. Mas seriam dois dias?  
749 **Conselheira Crisitane:** Seriam dois dias. Mantém dois dias. O dia de capacitação e o  
750 outro dia de plenária. No dia da capacitação, tenta-se fazer uma capacitação com o tempo

751 menor. Para que as comissões possam se reunir. E aí os locais podem ser: no próprio  
752 hotel, no local de plenária se tiver. **Vice-presidente Juanita:** OK. A Beth. **Conselheira**  
753 **Elizabeth:** Eu fiquei pensando. Sabe? Eu estou escutando a sua proposta. Eu acho que  
754 quando a gente vai assim pra um lugar. Eu acho que é muito importante, você fazer essa  
755 relação com as pessoas do lugar. Porque a gente vai é como capacitação. É quase como  
756 uma capacitação. Então essas reuniões elas podem nos dividir. Nesse sentido. Então eu  
757 fico pensando, se essa reunião de comissão, não possa ser feita aqui. Numa regularidade,  
758 num outro horário. E possa ficar inteiramente lá, pra inclusive fazer um debate mais  
759 aprofundado, porque é a hora de avançar. É um pouco na divisão. Sabe? Eu fiquei  
760 pensando, que a gente fica dividida demais. **Conselheiro Marcelo:** Eu estava seguindo. É  
761 Marcelo. Eu estava seguindo na mesma direção que a Beth. Mas eu pensei que ela ia pro  
762 lado e. Mas eu pensei, sabe Beth? Que, como é capacitação é importante também, que  
763 esses municípios que estão lá. Que eles conheçam como é a metodologia das comissões.  
764 Então que a gente faça essas capacitações da forma como Cristiane está apresentando.  
765 Mas que, por exemplo, que vá até as 15 horas a capacitação. Mas de 15 horas em diante,  
766 as comissões separem e as pessoas que quiserem participar das reuniões das comissões por  
767 afinidade, ela acompanhem a gente. **Vice-presidente Juanita:** Olha se eu estou  
768 entendendo? Pra que a reunião da comissão seja... Mas o problema é que nós não temos  
769 espaço. Significa que a gente vai para um cantinho. Igual a gente faz em plenária. É isso?  
770 OK. Alguém gostaria? Gilvânia. **Conselheira Gilvânia:** Gente? E a questão do... hã. E a  
771 questão do acompanhamento técnico da secretaria executiva. No caso de a gente levar a  
772 reunião de comissão pra lá, haveria o deslocamento dos técnicos também? **Vice-**  
773 **presidente Juanita:** Eles vão na plenária descentralizada. **Conselheira Gilvânia:** Mas os  
774 técnicos de todas as comissões? **Vice-presidente Juanita:** Sim. Eles sempre vão nas  
775 plenárias descentralizadas. Fátima por favor. **Conselheira Fátima:** Eu não vejo por esse  
776 lado. Sabe por quê? Uma reunião descentralizada, a gente faz na parte da manhã. Tem  
777 tanta gente que quer participar. E as coisas ficam muito corridas. Eu vejo por esse lado.  
778 Porque uma reunião descentralizada. Por exemplo, a gente podia chamar o conselho da  
779 criança e do adolescente pra participar. Outras entidades, igual a gente estava falando na  
780 política ontem. Direitos humanos, entendeu? Mais outras entidades que poderiam estar  
781 conosco, nós discutimos isso lá na comissão de política. Por quê? É uma oportunidade que  
782 a gente está dando a aquele município, daquela localidade. De todos os municípios das  
783 descentralizadas. Onde vai compor aquela região de Cataguases. Porque a gente vê. Eu já  
784 participei das outras. Muitas perguntas, muitas coisas. A gente não tem condição de  
785 atender a pergunta das pessoas. Muitos até questionamento pauta. **Vice-presidente**  
786 **Juanita:** Mas qual que é a sua sugestão Fátima? **Conselheira Fátima:** Que seja só para a  
787 reunião da descentralizada lá de usina. Atender o município. **Vice-presidente Juanita:**  
788 Então, a proposta que nós aprovamos é que um dia seja um dia inteiro de plenária. O  
789 segundo dia de capacitação dos conselhos. Né. Então, aí eu acho que essa proposta ficou  
790 muito bacana. A gente faz a capacitação dos conselhos e deixa duas horas no final dessa  
791 capacitação pra fazer a reunião das comissões. Eu acho que o custo benefício, vai ser  
792 muito bom, Fátima. A sua proposta é que mantenha três dias. **Conselheira Fátima:** Não,  
793 dois dias mas que seja sem comissão de.... **Vice-presidente Juanita:** Mas a gente tem  
794 pautas aqui, Fátima, que ela é necessária. Como por exemplo, de usina. A gente tem na  
795 resolução, prazo que a gente tem de cumprir. Entendeu? Bom, pode ser Marcelo?  
796 **Conselheiro Marcelo:** É gente. É porque pelo o que eu estou entendendo. A gente faria a  
797 capacitação, reunião de comissão e plenária no último dia. É isso? A ta, porque eu pensei  
798 que estava invertido. Plenária e depois capacitação. Capacitação, reunião de comissões e  
799 no outro dia a plenária. OK. **Vice-presidente Juanita:** Aprovado senhores conselheiros?  
800 Aprovado dois dias. Ah, desculpa Ana. **Conselheira Ana Paula:** Eu tendo a concordar



801 um pouco com a Fátima. Porque a minha preocupação, em relação a dois temas, duas  
802 pautas no mesmo dia. É porque os municípios demandam muito quando a gente vai.  
803 Então, demanda muito. Extrapola o conteúdo que a gente leva na grande maioria das  
804 vezes. Então o meu medo é que a gente não dê tempo. Que a gente faça a reunião então no  
805 turno da noite. Não é? **Conselheira Cristiane:** É uai. Fim da tarde. **Conselheira Ana**  
806 **Paula:** Fim da tarde pra noite. Ta. Porque meio a meio. Manhã e tarde, eu acho que vai  
807 complicar. **Conselheiro Marcelo:** Olha, a gente pode considerando a fala da Ana Paula,  
808 uma sugestão. Faça a capacitação de oito às dezessete horas e às dezessete horas inicia os  
809 trabalhos das comissões. A gente toca. Não é? **Vice-presidente Juanita:** Eu acho que é de  
810 comum acordo que todo mundo compreendeu que será dois dias. Agora como será a gente  
811 pode ver depois. Porque na verdade, a organização não é toda pauta de comissão que a  
812 gente vai levar. É o que não pode esperar. OK. Então aprovado. Bom a letra C,  
813 representações. Somente um conselheiro. Escolher novo representante para a comissão do  
814 Programa Bolsa Família. Na verdade, o representante deste conselho era a Edma, como  
815 ela saiu. Nós estamos órfãos do representante deste Conselho na comissão intergestor do  
816 Programa Bolsa Família, no âmbito do estado. E porque também a minha sugestão, de ser  
817 somente uma representação em cada comissão. Quando nós trabalhamos o planejamento,  
818 vocês lembram que a secretaria executiva fez uma proposta. Em cima do orçamento e do  
819 financeiro, a proposta de diárias de conselheiros, enfim. Só que logo em seguida, a  
820 Consolação fez um equívoco e não pensou. Ela não está aqui agora, mas ela que me  
821 justificou ainda. Vai haver um déficit, porque ela se esquece de colocar algumas situações.  
822 Então a estratégia que eu e ela encontramos, foi de diminuir um representante, daquela  
823 comissão seria somente um. Porque tem comissão que são dois. Então, Luciana, chama a  
824 Consolação lá pra mim, fazendo favor. Porque ela me explicou onde que ela esqueceu.  
825 Né. E porque que quando ela foi refazer os cálculos, os recursos que nós tínhamos não  
826 dava pra ser dois representantes para cada comissão. Então essa foi a estratégia que nós  
827 encontramos, para que tenha representantes em todas as comissões que o CEAS e o  
828 Estado tem. Ela já está vindo? Há ta? Está tranquilo então? Ou quando a Consolação  
829 chegar vocês querem mais alguma justificativa? Não? Então está aprovado. Pode falar  
830 com ela que está OK. Que ela não precisa chegar agora não. E a letra D, última. Há é  
831 verdade. Nós estamos votando do conselheiro que vai ser o representante desse CEAS na  
832 comissão do Bolsa Família. Quem se candidata? O Márcio já tem representação. Das  
833 comissões do Bolsa Família? São em Belo Horizonte. E elas são bimestrais, de dois em  
834 dois meses. Lá na SEDESE. Lá na SEDESE não, lá na cidade administrativa. Porque  
835 quem participa da comissão é saúde, educação e a SEDESE e o Conselho. E a SEPLAG  
836 também, a Fernanda, desculpa Fernanda. Resolveu? Candidatou? Por favor, Márcio.  
837 **Conselheiro Márcio:** Márcio. Eu me coloco a disposição. Ta, inclusive, contribuindo aí  
838 neste aspecto da redução de custos. Em função de não ter deslocamento, viagem e etc.  
839 **Vice-presidente Juanita:** Aprovado senhores? Então o Márcio é o novo representante da  
840 comissão intergestor. Bom e a letra D, última. Plenária de março, retirar a capacitação do  
841 dia 14 de março, programar para outro mês, a definir depois. Bom, nós identificamos  
842 nessa primeira experiência nossa esse ano. Vocês se recordam que esse processo de  
843 capacitação a gente tem desde o ano passado. Só que era assim: de manhã, capacitação. À  
844 tarde comissão no outro dia plenária. Esse ano nós estabelecemos que seriam três dias. E  
845 infelizmente, essa primeira capacitação que nós tivemos, nós tivemos, nós tivemos quatro  
846 ou seis conselheiros? Seis conselheiros. Então assim, a gente planejou, programou,  
847 chamou pessoas de fora. Porque quando é só a gente, não tem problema. A gente passa  
848 feio. Só que a gente convidou pessoa de fora que não podia ver a fragilidade deste  
849 Conselho. Nós tivemos que inclusive ligar e justificar e cancelar. Então, por isso que nós  
850 estamos pensando em tirar essa capacitação de março, pra voltar com essa discussão aqui.

851 E ver com os conselheiros, tem necessidade da capacitação? E quem vai vir na  
852 capacitação. Porque uma coisa é a gente mesmo dar a capacitação. Outra coisa é trazer  
853 gente de fora para contribuir. Então trazer alguém de fora, né? Não que os conselheiros  
854 que estiveram aqui, não foram capacitados. Mas faltou uma parte da capacitação. Então a  
855 proposta nossa é que em março não haja capacitação. **Conselheiro Marcelo:** É Marcelo.  
856 Eu concordo plenamente com que Juanita disse, acho um desperdício de recurso público,  
857 né? A gente organizar, marcar e a coisa não acontecer. Eu vim de Congonhas, pra esta  
858 reunião, dentro do comprometimento que eu tenho. Quer dizer, foi um custo do Estado pra  
859 comigo. Um custo que não precisaria ter acontecido. Se não tivesse essa plenária. Essa  
860 reunião de capacitação. Então em defesa até mesmo dos recursos públicos, né? Eu acho  
861 que está correto, acho que a gente deve utilizar da manhã de reuniões de comissões pra  
862 gente poder trabalhar. E considerando que se nós estamos à disposição, no primeiro dia,  
863 para o Conselho Estadual. E a gente verifica que muita das vezes, as comissões resolvem  
864 tudo só na parte da manhã. E a parte da tarde fica sem qualquer participação e ociosa.  
865 Então acho que é legítimo mesmo. Façamos capacitação pela manhã, como era. Façamos  
866 capacitação pela manhã e à tarde reunião de comissão. Já que todos nós estamos aqui para  
867 isso. **Vice-presidente Juanita:** Vocês concordam? Pra gente voltar a pratica antiga que  
868 nós tínhamos. De manhã comissão, à tarde capacitação. Quando a gente vê que as  
869 comissões estão sobrecarregadas de temas, a gente não faz capacitação naquele dia. Pode  
870 ser? Aprovado então. Bom, nossa pauta está bastante enxuta. Então vamos iniciar pelas  
871 comissões temáticas, política. São quantas horas? **Não identificado:** Onze horas. Dá pra.  
872 **Vice-presidente Juanita:** A proposta é passar orçamento no lugar da política. Então, eu  
873 também. **Não identificado:** Porque começar e parar também. **Vice-presidente Juanita:**  
874 Todos os conselheiros vão estar presentes depois do almoço? Sim? OK. Comissão de  
875 orçamento? Cristiane. Significa que a gente vai atrasar se precisar, pro almoço. Cristiane.  
876 **Conselheira Cristiane:** Então, comissão de orçamento e financiamento. Nós nos  
877 reunimos ontem, na parte da manhã, com a apresentação do relatório do quarto trimestre.  
878 Com todas as comissões. E na parte da tarde a comissão de orçamento se debruçou sobre  
879 as outras questões que ficaram pendentes. Tivemos a minha participação, a presença do  
880 Fernando. A ausência justificada do Geraldo. A presença da Gilvânia. A ausência  
881 justificada do José Fernando. E a presença do Seu George. Seu Luis George. Pontos para  
882 deliberação: relatório trimestral de atividades, prestação de contas do quarto trimestre de  
883 2011. Ações desenvolvidas pela Subsecretaria de Assistência Social – SUBAS e  
884 Coordenaria Especial de Políticas Pró-Criança e Adolescentes – CEPCAD, da Secretaria  
885 de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, co-financiados com recursos do tesouro  
886 estadual e federal. Por meio do Fundo Estadual de Assistência Social, nos meses de  
887 outubro, novembro e dezembro de 2011. Nota: a cópia desse relatório trimestral, da  
888 prestação de contas do quarto trimestre, foi encaminhada a todos os conselheiros por e-  
889 mail. Em 13 e 16 de fevereiro de 2012, para a apreciação e encaminhamento de dúvidas.  
890 Caso houver. Também o relatório de prestação de contas foi discutido conjuntamente com  
891 as demais comissões temáticas, na sede do Conselho. Isso na data de ontem. Resumo da  
892 prestação de contas. Qualificação de recursos humanos para gestão do SUAS. O valor da  
893 LOA, o valor previsto na lei orçamentária anual, era de R\$ 1.101.867,00. Houve uma  
894 anulação de R\$ 34.582,96 e a meta do projeto estruturador, era de capacitar 14.533  
895 pessoas. 543 pessoas. Observação: anulação orçamentária dessa ação. Para a ação 4236,  
896 proteção social especial. Autorizada pela resolução 371 de 2003, CEAS-MG. Oh meu  
897 Deus! Desculpa. 2011, CEAS-MG que dispõe sobre a reprogramação dos saldos de  
898 recursos do co-financiamento federal, para os serviços sócio-assistenciais. Correção dos  
899 valores de repasses para a manutenção de casas lares. Execução física e financeira. Eu já  
900 vou falar diretamente do acumulado. Então a execução física foi de 20.766 pessoas

901 capacitadas. E execução orçamentária de R\$ 851.070,00. E a execução financeira de R\$  
902 848.070,00. A execução física, então já está colocada. Então atingiu o número de pessoas  
903 capacitadas em relação à meta. E a financeira. E aí, observação: o valor a menor de R\$  
904 219.214,00, em relação ao disposto na LOA, para o exercício de 2011. O esclarecimento  
905 da SEDESE foi o seguinte: foi enviado pra gente um e-mail, no dia 28. Sobre o  
906 esclarecimento desse valor a menor de R\$ 219.214,00. A câmara multisetorial de  
907 prioridades sociais, priorizou ao pagamento dos serviços sócio-assistencial, de ação  
908 continuada, com vista à manutenção da oferta de serviços aos usuários nos municípios.  
909 Com isso, houve redução nas capacitações, justificando assim a diferença entre o crédito  
910 autorizado e as despesas realizadas. Comentário da comissão. E isso não foi só da  
911 comissão. Foi da reunião da parte da manhã, tudo aquilo que a gente discutiu. A câmara  
912 multisetorial de prioridades sociais, adotou estratégias de prioridade de recursos para  
913 serviços. Tal procedimento inviabilizou a realização de algumas capacitações, que no  
914 entendimento deste Conselho, compõe a função fundamental do governo de cooperação  
915 técnica aos municípios. Encaminhamentos: para deliberação. Notificação ao Governo do  
916 Estado, fundamentada no papel do CEAS-MG, na deliberação do FEAS. E ressaltar a  
917 importância desse Conselho, como instância deliberativa do sistema descentralizado e  
918 participativo de assistência social. Ainda, que a análise dos recursos sejam juntamente  
919 com o Conselho Estadual de Assistência, e que a alteração, caso houver, seja comunicada  
920 anteriormente ao Conselho. Também foi proposto que nós solicitássemos ao Governo do  
921 Estado, informações sobre qual é a composição da câmara multisetorial de prioridades  
922 sociais. Em discussão. **Vice-presidente Juanita:** Bom, como eu não estive aqui ontem. Já  
923 justificando a minha intervenção só neste momento. Eu queria só justificar um equívoco  
924 da justificativa da SEDESE que está ali. Não foi uma decisão da câmara técnica. Foi uma  
925 decisão da SEDESE, em priorizar o co-financiamento de serviços. Considerando que, nós  
926 tínhamos uma meta física pra capacitar. No período nós extrapolamos a meta física. De  
927 14000 nós já chegamos a 20000. E nós alteramos as estratégias de capacitação, e foi  
928 possível inserir as capacitações que foram pensadas no planejamento, nas alterações das  
929 estratégias que foram feitas. Por isso não foi necessário utilizar todo o recurso da  
930 qualificação. Aqui é só fazendo uma correção na justificativa da SEDESE e também já  
931 vou solicitar que o encaminhamento seja diferente. Por quê? Na verdade todas as  
932 capacitações, que foram planejadas e que foram encaminhadas para este Conselho, elas  
933 aconteceram. A meta prevista para capacitação ela foi superada. O que aconteceu neste  
934 percurso durante o ano. Foi uma mudança na estratégia de capacitação. Que não  
935 prejudicou a realização das mesmas e nem prejudicou o número de pessoas capacitadas.  
936 **Conselheira Gilvânia:** Eu queria só ampliar um pouco o raciocínio que nós fizemos  
937 ontem. Porque ontem, a gente discutiu a questão da execução e da deliberação sobre o  
938 recurso do FEAS. E colocar que, apesar de tudo que a gente discutiu ontem. Depois eu  
939 fiquei pensando, e achei que a gente ainda tinha que ampliar mais ainda o nosso  
940 raciocínio. A questão do controle orçamentário que nós passamos por ele, o ano passado.  
941 Ele tem a ver não só com a questão da assistência social. Mas foi uma medida de governo,  
942 face à crise econômica que não é só do Brasil também. É uma questão que extrapola o  
943 nosso país. E que foi um ajuste que nós, todos nós do Estado de Minas tivemos que fazer  
944 pra não nos, não ficarmos numa situação pior. E que apesar de todo esse ajuste. A gente  
945 ainda conseguiu como a Juanita colocou agora. Cumprir todas as nossas metas físicas e  
946 financeiras. Queria ampliar também o raciocínio que nós fizemos aqui ontem, Cristiane.  
947 Naquela reunião ampliada de manhã. Que embora o Conselho seja o órgão deliberador do  
948 orçamento. A gestão e execução desse orçamento, ela cabe ao órgão gestor da assistência.  
949 E o instrumento de aferição dessa execução, ele é a prestação de contas que vem  
950 trimestralmente para este Conselho. E também sugerir que a nossa análise então se dirija

951 mais, a análise da prestação de contas. Se ela traz as informações, se ela está coerente.  
952 Porque eu acho que é o papel desde colegiado, fazer essa avaliação. Né? Da prestação, de  
953 que nível de informação ela traz? Até que ponto ela está transparente. Se reflete realmente  
954 o gasto do governo? Que nós nos fixássemos nessa questão, dessa avaliação do  
955 instrumento. **Conselheiro Marcelo:** Bom, sim. Olha Juanita, isso muda tudo, a sua fala.  
956 Porque nós ficamos uma manhã inteira, discutindo algo que, encima da sua explicação,  
957 pra mim agora é novidade. Por isso que aqueles encaminhamentos, de saber sobre as  
958 comissões, qual que é o papel delas, o quê que ela faz, e tal. É justamente encima da  
959 justificativa que veio da SEDESE. Confesso que ontem, a gente foi muito contundente,  
960 nessa situação, considerando que a gente ficou de certa forma, assustado. Como que uma  
961 comissão pode interferir, em algo que foi deliberado, algo que já estava no orçamento e  
962 tal. Isso muda tudo. Muda inclusive ao saber que houve por parte da SEDESE, o trabalho  
963 de cumprir todas as metas que foram apresentadas. Oi? Não, não desculpa, está certo. O  
964 que eu quero dizer é assim, é porque o recurso de R\$ 200.000,00 que a gente discutiu que  
965 foi retirado. Que em primeiro momento foi retirado e depois a gente entendeu melhor o  
966 quê que é essa fala de retirada. Né? Esses R\$ 200.000,00 é que a gente não entendeu.  
967 Como que ele sai de uma conta e simplesmente por uma prioridade de intervenção da  
968 câmara técnica. Então esse é um ponto que foi crucial e contundente na fala não só minha,  
969 mas de vários outros conselheiros. Mas eu queria entender em cima da fala da Gilvânia, o  
970 quê que é a gente se ater à prestação de contas. O quê que fugiu ontem, disso. Da  
971 discussão. **Conselheira Gilvânia:** Então Marcelo, como você mesmo está colocando,  
972 ontem eu acho que a gente, ficou muito tempo. Não é uma perda de tempo. Mas nós  
973 ficamos muito tempo, discutindo essa questão do papel do Conselho, enquanto  
974 deliberador do orçamento. Até que ponto isso tinha sido, desconsiderado, não sei se é uma  
975 palavra forte. Pelo governo do estado, ou pelo órgão gestor, ou pela câmara. E então,  
976 depois eu fiquei refletindo, porque a execução. O orçamento do FEAS, embora ele seja  
977 deliberado por aqui, aqui pelo Conselho. Ele está dentro do orçamento público. E a regra  
978 de execução dele é da competência do órgão gestor. E ta colocado, como instrumento de  
979 aferição disso a prestação de contas. E eu acredito que a SEDESE tem respondido  
980 adequadamente, com essa prestação de contas trimestral. Além de fazer todos os  
981 esclarecimentos que a comissão considera necessários, depois que a gente encaminha a  
982 prestação e traz os esclarecimentos. Então, o quê que a gente tem que analisar aqui? É a  
983 prestação? **Conselheiro Marcelo:** Eu acho que. Ô Gilvânia, eu quero assim, ter um outro  
984 ponto de vista em cima da sua fala. Porque eu penso que aquela discussão que teve ontem  
985 da discussão do orçamento, pra mim aquilo é a análise da prestação de contas. E o que  
986 pese a gente analisar a prestação de contas em números. A gente tem que também analisar  
987 a qualidade do serviço e como que, esses recursos foram utilizados. Quando a gente na  
988 análise de uma prestação de contas vê que o recurso saiu e de que forma que ele saiu.  
989 Então a gente tem que aprofundar mesmo a discussão. Não é? **Conselheira Gilvânia:**  
990 OK. OK. Hã, hã. **Vice-presidente Juanita:** Ô Gente, eu não estou compreendendo assim.  
991 Porque, na verdade o que aconteceu foi um equívoco só na justificativa. Eu estou  
992 clareando. Eu estou esclarecendo. Então eu estou propondo que o encaminhamento seja  
993 outro. Porque no segundo encaminhamento ali na verdade. Aí eu já vou pedir a comissão  
994 de orçamento, pra quê conhecer os membros da câmara técnica. A câmara técnica são  
995 integrantes dos secretários das pastas. É uma câmara técnica instituída por uma lei. E não.  
996 E não faz a condu... **Conselheiro Marcelo:** ... peso dos interesses da política de  
997 assistência social. Foi nesse sentido. Não é? **Vice-presidente Juanita:** Podemos avançar?  
998 **Conselheira Cristiane:** Eu estou inscrita. **Conselheira Gilvânia:** Eu acho que ontem, na  
999 reunião da parte da manhã. E isso, pelo menos pra mim, estava claríssima a atribuição que  
1000 é da gestão a execução do recurso. Não compete ao Conselho este tipo de interferência. O

1001 que a gente analisa é a prestação de contas. E a partir da prestação de contas, surgem uma  
1002 série de questões que a gente discute e coloca. Uma outra coisa que me chamou a atenção  
1003 de manhã. Que era isso que eu ia, foi até eu mesmo que coloquei isso aqui ontem. Que foi  
1004 o que traz pro Conselho a responsabilidade do acompanhamento sistemático da execução.  
1005 Não só da peça final de prestação de contas. Até mesmo porque, você acompanha a  
1006 execução que a gestão faz do sistema. Aí é função do Conselho. Então foi nesse sentido,  
1007 por exemplo, se não há, o quê que nós. Alias foi extremamente rico o relatório. O quê que  
1008 possibilitou que a gente discutisse. Fizesse associação. Associações. Com a inadimplência  
1009 dos municípios, em relação a uma série de outros fatores, para além da gestão financeira.  
1010 Então a gestão financeira, possibilitou que a gente visse, uma série de outras questões e  
1011 fizesse a correlação entre elas. Então eu acho que é interessante, a gente acompanhar a  
1012 execução. Até mesmo por quê? Porque você não permitir a execução, o saldo de recursos.  
1013 Nas contas do FEAS. Porque isso traz comprometimento pra execução da própria  
1014 SEDESE. Quando ela vai reivindicar no ano seguinte, o orçamento. Então quando a gente  
1015 acompanha periodicamente, você pode sugerir a gestão, inclusive, a re-alocação do  
1016 recurso. Em função da prioridade. Então é nesse sentido que a gente discutiu aqui ontem,  
1017 muito. Trazendo qual é o papel do CEAS, no acompanhamento da gestão financeira.  
1018 Agora que a peça é a prestação de contas e que a deliberação, é da gestão pra execução.  
1019 Isso ficou muito claro, eu acho que ontem, pra gente. **Conselheiro Volney:** Eu só quero  
1020 reiterar, sabe Juanita? Se a instituição da câmara técnica foi através de uma lei, né? Eu  
1021 acho que é importante que nós conselheiros, sabemos o teor dessa lei. Porque se essa  
1022 câmara está interferindo, exatamente em situações dentro do Conselho. Eu acho que nós  
1023 temos que, ter ciência sim. Que lei que essa? Qual que é o pedido dessa lei? E de que  
1024 forma que isso vai interferir em outras ações do Conselho. Eu reitero sim, que eu gostaria  
1025 que vocês conselheiros, estivessem comigo, reiterando quais são esses objetivos dessa lei.  
1026 **Vice-presidente Juanita:** Você quer manter o segundo item. É isso? Do  
1027 encaminhamento? OK. Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Então. Ana Paula já foi  
1028 bastante clara e Marcelo também em resposta a Gilvânia. Eu acho que isso já ficou claro  
1029 que o nosso papel, ele esta. Nós estamos cumprindo o nosso papel aqui. E aí só  
1030 lembrando, Gilvânia. Que em relação especificamente ao formulário, ou a prestação de  
1031 contas em si. A gente também tem propostas de rever o formulário, pra que ele fique mais  
1032 claro, e tal. E aí Juanita, com essa informação que você traz. Eu fico ainda mais  
1033 preocupada, como conselheira daqui do Conselho. Porque ontem também. E aí foi muito  
1034 rica a discussão. E até em função da capacitação, que alguns conselheiros participaram no  
1035 dia anterior. Nós tivemos uma discussão mais aprofundada. E uma das informações que  
1036 nós temos. É que quando um recurso, ele não é executado na fonte 10. Ele vai para o caixa  
1037 único do Estado. Indo pro caixa único do Estado. É isso que a Ana Paula falou. Quais são  
1038 depois, no ano seguinte, a capacidade da Secretaria de Assistência Social, discutir, com  
1039 um volume enorme de demandas do Governo. A prioridade daquele recurso. E aí, assim,  
1040 nos faz como Conselho questionar a estratégia da SEDESE, no seguinte sentido. Foi  
1041 exatamente na fonte 10, que a execução foi menor. Foi de 60%. E aí isso é preocupante. E  
1042 aí, uma outra questão, que talvez, eu como, não estou me colocando como coordenadora  
1043 da comissão, mas como conselheira, eu quero colocar. É que. Se a estratégia foi, de  
1044 priorizar o pagamento de serviços. Nos causou estranheza ontem. E nos causa estranheza  
1045 de novo agora. Que a SEDESE tenha tomado essa postura. Sendo que a execução do  
1046 orçamento, da operacionalização do co-financiamento do serviço e benefício. Não foi de  
1047 100%. Então se priorizou. Se deixou de gastar numa fonte, pra priorizar outras. Não nos é  
1048 razoável, o fato de não ter sido então executado 100% as outras duas, que, segundo foi  
1049 feita a prioridade. Então essas são assim, algumas questões que ontem surgiram e que a  
1050 gente depois conversou e tudo. Mas que, e aí nesse sentido, eu quero manter alguns dos

1051 encaminhamentos aqui. Alterando então. Eu acho que a notificação ao governo se  
1052 mantém. Muito em função de que, já foi solicitado inclusive por este Conselho, que  
1053 qualquer alteração do orçamento seja comunicado ao Conselho. Né? E isso já foi  
1054 solicitado. E a SEDESE tomou uma decisão. Não estou questionando aqui se ela tem  
1055 poder pra tomar isso. Mas seria razoável que ela nos tivesse avisado. Pra que a gente  
1056 pudesse depois, na prestação de contas nos deparar com a questão da surpresa. Então  
1057 nesse sentido, eu mantenho. Eu gostaria. Eu estou propondo manter a notificação ao  
1058 Governo. Mas de uma outra forma, uma vez que agora não é a câmara técnica. Mas  
1059 mantendo a notificação a SEDESE, de que as alterações elas sejam, discutidas com este  
1060 Conselho, e até mesmo informada se não tiver tempo hábil para discussão. **Vice-**  
1061 **presidente Juanita:** OK. Quer ir Marcelo? Claudia. **Conselheira Cláudia:**  
1062 Primeiramente eu queria, responder ao Marcelo. As reuniões da câmara de prioridades.  
1063 Elas eram feitas com a presença do secretário. Quem ir às reuniões era o Dr. Márcio.  
1064 Então conforme falou, as decisões. A câmara não tomou as decisões, sozinha. Tinha os  
1065 representantes. A questão que a Cristiane falou de sobra de recurso. Realmente houve uma  
1066 sobra de recurso. Quando a gente fala que cumpriu 100% o orçamento. É que, nenhum  
1067 município que estava previsto pra receber co-financiamento, ficou sem receber o recurso.  
1068 Os 100% nossa que a gente fala. É questão de cumprimento de meta. Tudo que foi  
1069 pactuado pros municípios, foi repassado. Algumas coisas, igual a Juanita falou. As  
1070 capacitações também foram feitas. As que estavam. Quando a gente se refere à redução. É  
1071 que alguma demanda que podia chegar, pedido né, demanda que podia chegar na  
1072 SEDESE. A gente tinha, a sobra desse recurso pode ter sido originada por causa disso.  
1073 Mas as metas todas que a gente pactuou no orçamento, todas elas foram cumpridas. **Vice-**  
1074 **presidente Juanita:** Beth. **Conselheira Elizabeth:** Bom, o que eu vou falar é o seguinte.  
1075 A gente já teve essa situação em outras prestações de contas. Isso é recorrente. Que você  
1076 usa recurso não executado, ele tem sido remanejado sem ser comunicado aqui no  
1077 Conselho. Como gestora eu falo que, a gente. Há recurso, gente. É disputa. E a disputa se  
1078 faz com re-planejamento quando a gente executa. Né? Tão bem, quando todas as metas  
1079 são cumpridas. Mas a gente tem que ir além, a gente tem que querer mais. Porque você  
1080 tem uma necessidade, de expansão ampliada. E nós temos uma carência sim, do conjunto  
1081 de municípios que temos em Minas Gerais. Se o município não tem competência de  
1082 gerenciar. Isso aí também é outro problema que a gente tem trabalhar. Mas, quando,  
1083 noutras vezes, também houve a mesma coisa. É claro, que o gestor de recursos, ele viu o  
1084 seguinte: sobrou aqui, ele vai pra lá. Mas a gente como gestor, nós temos que vigiar sem  
1085 cessar. Isso eu tenho que fazer na secretaria, sem cessar. O Conselho, ele é um parceiro  
1086 nisso. Então assim, prestação de contas de três em três meses, está certo. A gente sabe do  
1087 trabalho da SEDESE, bem sucedido. Mas não a execução. O recurso não executado, ele  
1088 tem que ser re-planejado. Trazido aqui, pra que a gente antes que vá pra prestação geral. A  
1089 gente não perca esse recurso. Essa é a disputa que eu estou falando. Essa disputa ela é  
1090 cotidiana. A gente faz isso no município, a gente faz isso no Estado. Então a questão que  
1091 me parece é: nós temos que insistir. Naquilo que a Ana Paula falou que foi bem falado aí  
1092 por todos vocês. Acho que o Conselho pode ter mecanismos de acompanhamento mais a  
1093 miúdo. A SEDESE, contar com uma parceria do Conselho. Pra que a gente não deixe sair  
1094 um recurso pra outra situação. Porque é assim que vai ter. Disputa orçamentária é política.  
1095 E é decisão e é gestão. Né? É nesse sentido. **Vice-presidente Juanita:** Bom, encerrando  
1096 comigo. Eu. Eu acho assim, que quando a gente for entrar na ação de co-financiamento da  
1097 básica especial, a gente pode avançar ainda mais nessa questão de co-financiamento de  
1098 serviços. Mas eu só queria falar, isso aí que a Beth falou, todo mundo falou aqui, está  
1099 curtíssimo. Beth, na verdade essa luta de foice que todos nós temos pra manter orçamento  
1100 e pra pleitear sempre mais. O que nós passamos no Estado e no Governo Federal e nos

1101 municípios. Foi uma arrecadação inferior do que tínhamos planejado. Nós capacitamos,  
1102 nós conversamos sobre isso. Se nós tivemos uma arrecadação inferior ao que nós  
1103 tínhamos planejado, nós temos que priorizar. Não significa que a gente não executou  
1104 porque a gente não deu conta. Significa que, a priorização dessa ação, ela não foi tão  
1105 maior quanto a de serviços, porque nós tínhamos cumprido tudo que nós tínhamos  
1106 planejado em meta física. Nós estávamos com meta financeira, para fazer mais  
1107 capacitações, se fosse necessário. Mas as que foram planejadas elas ocorreram. E quando  
1108 a gente for executar justificar para a fazenda e para o planejamento a não execução desse  
1109 percentual. A nossa justificativa vai ser em cima da prioridade que a SEDESE fez em co-  
1110 financiar serviços. Considerando que nós tínhamos que priorizar. Então isso pra mim é  
1111 tranquilo, em cima dessa ação de qualificação. Com relação à questão da notificação.  
1112 Cristiane, aí obrigada por você ter feito a alteração. Mas eu concordo que isso já passou  
1113 por aqui, mais de uma vez. E nós comemos mosca de novo, no sentido de, o Conselho, é  
1114 necessário, estamos fazendo. É com você Cris. **Conselheira Cristiane:** Aí eu estou  
1115 entendendo que a gente tem que votar a alteração do encaminhamento. Né tem. Aliás, tem  
1116 que votar o encaminhamento, que está colocado. Que é manter a notificação, então a  
1117 SEDESE. Fundamentado no papel do Conselho. E ressaltar essa importância deste  
1118 Conselho e que qualquer alteração que seja necessária, ela seja antes, analisada  
1119 juntamente com o CEAS, e caso isso não seja possível por causa dos prazos. Né Claudia?  
1120 Então minimamente a gente ser comunicado com antecedência. Lembrando, e aí eu quero  
1121 ressaltar, que isso já foi solicitado a SEDESE e mais uma vez a SEDESE descumpriu uma  
1122 solicitação deste Conselho. **Vice-presidente Juanita:** E a segunda mantém também?  
1123 **Conselheira Cristiane:** A segunda também. Desculpa. É que é... A composição da  
1124 câmara técnica, assim como legislação referente a ela. **Vice-presidente Juanita:** OK. OK.  
1125 Tranquilo. É aprovar com esses encaminhamentos. É isso Cris? **Conselheira Cristiane:**  
1126 Tem que ser. Eu estou propondo, mas tem que ver com o ... **Vice-presidente Juanita:**  
1127 OK. É nominal? Não? OK. Pode passar. Está tranquilo pra todo mundo dessa forma? OK.  
1128 **Conselheira Cristiane:** Dois. Operacionalização do Conselho Estadual de Assistência  
1129 Social. Então o valor previsto na lei orçamentária anual, era de R\$ 763.630,00 e a meta  
1130 era um Conselho apoiado. A execução física financeira foi num total acumulado, no ano,  
1131 de R\$ 580.493,33, execução orçamentária. E a execução financeira, o mesmo valor. O  
1132 valor executado no trimestre foi de R\$ 349.900,00. Depois tem que corrigir. Despesas  
1133 com viagem e manutenção do conselho. E a realização da nona conferência estadual de  
1134 assistência social. Observação: o valor a menor de R\$ 183.136,67 em relação ao disposto  
1135 na LOA, de 2011. O esclarecimento da SEDESE - SUBAS foi por e-mail também. E dito  
1136 que nesta ação foi previsto recurso, para realização da nona conferência estadual de  
1137 assistência social. Como a subsecretaria de comunicação da Secretaria de Estado de  
1138 Governo – SEGOV. Custeou as despesas com a logística da conferência. A meta  
1139 financeira não foi executada na totalidade. Justificando assim a diferença entre o crédito  
1140 autorizado e a despesa realizada. **Vice-presidente Juanita:** Tá ótimo agora. **Conselheira**  
1141 **Cristiane:** Não teve encaminhamento neste sentido. Ficou claro a justificativa né? **Vice-**  
1142 **presidente Juanita:** Claro. **Conselheiro Marcelo:** Ficou claro sim. Mas é bom que  
1143 aqueles conselheiros que não estavam presentes. Tenham conhecimento, de um pouco do  
1144 que se discutiu. O que nós discutimos aqui, e que foi uma preocupação de todos aqueles  
1145 que estavam. É de que, o fato da Secretaria de Comunicação e a de Secretaria de Governo,  
1146 ter nos dado. Ter apoiado, deu a entender que foi um presente de grego para. Isso foi  
1147 falado. Que deu a entender que isso foi um presente de grego que nos foi dado. Porque a  
1148 justificativa? É porque, se nós, se em cima da fala da Beth. Se o recurso que a gente  
1149 precisa, é uma luta pra que se consiga o recurso. E na medida em que a gente deixa de  
1150 utilizar o recurso, porque nós utilizamos o recurso de outra secretaria. Aquele recurso, que

1151 não foi utilizado, por ser fonte 10 em cima da fala do Fernando. Esse recurso volta, para o  
1152 caixa único. E conseqüentemente quando a gente for, quando a gente for trabalhar o  
1153 recurso do ano seguinte. Aquele recurso que foi pra lá, ele como não ficou com a gente. A  
1154 gente teria dificuldade de ampliar, o recurso para aquele tipo de ação. Porque já que  
1155 devolveu, então porque que vai aumentar. Então essa é só para clarear, mas não tivemos  
1156 encaminhamento. **Conselheira Cristiane:** E só complementando. Só um pouquinho  
1157 Fernando, essa questão. Mais uma vez reflete a situação da qualificação de recursos  
1158 humanos. No relatório trimestral enviado, foi exatamente na fonte 10 que a execução foi  
1159 baixa. Na fonte 10 a execução de 49%. Então reflete de novo essa situação. O recurso que  
1160 não é executado na fonte 10, vai pro caixa único do Estado. E aí não pertence mais a  
1161 assistência social. **Conselheiro Fernando:** Eu concordo com tudo que foi falado. Só tem  
1162 um problema Marcelo. Você falou tudo certinho. Só que nós aqui, estamos analisando a  
1163 prestação de contas do terceiro, do último trimestre. O orçamento do estado. É o último  
1164 trimestre. O orçamento do estado foi encaminhado para a Assembléia Legislativa, dia 30  
1165 de setembro. Ou seja, tudo que você falou, se fosse até o terceiro trimestre, é verdade. No  
1166 quarto trimestre não, porque o orçamento já foi encaminhado para a assembléia, ou seja,  
1167 isso não causou nenhum impacto nessa negociação da SEDESE junto a SEPLAG. O  
1168 orçamento foi encaminhado, prazo legal, 30 de setembro, aqui nós estamos a partir do dia  
1169 primeiro. **Vice-presidente Juanita:** Eu só queria pegar carona no Fernando, Cristiane.  
1170 Você como coordenadora do orçamento. Nós tivemos a reunião de capacitação aqui, foi  
1171 apresentada a LOA. Né? ... do FEAS, onde nós verificamos essa informação do Fernando.  
1172 Porque que nós não perdemos recurso? Porque nós fizemos essa justificativa.  
1173 Considerando que a nossa execução não foi na totalidade na fonte 10. Considerando as  
1174 prioridades que foi feita por esta secretaria. Então foi mantido o financiamento.  
1175 **Conselheiro Volney:** Na minha compreensão. Mesmo que, o orçamento vai pra  
1176 assembléia, em setembro né? Pois é. Esse efeito dominó, ela vai se dar daí a dois anos. Ele  
1177 vai dar. Vai. Esse efeito. **Vice-presidente Juanita:** Qual efeito dominó Volney?  
1178 **Conselheiro Volney:** Se recurso voltou pro caixa único. Uma vez. Aí tudo bem, aí voltou.  
1179 Um minutinho só. Aí voltou, em setembro, está sendo aprovado o orçamento de 2012. No  
1180 de 2013, não vai ser esse reflexo? **Vice-presidente Juanita:** Olha só gente. Vamos fazer  
1181 um pensamento aqui. Com a nossa função política, que a gente desempenha, Volney.  
1182 Porque, veja bem. Todos os anos que nós estamos aqui, o recurso do FEAS teve uma  
1183 execução de 95 a 97%. Quase, praticamente todos os anos. Esse ano, nós estamos tendo  
1184 uma execução do orçamento, inferior. Considerando um problema de percalço que nós  
1185 tivemos que foi a arrecadação inferior ao planejamento. Não significa que o ano que vem  
1186 ou daqui dois anos, a gente vai ter esse problema. Agora, planejamento é isso. Você faz  
1187 um planejamento, se acontece um problema no decorrer dele, você tem que prever  
1188 situações, para resolver essa situação. Né? **Conselheira Cristiane:** Terceiro. Co-  
1189 financiamento de serviços e benefícios para os municípios, na execução da proteção social  
1190 básica. O valor da LOA era R\$ 6.982.581,00, houve uma suplementação de R\$  
1191 280.241,50. E a meta do estruturador era, 45 unidades de serviços de convivência e  
1192 fortalecimento de vínculos, idosos. 58 unidades de serviços de convivência e  
1193 fortalecimento de vínculos de 6 a 15 anos. 12 unidades de CRAS, investimento. 13  
1194 unidades de CASE investimento. Houve um marco. Monitoramento de 87 unidades de  
1195 CRAS, construídos em 2009 e 53 unidades de CRAS construídos sem 2010.  
1196 Monitoramento de 109 unidades de CASE, construídos em 2010. A execução física  
1197 financeira no acumulado foi de R\$ 5.987.105,12. Com uma execução financeira no  
1198 mesmo valor. Observação: No mês de outubro a câmara multisetorial de prioridades  
1199 sociais, da SEPLAG, aprovou cota para atender os repasses do piso mineiro. Os valores  
1200 repassados no referido mês, são de execução com saldo no mês de setembro.



1201 Esclarecimento da SEDESE/SUBAS, por meio do e-mail de 29 de fevereiro de 2012. A  
1202 câmara multisetorial de prioridades sociais priorizou o pagamento dos serviços sócio  
1203 assistencial de ação continuada. Com vista à manutenção da oferta de serviços aos  
1204 usuários nos municípios. Tal medida impossibilitou a realização de despesas de  
1205 investimento, priorizando, portanto o custeio. Tá certo? O relatório traz situações de  
1206 interrupções de repasses a municípios, devido a não cumprimento de exigências. Bem  
1207 como informações de 69 municípios que não realizaram conferências. Diante desta  
1208 situação de que ela é recorrente. Dos municípios que não cumprem as exigências do  
1209 SUAS de repasse do recurso, inclusive essa situação da não realização de conferências. Na  
1210 discussão da parte da manhã de ontem. Houve uma proposta, de realização no dia 15 de  
1211 março, de uma oficina, de nove às quinze horas, com o objetivo de elaborar estratégias de  
1212 apoio aos conselhos municipais de assistência social. A fim de superar as dificuldades de  
1213 gestão e de controle social. Essa foi a proposta que surgiu ontem, durante a discussão,  
1214 proposta dada pela Consolidação. E que houve outras propostas de vinculação. Inclusive de  
1215 a gente discutir no dia 15, com base num levantamento diagnóstico das situações que são  
1216 recorrentes aqui no Conselho. E que a gente está percebendo, que não consegue de fato,  
1217 propor algo, uma estratégia que altere essa situação, que está no Estado. Inclusive hoje de  
1218 manhã nós já discutimos um pouco aí o papel do COGEMAS, nessa discussão junto à  
1219 gestão. **Vice-presidente Juanita:** Ta. Oh Beth, eu queria que você subisse um pouquinho.  
1220 Porque eu queria, além dessa. Eu queria só justificar. A não execução da fonte 10 na  
1221 totalidade. Porque aí nós teríamos que executar a totalidade. Porque aí tudo é serviço. Né?  
1222 Essa ação do co-financiamento da proteção social básica. Estão aí todos os serviços da  
1223 básica que foram municipalizados e esse Conselho conhece. A primeira fase da  
1224 municipalização. Ela acontece por meio de convênio. Que a gente chama de período de  
1225 transição, onde a gente está transitoriamente passando aquele serviço do município.  
1226 Termina o convênio, inicia a repasse fundo a fundo. Nós temos aí, de municipalização que  
1227 estão dando problemas. Tem município que fez a municipalização conosco, por meio de  
1228 convênio. Que nós temos com muita parcela pra passar para esse município e tivemos  
1229 impossibilidade, que a Gilvânia mais a Claudinha devem ter esclarecido. Que, porque o  
1230 instrumento foi convênio, esse ano nós não passamos o recurso. Porque eles não  
1231 prestaram contas e não executaram. Por exemplo, Vespaziano, esse Conselho já conhece.  
1232 Contagem, nós tivemos uma denúncia no Jornal, com relação aos Curumins de Contagem,  
1233 que nós estamos acompanhando. Qual outro Claudinha? Ibirité. Nós estamos em reunião  
1234 com estes gestores e com o conselho. O ano de 2011, esse ano já fizemos de novo. E nós  
1235 fizemos uma proposta pro nosso jurídico. De descumprir o acordo do convênio,  
1236 considerando que o município não tem gestão financeira. Nós estamos com o recurso  
1237 parado, ele foi empenhado e liquidado. Mas não foi pago por causa dessa questão. Nós  
1238 temos Belo Horizonte, que tem um convênio de municipalização. Que faz a execução  
1239 integral. Então não interfere no repasse de recurso. Eu só queria justificar a não execução  
1240 da totalidade aí desse recurso. OK. Tranquilo o encaminhamento? Eu acho que aí seria  
1241 incluir esses municípios da municipalização também. Sabe Cris? Que nós estamos  
1242 fazendo um esforço com Ibirité, Vespaziano e Contagem. Com essa. Riberão das Neves,  
1243 também? Não eu estou falando é o encaminhamento que a comissão deu, além de fazer a  
1244 oficina. Pegar esses municípios como prioritário. Porque eles perderam muito dinheiro  
1245 nesse processo de municipalização. Eles vão entrar agora no plano de serviço. Mas vai  
1246 continuar bagunçado, porque... **Conselheira Crisitane:** Também só resgatando um pouco,  
1247 acho que essa discussão que culminou no encaminhamento da oficina. Ela foi muito rica  
1248 ontem, porque a gente até, começou a questionar um pouco o nosso papel, como conselho  
1249 estadual e de fortalecimento dos conselhos municipais. Quer dizer. Hoje nós às vezes  
1250 adotamos uma postura muitas vezes de críticas aos conselhos. Ou até mesmo de quadro de

1251 fiscalização. Quer dizer, nós estamos movimentando mais por ofícios. Manda o ofício pro  
1252 conselho. Não conseguimos de fato, priorizar as uniões regionais de conselhos municipais,  
1253 com informações. Então são aspectos que nós precisamos. E essa oficina nesse sentido.  
1254 Ela traz essa possibilidade de que a gente estabeleça estratégias, mais efetivas, dando um  
1255 olhar também, no que realmente está acontecendo. Não só partindo do princípio, há a  
1256 gestão é ruim. Não pera aí, quê que é? Porque que a gestão é ruim? E ontem, inclusive, a  
1257 Ana Paula, trouxe uma informação. Que essa situação de não execução dos recursos, de  
1258 repasses que são bloqueados, ela é nacional. Não é só o Estado de Minas que está vivendo  
1259 isso. Então a gente tem uma situação no SUAS. Que vai muito além. Só de ficar nessa  
1260 disputa, ou nessa briga, ou nessa questão do conselho estadual com os municípios. Então a  
1261 oficina, a gente tem uma expectativa de que ela realmente possa contribuir pra que a  
1262 gente, estabeleça estratégias mais eficazes. E que a gente não fique só nessa de questão.  
1263 Manda ofício, vai lá. Quer dizer, o que mais que a gente pode estar fazendo pra  
1264 estabelecer essa parceria aí com os municípios. Está aprovada a oficina? **Vice-presidente**  
1265 **Juanita:** Sim. Nossa! Importantíssimo. **Conselheira Crisitane:** Então a presença de todos  
1266 os conselheiros no dia 15. Inclusive os governamentais. **Vice-presidente Juanita:** Desse  
1267 mês já? **Conselheira Crisitane:** 15 de março. É. Item quatro. Co-financiamento aos  
1268 municípios na execução da proteção social especial. O valor da LOA era de R\$  
1269 16.110.762,00. Houve uma suplementação de R\$ 332.301,00. E uma anulação de R\$  
1270 162.400,00. A meta de execução era de 71 unidades de serviço de acolhimento  
1271 institucional. 9 unidades de serviços de acolhimento em família acolhedora. 34 unidades  
1272 de atendimento especializado. 3 de unidades de MOCATU. 27 unidades de atendimento  
1273 ao migrante. 1 unidade de atendimento ao idoso. 4 unidades de CREAS regionalizados. 12  
1274 unidades de serviço de acolhimento institucional, Casa de Passagem. E 4 unidades de  
1275 serviços especializados de abordagem social. O marco foi a construção de CRAS.  
1276 CREAS, pois é, eu já ia falar o quê que CRAS está fazendo. Então correção aí, por favor,  
1277 no relatório, o marco foi de construção de um CREAS. Observação: Suplementação  
1278 orçamentária autorizada pela resolução 371 de 2011, Conselho Estadual de Assistência.  
1279 Que dispõe sobre a reprogramação do saldo de recurso do co-financiamento federal, para  
1280 os serviços socioassistenciais. Correção dos valores de repasse para manutenção das casas  
1281 lares. A anulação orçamentária refere-se à emenda parlamentar disponibilizada no FEAS.  
1282 Para atender as ações da coordenadoria especial de políticas pró-criança e adolescente. Na  
1283 nova estrutura da SEDESE, a ações dessa coordenadoria, estão a cargo da subsecretaria de  
1284 direitos humanos. O recurso foi remanejado para a ação 1481 SEDESE. A execução  
1285 orçamentária foi de R\$ 13.651.824, 92. E a execução financeira o mesmo valor.  
1286 Esclarecimento da SEDESE, o pagamento das casas lares, foi efetuado com recursos da  
1287 fonte 56. Por impedimentos legais, conforme consulta a assessoria jurídica. Não seria  
1288 possível efetuar o pagamento com recursos das duas fontes no mesmo momento. Visto  
1289 que isso dobraria o valor da parcela de convênio. Não sendo possível a sua redução para o  
1290 ano seguinte. Outra sugestão foi fazer um novo convênio, para esse repasse do recurso,  
1291 separadamente, o que foi negado pelo jurídico. Pois não é permitida a formulação de dois  
1292 convênios com o mesmo objeto. Uma vez que a reprogramação da fonte 56, já havia sido  
1293 aprovada pelo Conselho. O pagamento foi efetuado com a fonte 56. Em discussão. Não  
1294 houve encaminhamento da comissão. Apesar de que houve sim. **Vice-presidente Juanita:**  
1295 Qual que foi o encaminhamento aí? **Conselheira Cristiane:** Não. Na verdade teve uma  
1296 discussão. Em relação à resolução 371. Desculpa não estar constando aqui. Que a  
1297 resolução 371. Lembrando aos conselhos. Ela reprograma saldos do governo federal, para  
1298 a proteção social especial. Da ordem de um milhão, duzentos e alguma coisa. A gente não  
1299 conseguiu. Apesar. A gente até conversou, mas a gente não conseguiu visualizar. Na  
1300 prestação de contas do quarto trimestre. A execução total, deste recurso de reprogramação.

1301 E isso inclusive vai refletir na correspondência que nós recebemos do Fundo Nacional. Da  
1302 secretaria nacional de assistência social. Que nos questiona. É o segundo ponto da pauta,  
1303 mas eu já vou trazer pra cá. Só porque a gente está discutindo esse ponto. Que nos  
1304 questiona, exatamente a baixa execução dos recursos da fonte 56, relacionados a 2010.  
1305 Em que nós conselho, inclusive dissemos ao governo federal, que os recursos eram  
1306 insuficientes. E aí o MDS está agora então, nos colocando em cheque. Dizendo: se os  
1307 recursos são insuficientes, porque que a execução foi de somente de 22%. Então, nesse  
1308 sentido. A gente precisa. Isso não foi possível ontem, não é Gilvânia? A gente perceber na  
1309 prestação de contas. Se esse um milhão de reprogramação, foi de fato executado. Até  
1310 porque a SEDESE vai dar uma resposta a secretaria nacional de assistência. Mas nós  
1311 conselho estadual, também temos que dar uma resposta do nosso papel do controle social.  
1312 **Vice-presidente Juanita:** Bom, Cristiane. O CEAS já solicitou uma justificativa, ao  
1313 órgão gestor. Com relação a essas duas questões. A não utilização do piso de alta  
1314 complexidade um. Do piso fixo de média complexidade. E já está na mesa da  
1315 subsecretária, que esta viajando a trabalho. A resposta, pra ela verificar a procedência ou  
1316 não pra esse Conselho. Bom, eu concordo com o CEAS. Essa informação da execução do  
1317 saldo financeiro da fonte 56 tinha que fazer parte da prestação de contas desse ultimo  
1318 trimestre. Considerando que ele aconteceu nesse último trimestre. É, considerando que  
1319 essa justificativa que estava aí do jurídico, da impossibilidade, de colocar no mesmo  
1320 convênio. Incluindo o mesmo convênio a outra fonte. E de fazer um segundo convênio  
1321 com a fonte diferenciada, porém, com o mesmo objeto. Isso aí foi a justificativa do  
1322 jurídico e isso procede. O quê que estrategicamente a gente fez. Isso foi um pleito nosso  
1323 pra esse Conselho. De melhorar as condições de atendimento dessas casas lares, que  
1324 lembrando, são execução direta do estado. E realmente, precisava ser fortalecida. Nós  
1325 naquele momento, não tínhamos fonte 10, pra fazer esse plus pra essas entidades. Em  
1326 conversa com o nosso jurídico e com o nosso setor de orçamento da secretaria. Foi feito  
1327 esse plus, com a fonte 56, para garantir no ano que vem o aumento, para essas entidades,  
1328 na fonte 10. Utilizando o que nós fizemos esse ano com a fonte 56. Se vocês olharem o  
1329 orçamento que a Claudinha trouxe na capacitação. Essa garantia do acréscimo que foi  
1330 feito pela fonte 56, foi mantido no nosso orçamento esse ano. Considerando a justificativa  
1331 que nós fizemos. Da autorização do Conselho pra fazê-lo. Da situação que o jurídico nos  
1332 apresentou e da possibilidade que nós tínhamos. Então foi isso que aconteceu. Agora com  
1333 relação a não demonstração, desse Conselho. Porque realmente ele não aparece na LOAS,  
1334 Cris. Esse saldo que nós temos, ele não aparece. Ele fica na conta. Porque a LOAS só  
1335 aquilo que você planejou pra esse ano. E ele não tem o planejamento de saldo. Não é isso  
1336 Claudinha? O saldo, ele fica só em conta. OK. **Conselheira Cristiane:** Porque na  
1337 verdade, a gente não descreveu, se olhar lá na parte nossa lá de financeiro. Do co-  
1338 financiamento de Casa Lar. Tem lá, em baixo, R\$ 1.260.214,00. Ele foi... ele veio  
1339 descrito, naquela parte aonde que a gente informa os valores que cada um recebeu. Ele  
1340 não está separado para facilitar o entendimento. Mas conforme a gente vai aprimorando o  
1341 relatório, e diante da colocação de vocês, a gente vai tornando as informações mais claras.  
1342 Mas ele está aqui, não separadamente, para demonstrar melhor, mas ele está aqui na  
1343 demonstração. Deixa eu só confirmar então Claudinha. Pra ver se o entendimento está  
1344 correto. Daquele saldo reprogramável então. De um milhão duzentos e cinquenta e três.  
1345 Foram gastos, ele foi totalmente investido nas casas lares, no ano de 2011, conforme  
1346 estabelecido da resolução. É essa a informação então. Está correto? **Vice-presidente**  
1347 **Juanita:** Está correto. **Conselheira Cristiane:** É isso. Mas de qualquer forma é bom que  
1348 ela venha oficial, para que a gente possa encaminhar pro conselho nacional. Os  
1349 conselheiros estão esclarecidos sobre essa situação? Sim, tem outro saldo. É outro  
1350 esclarecimento. Aqui o que eu esclareci que foi executado, foi o recurso que foi pactuado

1351 no conselho pra Casa Lar. O outro a gente vai dar a informação, porque na verdade eu até  
1352 vi o ofício hoje. É, esse gasto que eu falei aqui é com relação a esse Casa Lar, do quarto  
1353 trimestre. É, isso. Aquele lá são duas situações que o PAC e o piso médio. Então aquela  
1354 justificativa é outra. Que a gente vai encaminhar posteriormente. Os conselheiros estão  
1355 esclarecidos? Sobre essa situação? **Conselheiro Marcelo:** Ta OK gente? Podemos passar  
1356 para o próximo ponto? Então ta. Então vamos lá. **Conselheira Cristiane:** Cinco.  
1357 Fortalecimento dos instrumentos descentralizados de gestão do SUAS. O valor da LOA é  
1358 de seiscentos e vinte e seis mil, e houve uma anulação de setenta e sete mil duzentos e  
1359 trinta e seis. A meta é 95% dos municípios habilitados de gestão básica ou gestão plena. A  
1360 anulação orçamentária dessa ação, para a ação 4236 proteção social especial, autorizada  
1361 pela resolução 371/2011 CEAS, que dispõe sobre a reprogramação do saldo de recurso de  
1362 co-financiamento federal, para os serviços sócio-assistenciais. Execução financeira. No  
1363 comparativo do trimestre, nesta ação, houve uma execução orçamentária do total de R\$  
1364 494.258,37 e a mesma execução financeira. Valor executado no trimestre foi de R\$  
1365 51.307,65 referente a pagamento do convênio dos facilitadores do telepresencial, e  
1366 despesas com viagem. Encaminhamento: traçar estratégia junto a SEDESE para  
1367 intervenção e apoio junto aos municípios. Ah. Essa estratégia já está lá na oficina. Junto  
1368 aos municípios que não realizaram conferência. É a ação cinco, fortalecimento dos  
1369 instrumentos descentralizados de gestão do SUAS. Aqui tem a questão da conferência.  
1370 Mas ela já está colocada na oficina que vai acontecer no dia 15. Em discussão. **Vice-**  
1371 **presidente Juanita:** É a gente tem que discutir o encaminhamento pra ver se concorda ou  
1372 não concorda. Eu acho bacana. Alguém gostaria de colocar, contribuir? Não. OK Cris. Ô  
1373 Cris, desculpa, eu dei uma saída. **Conselheira Cristiane:** Seis. Manutenção e atualização  
1374 do sistema de informação e monitoramento do SIM. O valor da LOA é de doze mil. Cento  
1375 e doze mil. E a anulação é de R\$ 64.792,00. A meta era um sistema implantado. Mais uma  
1376 vez a anulação de recursos nessa ação se justifica pela resolução 371/2011. Da  
1377 reprogramação de saldos. E não houve execução financeira nem orçamentária nesta ação.  
1378 O preenchimento dos questionários por parte dos municípios, tem sido satisfatórios  
1379 segundo a avaliação da SEDESE. O esclarecimento da SEDESE da não execução  
1380 orçamentária nem financeira é a seguinte: em razão do co-financiamento de um número  
1381 maior de municípios só ocorrer em 2012, não houve necessidade de elaboração de  
1382 contrato para atualização do sistema de informação e monitoramento SIM, neste exercício  
1383 de 2011. As adequações necessárias ocorreram no exercício de 2012. Como o orçamento  
1384 fonte 56, não seria mais utilizado. Foi remanejado para a ação 4236, com vistas a cobrir as  
1385 despesas de pagamentos das Casas Lares. **Conselheira Elizabeth:** É uma curiosidade, de  
1386 fato. Quantos municípios hoje já operam no SIM? Gilvânia? **Conselheira Gilvânia:**  
1387 Duzentos e oitenta e seis. **Conselheira Elizabeth:** Tem um percentual alto de  
1388 regularidade? **Conselheira Gilvânia:** Tem. De preenchimento. A gente tem um número  
1389 remittente de não preenchimento, mas tem um nível alto de preenchimento adequado.  
1390 **Conselheira Elizabeth:** E tem perspectiva de ... esse ano? Gilvânia. **Conselheira**  
1391 **Gilvânia:** Sim, porque à medida que todos os municípios entram no piso, eles entram no  
1392 SIM. **Conselheira Elizabeth:** Em 2012? **Conselheira Gilvânia:** É. **Vice-presidente**  
1393 **Juanita:** Ô Ana. Inclusive essa justificativa que a SEDESE fez, procede. Porque o recurso  
1394 para dar o piso do SIM. É para dar conta de fazer a operacionalização dos 620 municípios.  
1395 Agora, infelizmente, nós temos uma. Felizmente nós temos uma regularidade no  
1396 preenchimento do SIM. Mas infelizmente nós temos uma baixa execução financeira pelos  
1397 municípios demonstrados no SIM. **Conselheira Cristiane:** OK. Piso mineiro de  
1398 assistência social. O valor da LOA era de R\$ 14.955.159,00 e a meta do estruturador de  
1399 214 municípios. A execução orçamentária foi num total de R\$ 14.954.270,80. Sendo a  
1400 mesma execução financeira. O Conselho Estadual de Assistência percebeu interrupções no

1401 repasse no mês, no repasse aos municípios. Em determinados meses. Com acúmulo em  
1402 outros meses. O que pode causar problemas ao município na continuidade dos serviços.  
1403 Eu explico. Na listagem que veio dos municípios. A comissão depois analisando, viu que  
1404 de fato a SEDESE, ela cumpriu com a meta de financiamento de todos os municípios. Das  
1405 doze parcelas e com o valor de repasse. No entanto, há interrupções de repasse em  
1406 determinados meses. Então às vezes não repassou em outubro, mas repassou em  
1407 novembro. Não repassou em novembro, mas repassou tudo em dezembro. Então, na  
1408 análise que nós fizemos, a gente percebeu que isso pode causar problemas aos municípios  
1409 na gestão desses recursos. Considerando principalmente a questão de pagamento de  
1410 pessoal e outras despesas. E considerando que a política de assistência social coloca que o  
1411 serviço tem que ser continuado. Então o financiamento também tem que seguir a mesma  
1412 lógica. Nesse sentido o encaminhamento tirado foi: uma notificação à SEDESE, para  
1413 continuidade do repasse. E verificando quais são as providências que estão sendo tomadas  
1414 pela SEDESE, para garantir que o repasse seja continuado e que não haja interrupções nos  
1415 meses. **Vice-presidente Juanita:** Eu vou reforçar uma defesa que a Claudinha e a  
1416 Gilvânia, deve ter feito aqui. Aí eu vou solicitar a retirada da notificação a SEDESE. O  
1417 recurso desse financiamento é condicionado ao SIM. Você sabe, eu já coloquei isso aqui,  
1418 há dois meses atrás se eu não me engano. Nós temos que fazer alteração na nossa  
1419 legislação, considerando que: o repasse nosso ele está por lei condicionado ao  
1420 preenchimento do SIM. Conforme a Gilvânia falou, a gente tem os municípios que  
1421 preenchem. Só que tem uns que atrasam muito. Então por isso no dificultador de repassar  
1422 o recurso. Em contrapartida eu vou pedir a Claudinha, pra fazer uma análise na situação  
1423 de Cataguases, que me falou que está sem receber uma parcela, de dezembro do ano  
1424 passado. Ele não recebeu. Aí eu vou pedir você pra olhar lá dentro do sistema de  
1425 Cataguases, se nós estamos devendo esta parcela pra ele, pra fazer o ressarcimento. Agora.  
1426 Não é isso Zé? Não, mas janeiro eu te falei que nós não pagamos ninguém. Ao microfone.  
1427 Não é? Porque ele me cobrou antes. Eu falei pra ele. Janeiro não, nós não pagamos  
1428 ninguém. Realmente. Dezembro, se nós estamos devendo ele, nós temos que identificar  
1429 onde está esse dinheiro. Cris. Mas com relação ao atraso, por isso que eu estou pedindo a  
1430 retirada da notificação. Eu até já coloquei aqui, que agora o Governo Federal instituiu a  
1431 vigilância sócio-assistencial nos CRAS e nos CREAS. Que é aquele sistema que vai ter  
1432 que ser preenchido pelo gestor, mensalmente. Tem muitas questões lá, que é a questão do  
1433 SIM. Então o município vai ter duplicidade de preencher sistema, com a mesma  
1434 informação. Inclusive nós já conversamos isso no nosso planejamento. Que a  
1435 superintendência de monitoramento, nós não podemos extinguir o SIM. Porque ele é um  
1436 sistema que nos acoberta, inclusive ele foi instituído muito antes do governo federal. Ele  
1437 vai ter que ser adequado, mas a gente vai ter que fazer uma conversa com o governo  
1438 federal ainda. Antes de adequar, no sentido de: quando a gente precisar de relatório, o  
1439 governo federal nos ceder. Porque é muito dificultoso conseguir relatório da SAGE, lá do  
1440 governo federal. A gente entende que os sistemas deles também estão sendo  
1441 implementados. Mas a gente não pode retirar o nosso, enquanto a gente não tiver essa  
1442 garantia. Então isso vai ser uma deferência que a SEDESE vai ter que fazer esse ano. OK,  
1443 Cris? **Conselheira Cristiane:** Juanita. Então eu quero um pouco manter. Quero defender  
1444 a manutenção da lógica da notificação. Entendendo que é o seguinte: Se há problemas. E  
1445 aí você já falou sobre essa questão da legislação. Eu estou lembrando que ontem nós  
1446 conversamos também um pouco sobre isso. Da necessidade de se discutir, de marcar  
1447 reuniões e pensar. Essa questão da legislação do estado, que não prejudique os municípios  
1448 no repasse do recurso. Então que a gente mantenha essa notificação nessa perspectiva  
1449 assim. Até pra chamar a atenção pra isso, da necessidade. **Vice-presidente Juanita:** Não  
1450 é solicitar, né? **Conselheira Cristiane:** É, ou uma coisa ou outra, mas não deixar de

1451 perder de vista essa situação. **Vice-presidente Juanita:** Não, eu concordo. **Conselheira**  
1452 **Cristiane:** Até eu estou falando aqui com o Zé Fernando. Se a lógica do SUAS. E nós  
1453 aqui temos o tempo todo pra ficar batendo nisso. O serviço é continuado, o financiamento  
1454 tem que ser continuado. Se não você prejudica o serviço. A lógica é muito clara. Eu só  
1455 consigo executar o serviço, se eu tiver recurso financeiro. E aí depois o município. Olha  
1456 só gente, efeito cascata. O município não executa porque ele não tem serviço. E aí ele não  
1457 coloca a execução física no sistema, porque ele não executou, porque ele não tinha  
1458 dinheiro. E aí ele não recebe no mês seguinte. **Vice-presidente Juanita:** Aí há  
1459 controvérsias. Ne Cristiane. Aí eu vou te pedir, porque a notificação no primeiro eu  
1460 concordei e dei o de acordo. Nessa aí eu não concordo, e peço pra tirar o termo e colocar  
1461 uma solicitação de alterar a legislação do Estado e rever a questão do sistema. Por quê? Os  
1462 municípios não estão sem dinheiro. Tem município que tão. Tem. A grande maioria,  
1463 99,9% não estão, porque a gente identifica no SIM e vê a execução financeira dele. Se  
1464 você abrir. O MDS nos encaminha o fundo nacional. O saldo de contas do MDS, a gente  
1465 vê também que não tem. Então isso é muito relativo. Agora se o município recebe e não  
1466 consegue fazer o seu monitoramento, a sua execução. Aí é a questão que eu tenho que  
1467 fazer. Eles não estão deixando de executar, porque tem o recurso. Porque a gente está  
1468 fazendo o monitoramento no SIM. Entendeu? Então a gente não está repassando, porque  
1469 ele tem a garantia do financiamento, pra executar. **Conselheira Cristiane:** Mas de  
1470 qualquer maneira, um erro não pode justificar outro. O papel do Estado é o co-  
1471 financiamento continuado. O governo federal é assegurar o co-financiamento. Eu  
1472 concordo de mudar, de não ser uma notificação, mas de ser uma solicitação, inclusive de  
1473 quais a providências estão sendo tomadas e como que esse conselho pode participar dessa  
1474 discussão. **Vice-presidente Juanita:** Claro, nesse sentido. Muito bom. Podemos ir? OK  
1475 **Conselheira Cristiane:** Oito. Proteção e amparo às mulheres em situação de violência. O  
1476 valor da LOA era de R\$ 150.000,00 e a meta do estruturador era oito unidades de abrigo,  
1477 para mulheres. O meu Deus. Seis unidades de abrigos para mulheres. Obrigada gente. Não  
1478 houve execução física e financeira nessa ação. E a justificativa é a seguinte: por  
1479 determinação do gabinete da SEDESE, a ação da coordenadoria da mulher foi inserida no  
1480 FEAS. Com a fonte 39, multas pecuniárias e juros de mora fixados em sentenças judiciais.  
1481 No primeiro semestre de 2011, a SEPLAG informou que essa fonte só poderia ser  
1482 executada através do fundo de direitos difusos. Essa questão foi resolvida, no início do  
1483 segundo semestre. Com a disponibilização de recursos para a ação de co-financiamento de  
1484 serviços para municípios da execução de proteção especial. Todavia a SEPAN não  
1485 conseguiu instruir os processos, dentro do prazo estabelecido do projeto estruturador. A  
1486 partir do controle da execução orçamentária e financeira pela câmara multisetorial de  
1487 prioridades sociais. Não houve a priorização desta despesa. Finalmente com o saldo de  
1488 cotas já aprovado no SIAF. Três convênios foram empenhados e liquidados. Com saldo de  
1489 recursos da ação proteção social especial. Nota: também foi esclarecido pela SEDESE, na  
1490 plenária ordinária ocorrida em 22.11.2011, bem como oficializado por meio do ofício  
1491 SUBAS 518/2011 datado de 20/12/2011. OK? Recursos do IGE e o IGDE. Como nós  
1492 discutimos esse recurso ontem, eu não vou ficar lendo todos os quadros aí não. E eu já  
1493 vou passar diretamente para as considerações, tá? Então o IGD e IGDE estão colocado aí,  
1494 IGE e IGDE. Está colocado aí. Então a SEDESE apresentou pra gente todos os saldos de  
1495 contas, de acordo com o formulário. E o detalhamento da execução. No trimestre, do valor  
1496 total que está disposto no saldo, foi executado R\$ 49.583,34. Esse valor foi para  
1497 pagamento do contrato da escola satélite, para transmissão das teleaulas. A comissão  
1498 avaliou que é necessário ainda, pedir esclarecimentos a SEDESE, em relação à baixa  
1499 execução do IGE. Porque de qualquer forma tem saldos. A gente percebe saldos em conta  
1500 e a execução apenas 49 mil reais. Vamos por ponto? **Vice-presidente Juanita:** Claudinha,

1501 esse recurso não é aquele que chegou no final do ano? Ou é o IGDE. **Conselheira**  
1502 **Cristiane:** IGD SUAS. Está o esclarecimento aqui do IGD SUAS. Esse saldo ô Juanita.  
1503 Pois é. Até as contas são muito claras. O relatório foi muito claro, depois a gente  
1504 analisando. Inicialmente a gente achou que estava confuso, mas depois a gente conseguiu  
1505 perceber. Tem depósito em conta desde junho. Dessa última conta aí, de onde foi despesa  
1506 realizada de 49 mil. Aí tem um saldo, só nessa conta de R\$ 214.764,00. E a gente sabe  
1507 que esse recurso é financeiro. Ele não é orçamentário. Então é dinheiro mesmo.  
1508 **Conselheira Cláudia:** Na verdade, houve esses depósitos. Se observar lá, tem mês que  
1509 vem uma quantidade maior de recurso. Na verdade a gente fez o tele-presencial,  
1510 programou o gasto do tele-presencial, com recurso da fonte 56. Mas teve um determinado  
1511 momento aí, que a gente não tinha ainda o recurso. Ta, porque novembro tem 300 e tantos  
1512 mil. Aí parte foi. Como quando a gente fez o convênio, a gente colocou duas fontes, a 56 e  
1513 a 10. Quando o recurso financeiro não chega na fonte 56, a gente não tem como empenhar  
1514 do que dá e pagar. Então salvo engano, não sei se foram duas ou três parcelas, que a gente  
1515 custeou com recurso da fonte 10. Aí gerou um saldo. É. Esse saldo como é financeiro ele  
1516 está na nossa conta. Para ser reprogramado e efetuar o gasto. Então aí. **Vice-presidente**  
1517 **Juanita:** Lembrando que o plano. O plano de ação do grupo intergestor, vem pra cá esse  
1518 ano. É... não. Fora de capacitação. Esse recurso é o do Bolsa Família ou é do PAGUE.  
1519 IGDE, do Bolsa Família. Então o plano estadual do grupo intergestor do programa Bolsa  
1520 Família vem pra cá, pra esse ano. **Conselheiro Marcelo:** Bom...é Marcelo. Em cima da  
1521 fala da Claudinha, me veio uma dúvida. Esse recurso foi utilizado para pagamento do tele-  
1522 presencial. Não é isso? E lá em cima na qualificação de recursos humanos, também. Não é  
1523 isso? Então parece que houve duplicidade de utilização do recurso. Não é? E aí  
1524 conseqüentemente, a baixa execução pode também ser reflexo disso. Não sei?  
1525 **Conselheira Cláudia:** É porque na verdade, ele aparece aqui enquanto financeiro e lá em  
1526 cima enquanto orçamento. Porque na verdade, ele aparece aqui enquanto financeiro.  
1527 Informação financeira, porque que ele está lá aparece na qualificação enquanto era  
1528 presencial. Porque a gente pagou a ele naquela dotação. Aqui a informação é só  
1529 financeira, aqui a gente não faz referência. Lá é o financeiro. **Conselheira Cristiane:** O  
1530 que fica claro pra gente. E aí eu queria fazer um comentário. Até diante da sua fala  
1531 Marcelo. É que há claramente uma priorização de investimentos de gastos de recursos da  
1532 fonte 56. Em detrimento da fonte 10. E é isso que nos preocupa. Sabe Claudinha? E aí a  
1533 gente entende como leigos, que nós somos da área técnica. Que isso acontece por quê?  
1534 Fonte 56 é financeiro, fonte 10 é orçamentário. Você tem aí, muitas vezes não pode ser  
1535 financeiro. Mas isso nos preocupa, continua nos preocupando. Apesar de já ter tido  
1536 esclarecimento que isso não prejudicou a LOAS 2012 e tal. Mas que isso ao longo prazo,  
1537 como é que a gente amplia, em função de estar sempre priorizando uma ação ou outra.  
1538 Então, acho que são alertas, que nós conselheiros, temos que estar sempre em mente, em  
1539 relação a essas questões. E mesmo assim, eu acho que mantém aí o encaminhamento, de  
1540 que haja por parte da SEDESE, um esclarecimento mais formal em relação ao IGE.  
1541 Porque isso é recorrente. A questão assim, a gente está sempre aqui discutindo o IGE,  
1542 sempre tem um saldinho. Mesmo que seja pequeno, mas tem lá. Vamos logo aplicar esse  
1543 recurso na assistência, porque tem demanda. **Conselheiro George:** George. Falar em  
1544 saldo, aquele saldo está errado. Você lembra que eu te falei. 260.249. ... 214 mil lá. Acho  
1545 que tem corrigir alguma coisa. **Conselheira Cristiane:** Há, o senhor tinha falado de fato.  
1546 Tem que. A conta está equivocada ali, ó. **Não identificado:** É 274. Porque tem o saldo  
1547 mais rendimento. **Não identificado:** OK. **Conselheira Cristiane:** Mantém o  
1548 encaminhamento? OK. IGD SUAS. **Vice-presidente Juanita:** Ô Cristiane, não mantém  
1549 não. Desculpa. O que você está pedindo ali. Esclarecimentos quanto à baixa execução. Já  
1550 foi esclarecido. O que a gente tem que encaminhar aqui, é uma solicitação à SEDESE com

1551 relação à execução nesse ano desse recurso. Não é verdade. **Conselheira Cristiane:** Não  
1552 mas você tinha falado isso. Eu estou casando os dois encaminhamentos. **Vice-presidente**  
1553 **Juanita:** Não é, porque não foi alterado lá. Aí vai ficar desse jeito. Ta vendo?  
1554 **Conselheira Cristiane:** A ta desculpa. Que é a apresentação do plano. **Vice-presidente**  
1555 **Juanita:** Isso, solicitar a SEDESE, orientar a SEDESE, no sentido de fazer a execução  
1556 desse recurso do IGD. Porque é esclarecimento. IGE desculpe. **Conselheira Cristiane:** E,  
1557 além disso, a apresentação do plano pros gastos dos recursos em 2012. **Vice-presidente**  
1558 **Juanita:** Isso mesmo. Muito bom. **Conselheira Cristiane:** IGD SUAS. Também foi  
1559 apresentado um depósito que foi feito já, no mês de dezembro. 31 de dezembro de 2011.  
1560 Por isso não houve despesa, relacionada a esse recurso, porque ele já foi depositado já no  
1561 final do ano. Então isso já foi esclarecido, em relação ao IGD SUAS. Há saldo, mas a  
1562 execução não foi possível, em função da data do depósito. Demais encaminhamentos.  
1563 Ofício a SEDESE SUBAS, comunicando o agendamento da reunião com o objetivo de  
1564 elaborar alteração e adequação no instrumental do relatório trimestral. Então a gente  
1565 sentiu necessidade, até em função da capacitação de fazer algumas adequações neste  
1566 instrumental. Então é marcar de novo uma reunião com a SEDESE, com este objetivo. E a  
1567 gente também, enquanto comissão vai trabalhar em cima. **Vice-presidente Juanita:** OK.  
1568 **Conselheira Cristiane:** Sugerir, à mesa diretora. Agendamento de reunião, com o atual  
1569 secretário da SEDESE, senhor Casio Antonio Ferreira Soares, e reuniões com a SEPLAG.  
1570 Agendadas em conjunto com a SEDESE, para aproximação e reflexão sobre o FEAS e o  
1571 papel do Conselho Estadual de Assistência. **Conselheiro Marcelo:** A ta. Sugerir a mesa  
1572 diretora. Eu acho que é importante. Eu acho que já pode sair daqui deliberado, inclusive  
1573 assim. Não da gente ir lá, mas fazer um convite para que ele venha aqui, conhecer a nossa  
1574 sede, conhecer os conselheiros. E de preferência que essa visita seja numa plenária, onde  
1575 que todos os conselheiros estejam. Pra que ele possa conhecer. **Vice-presidente Juanita:**  
1576 Na verdade nós fizemos esse convite para o Secretário, ele ficou de ver a possibilidade de  
1577 alterar a sua agenda para estar aqui hoje. Né? E ficou de ligar, se teria. A secretária dele,  
1578 se ele teve como alterar essa agenda, pra vir aqui. Mas nós já fizemos o convite, e ele já  
1579 virá. E ficou de ver a alteração da agenda pra vir hoje ainda. Mas ficou de me ligar no  
1580 celular, se isso fosse possível. Mas ele virá. **Conselheira Cristiane:** De qualquer forma,  
1581 eu só quero, acho que é bom oficializar, Juanita. E manter essa questão da SEPLAG, por  
1582 quê? Daquilo que tudo que já foi falado. A gente sabe da luta. **Vice-presidente Juanita:**  
1583 Correto. Ah desculpa, tem SEPLAG também? **Conselheira Cristiane:** Também. Da  
1584 disputa de recursos para a área de assistência social. Então assim, também a gente ter essa  
1585 conversa lá. Pra poder refletir sobre essas questões, principalmente do papel deliberativo  
1586 do conselho. Mas, nós entendemos na discussão ontem que a reunião com a SEPLAG, não  
1587 somos nós a agendar. É junto com a SEDESE. Entendeu? **Vice-presidente Juanita:** É  
1588 uma reunião conjunta. CEAS, SEDESE e SEPLAG. **Conselheira Cristiane:** Isso.  
1589 **Conselheiro Marcelo:** É porque eu entendi. Seria. Então o meu encaminhamento é outro.  
1590 Porque o meu encaminhamento é outro. Porque eu entendi que era a visita do secretário. É  
1591 da gente ir lá. **Conselheira Cristiane:** Também. **Conselheiro Marcelo:** Sim, mas então é  
1592 uma parte do encaminhamento, de mudar pra que ele venha aqui para nos visitar.  
1593 **Conselheira Cristiane:** Ta. Então o encaminhamento deixa eu ver se ficou claro. O  
1594 encaminhamento ficaria da seguinte forma: convidaríamos o secretário para vir ao  
1595 Conselho Estadual. E solicitaríamos ao secretário o agendamento de uma reunião com a  
1596 SEPLAG, para que a gente possa conversar a respeito do papel do Conselho.  
1597 Principalmente em relação ao FEAS. **Vice-presidente Juanita:** OK. Aprovado então o  
1598 encaminhamento. **Conselheira Cristiane:** Em relação ao ofício da secretaria nacional de  
1599 assistência social, MDS. A gente já conversou aqui um pouco. Mas só pra retomar.  
1600 Informando então aos conselheiros, que este conselho, na análise da prestação de contas



1601 de 2010, referentes aos recursos da fonte 56 que é recurso federal. Nós fizemos no  
1602 parecer, uma consideração de que considerávamos os recursos repassados ao estado,  
1603 insuficiente diante do número de municípios que temos. Essa carta então foi acatada lá no  
1604 fundo. Lá na secretaria. Só que eles mandaram uma correspondência, dizendo: se é  
1605 insuficiente, porque que a execução orçamentária foi de 22% apenas. Então nós estamos  
1606 com essa. A notificação na verdade não é nossa. A notificação é a SEDESE. Mas a  
1607 comissão entendeu que nós temos que também apresentar algum tipo de resposta, a  
1608 secretaria nacional de assistência social. É... então. O encaminhamento seria um ofício de  
1609 agradecimento a secretaria nacional de assistência social, pelas informações prestadas.  
1610 Tem mais. Não era só isso não. E esclarecimentos em relação à forma como nós fizemos o  
1611 controle desse recurso. Inclusive editando uma resolução, que é a 371 de reprogramação  
1612 dos saldos. **Vice-presidente Juanita:** Agradecer eu acho pesado. Sabe Cristiane. Eu acho  
1613 que a gente tem que responder o ofício, igual ele nos perguntou. O que esse controle  
1614 social fez para acompanhar essa baixa execução, né? Porque eles estão fazendo o papel  
1615 deles. Em reportar a este CEAS. **Conselheira Cristiane:** Não, na verdade é que saiu aqui  
1616 só o que a gente tinha falado. Mas na verdade é um ofício mesmo, respondendo e a gente  
1617 até considerou assim, a gente pode até iniciar, agradecemos as informações enviadas, mas  
1618 respondemos isso, isso e isso. **Vice-presidente Juanita:** Ah. Ta bom. Ta bom.  
1619 **Conselheira Cristiane:** Na verdade é um ofício a secretaria nacional de assistência social.  
1620 MDS. Dizendo do papel desse conselho e como ele procedeu ao controle social do recurso  
1621 da fonte 56, inclusive deliberando sobre a reprogramação de saldos conforme a resolução  
1622 371. **Vice-presidente Juanita:** OK. Ficou ótimo. **Conselheira Cristiane:** Então o  
1623 indicativo então, da prestação de contas do quarto trimestre, pela comissão, é pela  
1624 aprovação com os encaminhamentos estabelecidos. E deixando claro, eu acho que em toda  
1625 a correspondência que a gente encaminhar a SEDESE. Que diante de todas essas  
1626 ressalvas, que nós estamos sempre colocando nas prestações de contas. Que agora a gente  
1627 já se vê numa situação assim. De aprovar sem dúvida nenhuma, considerando, todo o  
1628 esforço da SEDESE, em nos esclarecer e tudo. Mas que já estão sendo recorrentes, as  
1629 situações que a gente está colocando ressalva na prestação de contas. Então a gente está  
1630 aprovando prestação de contas. Mas sempre fazendo algum tipo de consideração. Porque  
1631 que não informou, porque que não fez isso. Por que... Então eu acho que este Conselho  
1632 tem sido parceiro da SEDESE nesse sentido. Mas nós precisamos já ter respostas mais  
1633 prontas. Ter as questões resolvidas, pra que a gente não fique aprovando, prestação de  
1634 contas com ressalvas. **Vice-presidente Juanita:** Ó, nós não estamos apresentando. Aí nós  
1635 vamos aprovar com ressalva? Não? Não nós não podemos aprovar prestação de contas  
1636 com ressalvas não. Porque nós vamos trazer um problemão pra SEDESE. E nós não  
1637 aprovamos nada com ressalva aí não. Foi aprovado, foi esclarecido. Não existe aprovação  
1638 com ressalva. Ou aprova ou desaprova. Não é? Não é isso Dr. Marcelo? **Conselheiro**  
1639 **Marcelo:** Olha, a resolução ela, toda resolução tem considerandos ou não tem  
1640 considerandos. Ela pode ter considerandos. Essa resolução ela vai aprovar. O artigo  
1641 primeiro vai ser aprovar a prestação de contas do exercício tal, tal, tal. Mas eu penso que,  
1642 diante dessas considerações, que na resolução tenha considerandos. Considerando,  
1643 considerando, considerando a baixa. Não é? Que deverá ser observada pela secretaria.  
1644 Acho que tem que. Teríamos que ter algo neste sentido. Mas, o que é mais importante, é o  
1645 artigo primeiro que aprova. O importante é aprovar. Mas, por que. O Juanita,  
1646 sinceramente, diante do quadro apresentado. Eu digo, eu enquanto conselheiro, se for pra  
1647 ficar simplesmente aprovado. Eu tenho dificuldades de aprovar. Porque é muito  
1648 importante que deixe claro na resolução, essas questões que foram pontuadas pelo  
1649 conselho, pra que nos deixe à vontade, nós conselheiros, nos deixe à vontade, daquilo que  
1650 está realmente descrito na prestação de contas. **Vice-presidente Juanita:** Estou inscrita.

1651 Eu pergunto, pelos encaminhamentos, o quê que eles representam então? Se os  
1652 encaminhamentos que nós estamos discutindo deste ontem, Cris. E que inclusive a  
1653 Consolação participou na parte da tarde. Se com eles nós não esgotaríamos as questões  
1654 com relação ao órgão gestor. E a gente fez uma reflexão boa no período da tarde, com  
1655 relação ao lugar do conselho de parceiro junto ao órgão gestor. E que conseqüências  
1656 trazem essa não aprovação e a aprovação nesse momento. Você quer completar  
1657 Consolação? Cristiane por favor. **Conselheira Cristiane:** Então eu retiro a palavra  
1658 ressalva e passo cor ao Marcelo, que são considerandos. Agora, eu acho Gilvânia,  
1659 respondendo assim. Vocês cumpriram o papel aqui sim, quando ao órgão gestor, de dar  
1660 todos os esclarecimentos. Sem dúvida nenhuma os esclarecimentos foram dados, as  
1661 explicações foram dadas. Agora mantém a situação que eu falei anteriormente, que é, o  
1662 descumprimento de um acordo que já tinha sido feito anteriormente. Toda e qualquer  
1663 alteração, do orçamento, por favor, nos avise com antecedência, comunique a este  
1664 conselho. Vamos trabalhar de maneira mais conjunta. Inclusive a Beth, fez uma fala ali  
1665 como gestora demonstrando. E eu fui conselheira municipal de assistência social. A  
1666 secretaria de Belo Horizonte, faz isso. Ela faz comunicado anteriormente, pra que na hora  
1667 que chegar a peça, a não eu já estou sabendo. Então, porque que eu acho que, eu insisto  
1668 que deve haver esses considerandos na resolução. Porque não é a primeira vez que a gente  
1669 faz isso. A gente discute, a gente fala, SEDESE, por favor. E aí a gente chega aqui.  
1670 Governo também né, por favor. A gente chega aqui, a gente fala não vão aprovar, porque  
1671 é melhor. Nós não queremos também trazer prejuízos ao Governo. Nós temos que avançar  
1672 na política de assistência social. Enfim, então é aprovação, nós não estamos dizendo pela  
1673 não aprovação. Mas que a resolução traga as considerações colocadas aqui por este  
1674 Conselho. Pra que a gente não ter esse incômodo de aprovar alguma coisa que tem  
1675 situações precisam ainda ser resolvidas. **Vice-presidente Juanita:** Cláudia Falabela.  
1676 **Conselheira Cláudia:** Vale lembrar, que na verdade, no orçamento, pelo o que eu, o  
1677 pouco que eu conheço. Não teve alteração no orçamento. Na verdade o orçamento foi  
1678 executado, as metas foram cumpridas. Alteração que eu entendo. Alteração no orçamento  
1679 ela só é feita por meio de decreto. Né? Pra tirar um recurso. Isso é por dotação  
1680 orçamentária. Então eu não estou vendo essa. **Vice-presidente Juanita:** As alterações que  
1681 a Cristiane está falando, me corrige se eu estiver errada Cris. É com relação à  
1682 suplementação, anulação, colocação em outra ação. É essa informação que o Conselho  
1683 está querendo. **Conselheira Cláudia:** Não, mas aí, o que acontece. No caso das anulações  
1684 que foram feitas para atender o CEAS, isso estava em cima da resolução. Eu acho que o  
1685 que está acontecendo, é o entendimento do momento em que a coisa acontece. Como foi  
1686 pactuado essa reprogramação do saldo e a gente tinha orçamento sobrando numa ação.  
1687 Não justificava a gente pedir suplementação orçamentária para atender um financeiro.  
1688 Sendo que já existia. Essas suplementações no orçamento. A sobra de. Estimativa receita  
1689 feita alta ou suplemento aonde que já tem recurso. Isso gera baixa execução do orçamento.  
1690 Igual a gente já falou. Então não teve uma. As alterações que teve, elas já tinha sido, elas  
1691 são justificáveis face à necessidade de complementar o orçamento, pra pagar as casas  
1692 lares. **Conselheira Cristiane:** Só complementando, Claudinha. Além da Juanita  
1693 esclarecer. Quando eu estou dizendo de alteração neste sentido. E as próprias priorizações  
1694 que são feitas. Considerando estratégias de priorizar serviços e tal. Essas questões, elas  
1695 podem e devem ser discutidas juntamente a este Conselho. Antes que, na hora que chegar  
1696 na prestação de contas, a gente já está sabendo. Oh, vai ter baixa execução porque houve  
1697 priorização aqui ou ali e tal. E a gente pode estar conversando. Agora, eu ainda considero  
1698 aquela questão, eu percebo uma estratégia clara, de, como eu disse, de maior gasto na  
1699 fonte 56. E um gasto. A gente percebe isso, é só pegar ali, 50%, 60% na fonte 10. E isso  
1700 nos preocupa. Isso eu como conselheira, eu fico preocupada com essa situação. Mas esses

1701 considerandos que a gente está colocando, é muito nesse sentido. De ter, ainda uma  
1702 aproximação. Nada que vá, interferir. Não estou dizendo que todas as questões precisam  
1703 ser discutidas. Mas se não houve tempo hábil pra discutir, no mínimo comunicadas. **Vice-**  
1704 **presidente Juanita:** OK, Marcelo. OK? Não eu só vou dar o encaminhamento pra  
1705 votação. Vai fazer alguma coisa? **Conselheiro Marcelo:** É porque ainda não foi  
1706 deliberado pela aprovação. Mas é, caso seja deliberado pela aprovação, e  
1707 conseqüentemente os considerandos. Como acontece, eu sempre gosto de conhecer o teor  
1708 da resolução antes de ser publicizado. Então eu pediria a secretária executiva, caso seja  
1709 aprovado. Que a gente pudesse ter conhecimento desses considerandos pra que antes da  
1710 publicação, pra que possa atender a todos os conselheiros. **Vice-presidente Juanita:**  
1711 Claro Marcelo. E você ajuda a gente pra caramba, na questão da redação de resolução, de  
1712 documento, considerando a sua formação. Podemos encaminhar pra votação. Ou não?  
1713 **Conselheiro Mauro:** Porque nós estamos aprovando a prestação de contas. Ou seja, em  
1714 discussão. Como é que funciona? Eu estou chegando novo. Essa questão, documento,  
1715 assinado impresso. É um documento eletrônico que a gente está analisando. Como é que  
1716 funciona a partir daqui, para dar um respaldo a SEDES, nessa prestação de contas. A  
1717 gente assina um documento depois de aprovado, impresso. Como é que funciona aqui no  
1718 Conselho. **Vice-presidente Juanita:** Ta. É feita uma minuta de resolução onde o  
1719 presidente, assina com todas as colocações que foi feita aqui e publica no Minas Gerais.  
1720 Essa publicação da resolução vai em anexo o quadro, de execução orçamentária. É assim  
1721 que é publicado. **Conselheira Cristiane:** E talvez pra complementar, Mauro. A súmula da  
1722 discussão que é feita aqui na plenária. Ela também é um documento. Essa súmula de  
1723 discussão, inclusive com as alterações que foram feitas aqui, de equívocos que vieram em  
1724 relação à justificativa. Então, essa súmula ela é um documento. E a própria ata de  
1725 aprovação, com todas as discussões, é um outro documento. **Vice-presidente Juanita:** É  
1726 gravado ta. Toda nossa conversa aqui, ela é gravada. Bom, podemos ir pra aprovação?  
1727 Bom, Juanita, SEDESE, com a comissão, a aprovação da prestação de contas do quarto  
1728 trimestre. **Conselheiro Marcelo:** Marcelo, pela aprovação. **Conselheiro Fernando:**  
1729 Fernando, pela aprovação. **Conselheiro George:** George, pela aprovação. **Conselheiro**  
1730 **Márcio:** Márcio, pela aprovação. **Conselheiro Júlio:** Júlio, pela aprovação. **Conselheiro**  
1731 **Mauro:** Mauro, pela aprovação. **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Fatinha, SIND-SAÚDE,  
1732 pela aprovação. **Conselheira Guilhermina:** Guilhermina, pela Secretaria de Fazenda,  
1733 pela aprovação. **Conselheira Gilvânia:** Gilvânia, SEDESE, pela aprovação. **Conselheira**  
1734 **Cristiane:** Cristiane, Inspecoria São João Bosco, pela aprovação com os considerandos e  
1735 com o encaminhamento de que o Marcelo tenha acesso ao documento antes da publicação.  
1736 **Conselheiro José Fernando:** José Fernando, pela aprovação. **Conselheira Edir:** Alô.  
1737 Edir, da Secretaria de Educação, pela aprovação. **Conselheira Ana Paula:** Ana Paula,  
1738 pela aprovação. Considerando as contribuições e os elementos que a comissão levantou.  
1739 **Conselheira Elizabeth:** Beth Leitão, pelo COGEMAS, pela aprovação. Com os  
1740 considerandos levantados aqui e discutidos em plenária e aprovados. **Vice-presidente**  
1741 **Juanita:** Bom, a pedido do Conselheiro Marcelo. Fazendo só uma correção na fala da  
1742 Cristiane. É pra todos os conselheiros, tenha acesso à resolução antes da publicação. É  
1743 encaminhada por e-mail de todos. Muito obrigada. Vamos retornar. 12:43. Podemos  
1744 retornar às 14. Podemos? Às 14 horas já com as próximas comissões. Muito obrigado.  
1745 **Retorno parte da Tarde – Conselheiro Marcelo:** ... isso pra nós é motivo de satisfação,  
1746 e saber do comprometimento que o senhor terá, com a nossa política e especificamente  
1747 com o Conselho Estadual de Assistência. Muito prazer. **Conselheira Ana Paula:** Bom,  
1748 boa tarde, seja bem vindo, secretário, o meu nome é Ana Paula e represento os conselhos  
1749 municipais. Represento Conselho Municipal de Belo Horizonte, na gestão governamental.  
1750 Seja bem vindo, pra nós é um privilégio já estar nos visitando, enquanto conselho

1751 estadual. Da importância da política de assistência. Isso mostra já o seu interesse. Então  
1752 isso pra nós, é muito gratificante. Seja bem vindo, mais uma vez. Tanto a SEDESE quanto  
1753 a mais um colega de SUAS. O secretário. **Conselheiro José Fernando:** José Fernando de  
1754 Cataguases. Boa tarde, secretário. Mais uma vez reiterando aí, seja bem-vindo.  
1755 Representei aqui o COGEMAS, na primeira gestão. Quando aqui estive com essa  
1756 representação. Com a vacância para os conselhos municipais, a gente está aqui agora  
1757 representando os conselhos municipais. Eu queria reiterar a nossa satisfação da sua  
1758 presença nesse momento. E do grande desafio que juntos a este conselho e aos gestores  
1759 municipais que aqui represento. Confiantemente esperamos dessa nova gestão, dessa  
1760 chegada, porque realmente os municípios, porque o Estado vem avançando, nós temos  
1761 uma política imensa e um desafio enorme a enfrentar. Então nós acreditamos e confiamos  
1762 na sua estratégia e na sua equipe. E no delongar desse momento. Nós teremos algumas  
1763 considerações também a apresentar. **Conselheira Cristiane:** Boa tarde secretário. Boa  
1764 tarde Roberta. Bem vindos ao conselho. Eu sou Cristiane, sou representante da sociedade  
1765 civil. Aqui no conselho eu represento a Inspeção São João Bosco, que é uma organização  
1766 salesiana. **Conselheiro André:** Boa tarde secretário. Roberta. Meu nome é André,  
1767 represento conselhos. Conselho municipal de assistência social de Ituiutaba, triângulo.  
1768 Sejam bem vindos aqui neste Conselho. **Conselheira Gilvânia:** Boa tarde. Eu sou  
1769 Gilvânia, da SEDESE SUBAS. Já nos conhecemos. Eu estou na condição de substituição  
1770 da subsecretária Nívia. **Conselheira M<sup>a</sup> de Fátima:** Boa tarde secretário. A mesa e todos.  
1771 É um prazer estar aqui com vocês neste plenário de conhecê-lo. Principalmente porque é  
1772 um prazer sempre os secretários nos visitar. Né. E essa convivência é muito importante  
1773 aqui para o conselho. Parabéns pela sua vista. Meu nome é Fátima, eu represento o  
1774 Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde, SIND-SAÚDE, moro em Ponte Nova. E é  
1775 um prazer estar aqui com vocês. **Vilson – FETAEMG:** Boa tarde, secretário. Convidados.  
1776 Companheiro Wilson aí presidente da FETAEMG e demais. Eu sou Mauro Alves, estou  
1777 aqui representando de Associação Quilombola de Santa Cruz, Vale do Mucuri, nordeste  
1778 de Minas Gerais. Prazer imenso. **Conselheira Cláudia:** Eu sou Cláudia, SEDESE. Já tive  
1779 o prazer de conhecer o secretário. E agora estou no conselho como suplente da Juanita.  
1780 **Conselheiro Júlio:** Boa tarde secretária. Boa tarde aos demais que estão aqui na parte da  
1781 tarde. Meu nome é Júlio, eu sou de Manhumirim, leste de Minas. E eu estou aqui  
1782 representando a sociedade civil. O Instituto dos Missionários Sacramentinos. **Conselheira**  
1783 **Edir:** Boa tarde secretário. E a todos os presentes nesse momento. Estou aqui  
1784 representando a Secretaria de Estado da Educação. **Conselheiro Volney:** Meu nome é  
1785 Voney. Eu represento os trabalhadores. Representando o Sindicato dos Psicólogos de  
1786 Minas Gerais. Está havendo aí agora uma empreitada pra gente, que é a mesa de  
1787 negociação. Então, eu represento esse segmento. **Conselheiro George:** Boa tarde,  
1788 secretário. Meu nome é George, eu represento o comitê social da terceira idade de Lagoa  
1789 Santa, junto ao CMAS de Lagoa Santa. E represento o CMAS de Lagoa Santa, aqui no  
1790 Conselho. Representando a união de conselhos da região metropolitana de Belo  
1791 Horizonte. **André Scarini Prado – Promotor de Justiça:** Boa tarde. Eu me chamo André  
1792 Scarini Prado, eu sou promotor de justiça. E eu vou acompanhar algumas das reuniões,  
1793 vou tentar estar em todas. Aqui do Conselho. E vou hoje apresentar também, um assunto  
1794 pra deliberação, que diz respeito justamente a minha participação aqui com vocês. Então  
1795 quando eu puder, eu gostaria de poder fazer essa proposta. **Rosalice – Técnica da SE:**  
1796 Bom dia. É Boa tarde. Eu sou Rosa, assistente social. Técnica da comissão de normas do  
1797 CEAS, e responsável pelo acompanhamento das usinas hidroelétricas aqui no conselho.  
1798 **Nilce – Técnica da SE:** Boa tarde. Meu nome é Nilce, eu sou técnica da comissão de  
1799 política aqui do Conselho Estadual. **Luciana – Técnica da SE:** Boa tarde. Meu nome é  
1800 Luciana, eu sou psicóloga. Faço parte da comissão de normas junto com a Rosa.

1801 **Elizabeth – Técnica da SE:** Boa tarde. Meu nome é Elizabeth, eu técnica aqui da  
1802 secretaria executiva. Faço parte da comissão de orçamento e financiamento. **Luiza –**  
1803 **Técnica da SE:** Boa tarde. Meu nome é Luiza. Eu faço parte do apoio administrativo do  
1804 CEAS. **João Ademar:** Boa tarde. Eu sou João Ademar. Vinculado ao setor de prestador  
1805 de serviços, instituições. Já participei deste conselho. Eu estou aqui pra ver se a gente  
1806 preenche as vagas que estão em aberto. Prazer. Boa tarde. **Cláudia – MP:** Boa tarde  
1807 secretário. O meu nome é Claudia, eu sou assistente social do Ministério. E tenho  
1808 participado dessas plenárias na condição de convidada. Desejo uma boa gestão ao senhor.  
1809 **Amir Amorim:** Meu nome é Amir Amorim, sou contador geral da Missão Ramacrisna, lá  
1810 em Betim. E sou candidato a uma vaga ao conselho. **Vilson:** Boa tarde, secretário. Tive a  
1811 oportunidade de estar na sua posse. Transmissão de cargo, do Wander Borges aquela  
1812 troca. Roberta. A mesa diretora. Todos os conselheiros, conselheiras e convidados. E a  
1813 nossa federação, eu sou o presidente da FETAEMG, Vilson Luis da Silva e nós também  
1814 estamos propondo, estar nessa disputa aí, pra estar representando o nosso meio rural.  
1815 Muito obrigado. **Francisco – MNPR:** Boa tarde a todos. Eu sou o Francisco, eu sou um  
1816 dos coordenadores do movimento nacional da população de rua, e estou aqui candidatando  
1817 a vacância que há na linha de usuários. Eu espero contar com o mesmo apoio que a gente  
1818 tivemos do Wander Borges. Até pra questão da pesquisa que foi realizada aqui em Minas,  
1819 da contagem da população de rua, em Minas Gerais. E eu acho que é mais um outro aliado  
1820 que nós vamos ter. **Mário Roberto – MDC:** Bem boa tarde a todos. Boa tarde a mesa.  
1821 Boa tarde, secretário. É um prazer. Roberta, grande amiga. Boa tarde a todos. Eu  
1822 participei da ultima gestão aqui, como conselheiro titular. Meu nome é Mário Roberto  
1823 Amaral, eu sou diretor de comunicação e marketing do Movimento das Donas de Casa e  
1824 consumidores de Minas Gerais, que hoje é OMOCIP. E se eu tiver tempo de falar um  
1825 pouquinho depois, sobre o movimento o quê que ele é. O quê que ele faz. Mas é um prazer  
1826 muito grande, primeiramente agradecer, a este convite. E nós estamos aqui, se Deus  
1827 quiser, pra participar de mais um mandato aqui neste movimento que, eu digo a todos  
1828 vocês, secretário, é um conselho ativo. Totalmente ativo. A gente participa, a gente briga  
1829 no bom sentido, a gente luta e a gente ganha e a gente perde. Mas é muito bom participar  
1830 com esta equipe, principalmente a essa mesa diretora. E a secretaria executiva que está  
1831 aqui conosco. Parabéns ao senhor. Bom mandato. E disponha da gente. **Consolação -**  
1832 **Secretária Executiva:** E eu, primeiro do que os outros, o senhor me conhece. Desculpa.  
1833 Eu Consolação, estou secretária executiva do Conselho. O secretário, já tive a  
1834 oportunidade de conhecê-lo, mas tem algumas pessoas aqui, que está sendo agora. **Vice-**  
1835 **presidente Juanita:** Bom, antes de passar a palavra para o nosso secretário. Eu queria  
1836 agradecer ao André, que muito gentilmente nos acompanhou na realização da 9ª  
1837 conferência. Por fazer parte agora desse conselho. Nós fizemos o convite, saiu uma  
1838 deliberação daqui, para o nosso procurador promotor. E ele nos atendeu, encaminhando  
1839 você que nós já conhecemos. Seja muito bem vindo. Obrigado pela sua participação.  
1840 Secretário, a palavra agora é com você. **Cássio Soares - Secretário de Estado de**  
1841 **Desenvolvimento Social:** Acho que já tive a oportunidade de cumprimentar pessoalmente  
1842 cada um. Acho que o Dr. André, nós ainda não tivemos a oportunidade. Mas desejar boa  
1843 tarde a todos vocês. A minha primeira palavra é de agradecimento pela acolhida, que tive,  
1844 tanto com alguns de vocês na posse. E agora, com a minha primeira participação, aqui no  
1845 Conselho Estadual. Dizer pra vocês, que é o primeiro conselho em que eu visito, desde a  
1846 minha posse. Eu sei que o desenvolvimento social é bastante complexo. Nós temos várias  
1847 áreas de muita importância para o Estado de Minas Gerais. Mas eu repito, este Conselho  
1848 como um dos mais importantes pra comunidade mineira. Sou, estou secretário desde o dia  
1849 nov de fevereiro como vocês puderam acompanhar. Queria aqui, dizer que a minha  
1850 intenção frente a SEDESE, é de ter a relação mais harmônica possível. Junto do Conselho

1851 Estadual, para que a gente possa desaguar e resultar num melhor pro nosso cidadão  
1852 mineiro. Os nossos objetivos são os mesmos. E aqui é um espaço muito democrático para  
1853 que a gente possa entrar nesse entendimento, alcançarmos esse objetivo único. Dentro de  
1854 uma democracia colocada pela diversidade de representações que nós temos no conselho.  
1855 Vocês estejam certos, que tudo aquilo que for boa prática, do secretário Wander Borges,  
1856 ela será dada continuidade. A nossa intenção, é apenas aprimorar as práticas que nós  
1857 temos. Melhorias. Trazer mais eficiência e buscarmos o melhor pra população mineira. Eu  
1858 disse na minha posse, que o desafio é muito grande. Pois Minas Gerais tem uma dimensão  
1859 continental. São mais de 20 milhões de mineiros que nós temos. E a nossa  
1860 responsabilidade é muito grande. Eu quero aproveitar aqui da minha disposição. E me  
1861 senti muito desafiado com este convite para assumir a SEDESE. Estejam certos que nós  
1862 vamos ter muita disposição de trabalho, muita dedicação. Eu conto muito com esta  
1863 parceria da SEDESE e com o Conselho, também quero aproveitar aqui pra cumprimentar  
1864 a equipe técnica do conselho. A minha equipe da SEDESE, representada. Em especial  
1865 aqui, cumprimentar a Cláudia, assumindo aí a segunda suplência da SEDESE. Enfim,  
1866 dizer que nós estamos abertos pra discussões, abertos pra novas idéias, pra sugestões. E a  
1867 nossa intenção aqui é levar adiante os trabalhos do conselho. Desejar um excelente,  
1868 trabalho nesse momento agora de ocupar as vagas que estão em aberto. Juanita, está  
1869 conduzindo muito bem o conselho já algum tempo. Nós estamos preparando aí, algumas  
1870 mudanças. Não é isso Juanita? Mas logo que acontecerem as mudanças por parte da  
1871 SEDESE, nós vamos comunicar ao Conselho. Especial, eu não sei você já fez o seu  
1872 comunicado aqui. Da sua preocupação. Então já foi até adiantado. Então eu acho que nós  
1873 a eficiência a desempenhar aqui. Começamos bem, sem o conhecimento da deliberação  
1874 pela manhã, do convite a mim feito. Eu já havia me antecipado com a Roberta, que tem  
1875 um carinho muito especial pelo Conselho. Fiz questão de estar aqui. Mudamos algumas  
1876 agendas lá. Mas pretendo sempre que possível estar aqui compartilhando com vocês das  
1877 aflições que nós temos. Vilson da FETAEMG, bem vindo aqui. Temos um amigo em  
1878 comum lá de Passos, o Paulinho. Gosta muito de você. Enfim pessoal, eu quero mesmo é  
1879 desejar um bom trabalho, pra esse ano de 2012. Agradecer a acolhida mais uma vez. E  
1880 contar com essa parceria ao longo do tempo que eu estiver frente a SEDESE. Muito  
1881 obrigado Juanita. Bons trabalhos para vocês. Vou pedir licença pra me ausentar. Mas  
1882 tenho certeza que vocês vão ter bons resultados na tarde de hoje. Muito obrigado.  
1883 **Roberta Albanita – Subsecretária de Projetos Especiais:** Eu não podia perder essa  
1884 oportunidade, até porque, a gente vem discutindo lá com o Secretário, desde que ele  
1885 assumiu. Ele vem chamando os três subsecretários, para gente trabalha de forma muito  
1886 integrada. E especificamente por que eu saí da subsecretaria de assistência, assumi uma  
1887 subsecretaria de projetos especiais. Aqui eu sei que já foi deliberada uma proposta, um  
1888 convite para que eu aqui viesse para expor todos os trabalhos, os programas e projetos que  
1889 nós trabalhamos. Que tem tudo a ver com esse Conselho tem tudo a ver com a política de  
1890 assistência social. Porque são projetos, e programas estratégicos de enfrentamento da  
1891 pobreza. Então eu acho que a gente vai fazer uma grande parceria do ponto de vista do  
1892 atendimento aos municípios, a população. E como diretriz do Secretário, é que a gente  
1893 trabalhe muito integrada. As três subsecretarias, subsecretaria de Projetos Especiais,  
1894 Assistência Social e Direitos Humanos. Então ele vem fazendo essa discussão conosco, de  
1895 uma forma que a gente trabalhe não só no conselho de assistência, mas na integração do  
1896 próprio corpo gerencial dele. Da SEDESE, que a gente integra também os outros  
1897 conselhos. Os outros conselhos também que fazem parte também da política de assistência  
1898 social. E foi com esse viés que ele inclusive me determinou que eu viesse acompanhando.  
1899 E claro eu não poderia deixar de matar a saudade. Dos meus colegas. Porque aqui  
1900 secretário, nós tivemos muitas discussões calorosas, boas, riquíssimas aqui. Mas é um

1901 conselho, que ele é muito propositivo. Ele aponta as questões, os problemas. A gente  
1902 busca uma solução em conjunto. Sempre buscamos. Esse sempre foi o viés. Até porque, a  
1903 gente sempre colocou aqui: não existe para uma política pública, o viés aonde você tem  
1904 um gestor forte ou um conselho fraco. Ou vice-versa. É importante que os dois sejam  
1905 fortes. E aí, como diz o Zé Maria. Nas discussões nossas aqui, a gente sempre ganha. E  
1906 ganha principalmente o público da qual é a missão nossa. Tanto do gestor como do  
1907 Conselho de Assistência Social. Na defesa e na vigilância. Então, todo o fervor dessa  
1908 discussão aqui, acaba ganhando a política de assistência social. E é sabido desse conselho,  
1909 secretário. O senhor vai ouvir falar, quando o senhor começar a trabalhar lá no âmbito da  
1910 assistência, lá em Brasília. Na CIT, no próprio FONCEAS, da qual o senhor tem a cadeira  
1911 lá. Do avanço que Minas Gerais teve. Se a gente, com este Conselho, construído com este  
1912 Conselho, o tanto que nós avançamos na implementação da política, na implementação do  
1913 sistema único de assistência social. Claro que nós temos muita coisa ainda pra fazer. Isso  
1914 também a gente não põe debaixo do tapete não. A gente tem a ousadia, de colocar e  
1915 discutir e avançando em passos largos. Isso numa verdadeira compreensão, de quem tem  
1916 uma leitura da relação, inclusive com os outros estados. Que é o que o senhor vai ter no  
1917 FONCEAS. O senhor vai perceber da importância. E do próprio conselho, que esse  
1918 conselho aqui, preside o FONACEAS, que o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais.  
1919 Então esse conselho aqui preside. O nosso presidente do conselho, o Geraldo, está  
1920 afastado. Mas o senhor também vai ter a oportunidade de conhecer. Então, muito  
1921 obrigada. E foi bom ver vocês. **Vice-Presidente Juanita:** É secretário, Roberta. Antes da  
1922 saída o conselheiro Marcelo está pedindo a palavra. Que é um agradecimento em nome  
1923 dos conselhos. Não é isso? **Conselheiro Marcelo:** Senhor secretário, a pedido dos  
1924 conselheiros, de alguns conselheiros que a gente conversou. Pediu-me que, fizesse uma  
1925 intervenção, pra poder, ao cumprimentá-lo, dizer dos desafios que o senhor terá pela  
1926 frente. Ratificando tudo que a Roberta falou deste Conselho. De fato é um conselho  
1927 propositivo, é um conselho que busca efetivamente os avanços da política de assistência  
1928 social aqui no nosso Estado. Nós temos reconhecimento, como disse a Roberta. Um  
1929 reconhecimento nacional do trabalho que este conselho faz. Mas tudo isso fruto também  
1930 da consideração e do respeito e da parceria que a Secretaria de Estado tem com este  
1931 Conselho. E este Conselho tem para com a Secretaria. Nós somos efetivamente parceiros,  
1932 queremos que a política de assistência social, ela avance juntamente com a Secretaria de  
1933 Estado. Mesmo porque, a gente entende que um consolo forte, um gestor forte, tem um  
1934 conselho forte. Da mesma forma que tendo um gestor forte teremos também um conselho  
1935 forte. A gente quer te dar as boas vindas. Sentimos muito quando a conselheira Roberta  
1936 nos deixou. Ela era uma conselheira combativa, e que foi, está num outro espaço dentro da  
1937 própria secretaria. Mas também a gente sente muito, a ausência que terá por parte da nossa  
1938 atual vice-presidente e conselheira Juanita. Ambas. Tanto Roberta, quanto Juanita, são  
1939 pessoas que muito competentes naquilo que fazem, e a gente sabe que com ausência e a  
1940 saída de Juanita da secretaria de estado. Quem estará perdendo é o sistema único de  
1941 assistência social do Estado e também este Conselho. E a gente gostaria de deixar isso  
1942 registrado. **Vice-Presidente Juanita:** Bom, vamos reiniciar o nosso trabalho. E vamos  
1943 iniciar a segunda pauta da parte da tarde. Que nós fizemos uma alteração. Na verdade nós  
1944 vamos dar início, a escolha dos conselheiros que está com cadeira em vacância aqui neste  
1945 CEAS. Eu vou pedir ao Marcelo para me ajudar. Para fazer algumas leituras de termos  
1946 específicos. De acordo com o nosso regimento interno, pra que a gente conduza da melhor  
1947 forma possível. Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Boa tarde a todos. Boa tarde Dr. André.  
1948 É uma satisfação recebe-lo aqui no Conselho. E saber que agora teremos um convívio  
1949 direto. Convidados a preenchimento de vagas. Deste Conselho. O que nos está sendo  
1950 proposto é fazer uma leitura para os conselheiros, e para aqueles que poderão vir a compor

1951 este Conselho. A leitura do regimento, da nossa resolução que trata do processo de  
1952 preenchimento das vacâncias no conselho estadual. É a resolução 383 de 29/11/2011. Eu  
1953 já vou especificamente à parte que nos interessa que é o artigo 9<sup>a</sup>. E que está projetado. É  
1954 o capítulo quinto, do ato da escolha. Artigo nono o ato da escolha realizar-se-á no dia  
1955 primeiro de março, às 14 horas, na plenária ordinária do conselho estadual de assistência  
1956 social. Parágrafo primeiro, para este ato poderá ser solicitado o apoio do órgão estadual  
1957 responsável pela política de assistência social. Parágrafo segundo, o processo de escolha  
1958 ocorrerá de acordo com este regulamento. Parágrafo terceiro: cumpre o pré-requisito ao  
1959 pleito. Os candidatos deverão se apresentar no dia primeiro de março de 2012. Às 14  
1960 horas, para participar da seguinte programação: primeiro - apresentação oral do trabalho  
1961 desenvolvido pelo candidato, com duração de três minutos. E na ordem disposta no  
1962 parágrafo primeiro do artigo oitavo. Que diz, a vagas será em número de dez, sendo dois  
1963 titulares e oito suplentes de acordo com a discriminação abaixo. Primeiro três  
1964 representantes das entidades de usuários da assistência social, sendo um titular e dois  
1965 suplentes. Sendo dois titulares e dois suplentes. Ah sim! Sendo um titular e dois suplentes.  
1966 Considerando que nós temos duas vagas de suplente e uma vaga de titular. Segundo.  
1967 Quatro representantes de entidades de assistência social, sendo quatro suplentes. Terceiro.  
1968 Três representantes dos conselhos municipais de assistência social, sendo um titular e dois  
1969 suplentes não governamentais. Parágrafo quarto do artigo nono. Não é. Parágrafo terceiro  
1970 do artigo nono. Inciso segundo, a eleição é através de votação da plenária. Terceiro.  
1971 Apuração. Parágrafo quarto. Fica vetada também a publicidade de representação de uma  
1972 entidade, a duplicidade de representação de uma entidade e de um conselho municipal.  
1973 Parágrafo quinto. A votação será secreta, e os votos serão depositados em urna perante a  
1974 mesa diretora do CEAS. Artigo 10, cada conselheiro titular, ou em condição de  
1975 titularidade, presente na plenária ordinária, terá direito a três votos. Sendo um para cada  
1976 categoria de vaga a ser preenchida. Artigo 11. A apuração dos votos será realizada  
1977 imediatamente à votação. Parágrafo primeiro. Serão considerados escolhidos, primeiro  
1978 como titulares os mais votados em cada categoria de representação. Segundo, como  
1979 suplementes os mais votados após os titulares da categoria de representação subsequente.  
1980 Terceiro. O primeiro suplente exercerá exclusivamente a suplência do primeiro titular, na  
1981 mesma categoria da representação. E o segundo suplente, a do segundo titular. Inciso  
1982 quarto. Em caso de empate será considerada eleita a entidade ou o conselho que tiver a  
1983 data de criação mais antiga. Comprovada na documentação, e encaminhada no período de  
1984 habilitação. Inciso quinto. Os suplentes de cada categoria da representação que vierem a  
1985 exceder o número de vagas. Constataram na ata do processo de escolha de preenchimento  
1986 de eventuais vagas no CEAS. Parágrafo segundo. Caso o CMAS eleito, pertença a uma  
1987 união regional, que já tenha representante no CEAS, será dada a preferência a outro  
1988 conselho municipal, pertencente a uma união que não possua assento no conselho.  
1989 Parágrafo terceiro. A ata deste processo será a mesma da plenária, com ênfase ao ocorrido.  
1990 Parágrafo quarto. O recurso sobre a votação e apuração, deverá ser manifestada após a  
1991 apuração para que seja julgado na plenária. Artigo doze. As entidades e conselhos  
1992 municipais de assistência social, escolhidos. E indicar oficialmente ao CEAS, no período  
1993 de 12 de março de 2012 a 16 de março de 2012. Os seus representantes para compor o  
1994 conselho estadual, de acordo com seus estatutos ou regimentos. Parágrafo primeiro. O  
1995 representante do conselho municipal deverá ser conselheiro titular no governamental.  
1996 Artigo treze. Os representantes das entidades e dos conselhos municipais de assistência  
1997 social, indicados, tomarão posse na plenária ordinária do CEAS, no dia 20 de abril de  
1998 2012. Parágrafo único. Aquele que permitir defesa moral a não tomar posse nos termo do  
1999 caput. Deverá fazê-lo na plenária subsequente. Sobe pena de perder imediatamente o seu  
2000 direito de representação no CEAS. **Vice-Presidente Juanita:** Bom, a partir da leitura



2001 dessas situações. Eu vou registrar aqui a presença da entidade que está aqui conosco,  
2002 concorrendo à vaga. E uma entidade de usuário. É o Movimento Nacional de População  
2003 de Rua. Como representante, Francisco Cássio Mato Martins. Eu gostaria de pedir pro seu  
2004 Francisco pra que levantasse. Logo em seguida nós vamos dar três minutos pra cada  
2005 candidato fazer a sua defesa. No sentido de, falar pra esse conselho. Porque ele está  
2006 candidatando a esta vaga. Muito obrigado Francisco. A outra, entidade de usuário, é a  
2007 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, FETAEMG.  
2008 Como representante, Vilson Luis da Silva. Muito prazer, seja bem vindo. A outra entidade  
2009 de usuário, é conselho, desculpa, o Movimento de Donas de Casas e Consumidores de  
2010 Minas Gerais, na presença a representante. Você está representando a Lúcia Pacífico, a  
2011 presidente. O Mário já foi conselheiro nosso. Em outra gestão. Seja bem vindo Mário. Na  
2012 categoria de entidade de assistência social. Nós temos a Missão Ramacrisna. Com o  
2013 representante, Amir Ribeiro de Amorim. Seja bem vindo. E ainda com a entidade de  
2014 assistência social. A Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social. Com o seu  
2015 representante, João Ademar. Que também já foi ex-conselheiro nosso. Esses são os nossos  
2016 candidatos a vacância. Lembrando que, cada um de nós conselheiros vamos ter direito a  
2017 três votos. Posteriormente o tempo estimado de fala de três minutos. São três que está  
2018 aqui. Ah é verdade. Então são dois votos. Ok. Cada um de nós, nós vamos votar, ter  
2019 direito a dois votos. Um voto de entidade de assistência e o outro de usuário. Então vamos  
2020 começar com o Francisco. Só um minutinho Francisco, o Marcelo vai fazer um  
2021 esclarecimento. **Conselheiro Marcelo:** Só para esclarecer aos conselheiros. Nós temos na  
2022 vaga de usuários. Três candidatos, sendo que um ficará titular e dois ficarão suplentes. Na  
2023 categoria de entidades, nós temos quatro vagas de suplentes, sendo que somente vieram  
2024 duas entidades. E na de conselhos não vieram nenhum representante. Então nós vamos  
2025 continuar com vacância no conselho. **Vice-Presidente Juanita:** Vamos iniciar pelo  
2026 representante Francisco, do Movimento Nacional de População de Rua. **Francisco –**  
2027 **MNPR:** Eu, no momento já, vamos dizer assim, usei e abusei já da assistência social,  
2028 porque na condição de ex-morador de rua, eu conheço bem o que é essa política, o que  
2029 tem ainda pra ser implantado. Eu acho que o meu maior sonho, coisa que acho que  
2030 nenhum de vocês passou. É dormir numa rua. Porque marquise não é casa. E vou colocar  
2031 uma situação pra vocês, que é o sonho nosso do movimento. É a tipificação 109, ser  
2032 realmente implementada pelo Estado. Eu acho que ela é muito bonitinha no papel. Ela é  
2033 fantástica, é perfeita. Eu acho que a gente tem que lutar, pra algo dela vier acontecer de  
2034 forma real, não através de papel. E como representante do movimento da população de  
2035 rua. Nos últimos casos que vem acontecendo. A gente teve em torno de 63 casos de  
2036 pessoas mortas. A gente teve de dezembro de 2011 até a presente data, de moradores em  
2037 questão de homicídios, que está acontecendo, que agora virou moda queimar morador de  
2038 rua. E nós lá no movimento a gente não agüenta mais enterrar morador. Esta sendo triste.  
2039 O pior que a gente não tem nem como e nem porque saber de que maneira vai classificar  
2040 esses atos. Ne. Então eu acho que a gente tem que lutar, pra realmente encrementar essa  
2041 política. Porque morador de rua não quer ficar a vida inteira na rua não gente. Um mucado  
2042 também, é a falta de apoio das aplicações da política, que elas estão aí para ser  
2043 determinadas e cumpridas. Eu acho que a gente está aqui, criou o SUAS. Então realmente,  
2044 se me tiver a possibilidade, vocês podem certeza, eu vou ser um cara mais chato, chato  
2045 mais chato na concepção da palavra. Em lutar por nossas causas. Obrigado gente. **Vice-**  
2046 **Presidente Juanita:** Bom, o Vilson da FETAEMG, representando a entidade do usuário.  
2047 Por favor Vilson. **Vilson – FETAEMG:** Boa tarde a todos e todas mais uma vez. Senhor  
2048 Promotor. Componentes da mesa do conselho. Olha, em primeiro lugar quando a gente se  
2049 propõe, que bom que está tendo disputa pra preencher essas vagas. Porque nós temos  
2050 alguns conselhos no estado, que está ficando esvaziado. Com desinteresse, eu não sei, aqui

2051 tem gratificação alguma coisa? É eu achei, porque está disputa. Não eu estou só, porque é  
2052 uma disputa, e tem vaga. Que bom que as pessoas estão preocupadas com o lado social. E  
2053 nós estamos. A nossa Federação, a FETAEMG tem aproximadamente 43 anos. A luta que  
2054 nós tem no Estado. Eu acho que nós precisamos focar um pouco, ajudar também, olhar o  
2055 meio rural. Porque o êxodo rural. Os problemas sociais que nós enfrentamos no campo.  
2056 Ne. Ainda existe escravidão, trabalho escravo. E muita situação de desigualdade. Que  
2057 deixa a gente um baita ponto de interrogação. Ontem mesmo eu estava conversando com o  
2058 Dr. Luciano Badina, sobre essa situação. Pedindo um apoio a ele, ao Ministério Público. E  
2059 nós vivemos momentos. Na época do regime militar, não era presidente, mas a Federação  
2060 estava lá presente. E sofreu muito nesse período. Então as políticas ao longo do tempo, da  
2061 década de setenta, oitenta. Ela foi muito focada para o meio urbano. E sofreu muito nesse  
2062 período. Esquecendo um pouco o meio rural. E muitos dos problemas sociais que está  
2063 hoje, inclusive pra quem mora nas ruas. Que é nossos irmãos. Foi por falta de uma política  
2064 pública de expulsão que teve no campo. Por falta de reforma agrária. De uma política  
2065 agrícola de verdade. Valorização dos assalariados que vendem a sua força de trabalho.  
2066 Então quando a gente se propõe a participar de um conselho tão importante como esse. É  
2067 porque eu acho que nós queremos contribuir, pra ajudar. A buscar as diferenças que têm  
2068 em nesse país. E principalmente no nosso Estado de Minas Gerais. Eu tenho certeza, a  
2069 Federação através dos nossos sindicatos. Hoje nós temos quase 600 sindicatos. Mais de  
2070 3000 funcionários. E muitas políticas públicas que estão sendo incrementadas no Estado.  
2071 É porque a gente tem ajudado a contribuir. Então eu quero aqui pedir. Se a gente for  
2072 escolhido. Ta. Se nós for escolhido aqui pelos conselheiros, tenho certeza que a gente fará  
2073 de tudo pra contribuir pra que esse conselho, realmente consiga ter cada vez mais sucesso.  
2074 Muito obrigado a todos. **Vice-Presidente Juanita:** Bom. E finalizando as entidades dos  
2075 usuários. O Movimento das Donas de Casa, por meio do representante da presidente,  
2076 Senhor Mário. **Mário Roberto – MDC:** Bom, boa tarde a todos. Boa tarde aos nossos  
2077 colegas aqui. O Movimento das de Casa e Consumidores de Minas Gerais, ele fica  
2078 pertinho do Conselho de Assistência Social. Nós ficamos no andar de cima aqui. Eu estou  
2079 nesse momento nesse ato na plenária. Eu estou representando a nossa presidente, a  
2080 Senhora Lúcia Pacífico. E como já disse, sou diretor de comunicação e marketing do  
2081 movimento. O quê que é o movimento? São 28 anos por uma bandeira, pela luta do  
2082 consumidor. Dona Lúcia, foi, e ela ainda é vice-presidente da Confederação Nacional do  
2083 Consumidor. E essa bandeira, movimento das donas de casa, donos e donas de casa.  
2084 Porque hoje os donos de casa, limpam fogão, lavam tanque. Fazem compra. E sofre  
2085 também com essas inflações, enfim, nós participamos, por isso que é um diretor, do sexo  
2086 masculino que está à frente lá do movimento. Mas eu queria deixar registrado o porquê do  
2087 Movimento das Donas de Casa e Consumidores, aqui no Conselho. Já tivemos aqui na  
2088 última gestão doutor. E eu digo sempre, que isso aqui é uma coisa. Quando a gente está  
2089 longe, a gente tem saudade. Porque é um Conselho totalmente ativo, um conselho que  
2090 presta um serviço de assistência social e reconhecido lá fora. Não só em Minas Gerais.  
2091 Então o Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais. MDCMG, a  
2092 nossa proposta é estar mais uma vez, estar participando deste Conselho como titular. E  
2093 podendo esta contribuindo um pouco com esse intuito que é a assistência social. O  
2094 movimento ele tem várias atividades, várias. É uma entidade de prestação de serviço,  
2095 voltada ao consumidor. E todos nós somos consumidores. Então, e nós voltamos também  
2096 muito na área do bem estar, da sustentabilidade e como também ao meio ambiente. É uma  
2097 preocupação. São três minutos, ou dois ou um. Um só. Então eu agradeço muito. Espero  
2098 estar podendo mais uma gestão aí com vocês. Muito obrigado. E bom rever os colegas  
2099 aqui. Obrigado. **Vice-Presidente Juanita:** Bom, agora passando para categoria de  
2100 entidade de assistência social. Vamos ouvir o senhor Amir Ribeiro de Amorim, da

2101 entidade Missão Ramacrisna. **Amir – Missão Ramacrisna:** Boa tarde. Meu nome é Amir  
2102 Amorim. Eu sou representante da Missão Ramacrisna. Ela é uma entidade que iniciou as  
2103 suas atividades em 1959, em março, está fazendo nesse mês 53 anos. A gente pensa que a  
2104 assistência ela é um instrumento para alcançar a transformação. Então a Missão tem como  
2105 atividade básica, desenvolver as pessoas para o emprego, e para a vida em comum. E  
2106 principalmente, na comunidade criar um sentimento de solidariedade. Que é o que falta  
2107 nas comunidades hoje em dia. É as pessoas se importarem com as outras. Com o vizinho.  
2108 Tem pessoas que nem conhece o seu vizinho. Nem sabe dos seus problemas. E essa  
2109 entidade que está inserida na comunidade. Ela tem que fazer os seus beneficiários se  
2110 conhecerem e lutarem por cada um. Entre si e por toda a comunidade. Então é um  
2111 processo de transformação. Que culmina na solidariedade. Então estou hoje aqui  
2112 representando. Nós temos atividades desde complementação escolar, formação  
2113 profissional. De verdade. Nós temos um projeto da cidade da solda. Que todos os alunos  
2114 saem empregados. E bons empregos. Na missão. Curso de eletricitista. Formação em  
2115 informática. Não para uso, mas para programação e manutenção de hardware. E nós temos  
2116 vários convênios com o estado. Prefeitura Municipal de Betim, por exemplo, nós temos  
2117 vários convênios de prestação de serviços. Nós coordenamos o programa de PSF de  
2118 Betim, toda Betim. E outros projetos. Os restaurantes populares de Betim, também nós  
2119 administramos todos os restaurantes populares de Betim. E com relação à atividade meio.  
2120 Nós também uma fábrica de terras, onde há geração de renda. E essa fábrica de terra gera  
2121 resultado positivo, no ano passado gerou em torno de R\$ 400.000,00, na fábrica, pra  
2122 atender, a assistência social que tem sempre déficit. Que o ano passado nós déficit de R\$  
2123 300.000,00. E esses R\$ 400.000,00. **Vice-Presidente Juanita:** Senhor Amir, terminou seu  
2124 tempo. **Amir:** A ta, obrigado. Então é isso aí. E só finalizando, nós temos também na área  
2125 de gestão, um convênio e uma parceria com a Fundação Dom Cabral. Pra melhorar a  
2126 nossa gestão. Obrigado. **Vice-Presidente Juanita:** Desculpa. Finalizando os concorrentes.  
2127 Nós temos aqui ainda, representando na categoria de entidade de assistência social. O João  
2128 Ademar, que é da entidade Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social. João  
2129 **Ademar – AJEAS:** Boa tarde novamente. Esse calor pra pensar é meio complicado né.  
2130 Faz parte da vida né. Tem lugares onde as condições são mais complicadas né. Muitos de  
2131 vocês já me conhecem a Associação Jesuíta, ela atua tanto na educação como na  
2132 assistência social. Dentro das suas finalidades estatutárias, em Minas Gerais, Belo  
2133 Horizonte, Neves, Juiz de Fora, Brasília. Fora de Minas, Brasília, Goiânia e São Paulo.  
2134 Sobre o ponto de vista, qual a finalidade da associação? Na busca dos seus objetivos, é até  
2135 no caso da área social, oferecer serviços, benefícios, para que de fato, as pessoas, os  
2136 usuários e a política, possam chegar a quem precisa. Claro, sempre dentro dos limites,  
2137 sobre o ponto de vista orçamentário, e por aí afora. Mas a busca é essa. E enquanto  
2138 conselho, porque participar no conselho. Já tivemos a honra de muitos anos atrás, de  
2139 participar no Conselho de Belo Horizonte. Inclusive a Ana e eu fomos colegas lá à época.  
2140 É também porque nós temos como importante. A instituição tem como importante a  
2141 participação, nessa área. No caso dos conselhos que é a construção da política. Porque  
2142 também, é agirem enquanto instituição, enquanto usuários, enquanto cidadãos. Mas a  
2143 gente ajudar a pensar e implementar as coisas. Porque nós sabemos, graças, ainda bem,  
2144 seja a sabedoria humana, ao bom Deus, cada um denomina como quiser. Ninguém sabe  
2145 tudo. Mas é juntos que a gente vai construindo. Tem pessoas que tem mais gabarito, tem  
2146 mais conhecimento, tem mais prática. Mas essa interação de diversos atores ela é  
2147 importante. Incluídas as instituições no caso que nós somos uma instituição prestadora de  
2148 serviços né. Que ela também tem uma experiência no rol acumulado de a gente poder,  
2149 ajudar pra que a política alcance aqui que se quer. E ela transcenda a gente. Obrigado.  
2150 **Vice-Presidente Juanita:** Bom, depois de todos os esclarecimentos. Nós estamos aqui na

2151 mesa diretora, com treze cédulas. É o número de conselheiros presentes. Assinado por  
2152 mim, pelo promotor e pelo Marcelo. Nós vamos passar pra cada um de vocês. E eu vou  
2153 pedir pra que cada um, deposite, dobre a cédula e deposite ali, por favor. Fernando.  
2154 **Conselheiro Marcelo:** Novamente orientando os conselheiros. Nós temos essa cédula,  
2155 com o nome das três entidades. Senhores conselheiros, por favor. Nós temos essa cédula,  
2156 com o nome das três entidades de usuários e as duas de entidades. Nós vamos votar, na de  
2157 usuários nós vamos votar. É um voto pra cada. Por categoria. Sendo que, o que tiver maior  
2158 número de votos será o titular e os outros dois suplentes. Considerando aqui o de  
2159 entidades, nós temos quatro vagas de suplentes. E nós temos dois candidatos. **Vice-**  
2160 **Presidente Juanita:** Só mais um esclarecimento. Cada conselheiro vai votar, uma vez pra  
2161 usuário e uma vez para entidade. OK? Então vamos dar início. No conselheiro Fernando.  
2162 Ta. Eu já vou pedir para o Conselheiro George, já pegar a sua cédula, que tão logo o  
2163 Fernando preencha, ele já preenche e dobra e coloque lá na cédula, por favor. Conselheiro  
2164 Volney. É o João Ademar, aquele de rosa, que já foi nosso conselheiro. Eldir, passa pra  
2165 ela, por favor. Júlio. Então votou no lugar do Marcelo. É eu que chamei ele, foi vacilo  
2166 Volney. O Volney votou no lugar do Marcelo. É, Mauro. Fátima. Pode ir passando pra  
2167 ele. Ah não é entregar aqui né Consola. Fátima. Dá a caneta pra Fátima. Gilvânia. Oh  
2168 gente. Obrigada Amir. Cristiane. José Fernando. Ana. Não, eu já entreguei ao José  
2169 Fernando. O Mauro votou, todo mundo aqui votou. O André e a Claudinha não porque são  
2170 suplentes. Bom, terminou a eleição, sobrou uma cédula. Nós fizemos a contagem com a  
2171 Beth, mas ela não retornou do almoço. Nós estamos rasurando essa cédula. E vamos  
2172 iniciar o processo de contagem. Bom, vamos iniciar a contagem. Alguém anota pra mim,  
2173 por favor. Está anotando? **Não identificado:** Alguém pegou a minha caneta. **Vice-**  
2174 **Presidente Juanita:** A Juanita será? Bom, a mesa diretora. Usuário. Federação dos  
2175 Trabalhadores Agricultura de Minas Gerais, e a entidade a Missão Ramacrisna. Segundo  
2176 voto. Federação dos Trabalhadores, entidade Missão Ramacrisna. Usuário. Federação dos  
2177 Trabalhadores, entidade AJEAS. Usuário: Movimento Nacional de População de Rua,  
2178 entidade Missão Ramacrisna. Usuário: Federação dos Trabalhadores, entidade Missão  
2179 Ramacrisna. Usuário: Movimento Nacional de População de Rua, entidade: AJEAS.  
2180 Usuário: Movimento Nacional de População de Rua, entidade: Missão Ramacrisna.  
2181 Usuário: Federação dos Trabalhadores, entidade: AJEAS. Usuário: Movimento Nacional  
2182 de População de Rua, entidade: Missão Ramacrisna. Usuário: Movimento das Donas de  
2183 Casas, entidade: Missão Ramacrisna. Usuário: Federação dos Trabalhadores de  
2184 Agricultura, entidade: Missão Ramacrisna. Usuário: Movimento de População de Rua.  
2185 Entidade: AJEAS. Conta aqui pra mim Marcelo, por favor. Doze? OK. Conforme escolha  
2186 deste conselho. Nós tivemos como titular. Federação de Trabalhadores de Agricultura de  
2187 Minas Gerais. Com seis votos. Primeira suplência, Movimento Nacional de População de  
2188 Rua, com cinco votos. E o Movimento de Donas de Casas, segundo suplente, com um  
2189 voto. Entidade de assistência social. Primeiro suplente, Missão Ramacrisna, com oito  
2190 votos. E AJEAS segundo suplente com quatro votos. Eu gostaria de registrar aqui. Da  
2191 nossa satisfação de recebê-los como conselheiros. E já registrar também que a posse.  
2192 Acontecerá na nossa próxima plenária ordinária do dia 20 do 04. Lembrando que, no  
2193 período de dois a dezessete de março, a entidade de vocês, de dois a dezesseis de março.  
2194 A entidade deve encaminhar um ofício pra cá, com o nome do representante da entidade.  
2195 OK? Eu gostaria de parabenizar, agradecer a presença de todos. E sejam todos muito bem  
2196 vindos a este Conselho. Desculpa. Eu gostaria só de fazer uma lembrança, a nossa  
2197 próxima plenária. Só um minutinho. Nós estamos com um pequeno problema  
2198 administrativo, porque a nossa próxima plenária, ela vai ser descentralizada. No município  
2199 de Cataguases, na cidade de nosso conselheiro. Como os conselheiros novos, ainda não  
2200 vão estar empossados e não vão estar publicado pelo Governador. Vocês não terão direito

2201 a diária. Portanto, nós vamos ter que cancelar a posse de vocês, para a próxima plenária.  
2202 Porque assim vocês poderão estar empossados pelo governador. Estou falando errado?  
2203 **Conselheiro Marcelo:** Não está perfeito. Mas eu queria fazer um encaminhamento. Eu  
2204 gostaria de fazer um encaminhamento aos conselheiros. O artigo doze do nosso  
2205 regimento, fala que no período de dois de março, a dezesseis de março. É que é o  
2206 momento que as entidades deverão entregar a documentação indicando o nome do  
2207 representante. Então, a gente poderia se tiver acordo, como os conselheiros e com as  
2208 entidades e o ministério público aqui presente. Dessa data poder ser também a data de  
2209 apresentação e posse desses futuros conselheiros. Porque quando for no dia 20 de abril,  
2210 eles já vão poder participar da plenária descentralizada. E conseqüentemente um momento  
2211 muito rico, pra esses novos conselheiros, para a participação desses novos conselheiros.  
2212 Só um instante. **Consolação:** Só pra complementar, tá Marcelo. Porque a questão que  
2213 teria também impeditivo, é a nomeação. A gente tem que antecipar todo o calendário. Ou  
2214 seja, as entidades aqui presentes, e me parece que elas já sabem a indicação que fará, ela  
2215 poderia apresentar essa indicação até na terça feira da semana que vem. Porque acho que  
2216 vocês já sabem, todo mundo já tá, né. Junto com os dirigentes. Aí na semana que vem eu  
2217 mandaria pra publicar. E aí sim, daria, no dia 16 toma posse. Porque sem sair à nomeação.  
2218 Porque eu vou pedir também, os representantes da SEDESE. Eu vou pedir a subsecretária,  
2219 que faça gestão pra publicação sair na semana que vem. Pra que não prejudique ninguém,  
2220 em relação na posse do dia 16. Se vocês assim concordar. **Vice-Presidente Juanita:** Para  
2221 gente está perfeito. Pra vocês todos também? OK. Então está combinado. Na terça – feira,  
2222 da semana que vem, vocês encaminham para cá a documentação, do representante da  
2223 entidade que será conselheiro aqui. Aí o ofício. Na próxima plenária já de março. Vocês já  
2224 viram tomando posse. OK. Dia 16 de março, dia da nossa plenária. Está claro? O resultado  
2225 da entidade? O nosso conselheiro está pedindo pra fazer a leitura de novo da entidade.  
2226 Ficou como primeiro suplente a Missão Ramacrisna. E com oito votos. E segundo  
2227 suplente a AJEAS, com quatro votos. OK? Muito obrigado a vocês, sejam muito bem  
2228 vindos, até a próxima plenária. Se quiserem permanecer na nossa reunião é um prazer.  
2229 OK? Bom, antes da gente retornar... Conselheiros, podemos retornar a nossa pauta,  
2230 conselheiros. É isso que eu vou falar. Podemos começar conselheiros. Eu sei que o calor  
2231 está muito grande. Então vamos adiantar a nossa pauta. Antes de retornar para os  
2232 trabalhos das comissões temáticas. Eu vou passar para o André, o promotor André, que ele  
2233 gostaria de fazer algumas considerações, como ele falou no início. Logo em seguida a  
2234 gente retoma os trabalhos das comissões temáticas. **Promotor André:** Bom eu falar, eu  
2235 acho que dá pra ouvir a minha voz direto. Eu não gosto. **Vice-Presidente Juanita:** Mas a  
2236 gente tem que gravar. **Promotor André:** Tem que gravar. Ah, então tá bom. Então deixa  
2237 eu colocar aqui pra vocês, é o seguinte: existe uma discussão dentro do próprio ministério  
2238 público, de qual seria a função do promotor de justiça, dentro de um conselho. A gente  
2239 não pode ter e eu acho que está certo, assento. Nem voto. Tá. Porque muitas vezes, às  
2240 vezes o próprio ministério público tem que questionar alguma decisão do conselho. Não  
2241 é? Inclusive nós estamos sendo questionados no, CNMP, que é o conselho que existe em  
2242 Brasília, conselhão, que a gente chama. Que é o mesmo que existe pro judiciário. O  
2243 mesmo não, é o equivalente, que existe pro judiciário CNJ. Pelo fato da gente ter  
2244 participado de algumas reuniões, em outros assuntos. E depois quando houve problema,  
2245 falaram não porque o MP participou e agora ele não está tomando a atitude que deveria ter  
2246 tomado. Enfim, coisas são questionadas neste sentido. Então eu efetivamente não sou um  
2247 membro, vamos dizer assim, do conselho. E aí eu estava pensando um pouco de qual seria  
2248 a minha função nesse conselho. Já que não sou membro e não vou poder votar. Em  
2249 nenhuma questão. Eu acho, apesar de não estar bem definido dentro do ministério  
2250 público, porque eu acho que ainda é uma questão ainda a ser discutida e definida. Talvez

2251 até através do conselho lá em Brasília. Mas eu acho que fundamentalmente, eu estou aqui  
2252 pra tentar dar a minha opinião, quando solicitado sobre algum assunto, fundamentalmente  
2253 jurídico. Mas pode ser não jurídico também. Aí é eu daria a minha opinião talvez mais  
2254 como cidadão até do que como promotor de justiça. Pensando nisso. Pensando nessa  
2255 situação, além de dar a minha opinião, talvez também, aconselhar ao conselho sobre, qual  
2256 medida seria interessante. O que o ministério público poderia fazer em determinados  
2257 casos, como que ele poderia agir. Por exemplo, ontem eu estava numa reunião a respeito  
2258 da condição, diversidade étnica e de gênero. Que teve uma reunião e eu participei da  
2259 reunião, onde estava discutindo a questão de aplicação de uma lei que obriga, o Estado a  
2260 ensinar a cultura negra nas escolas. Então são questões da cultura negra, a origem da  
2261 cultura, um pouco de África, etc. e tal. E isso não está sendo cumprido. E aí eu coloquei,  
2262 olha precisamos fazer um inquérito civil, o caminho da polícia civil. Uma ação civil  
2263 pública contra o Estado. O caminho poderia ser esse, esse e esse. E eles ficaram muito  
2264 satisfeitos porque eles não sabiam. Então eu acho que um pouco essa a minha função aqui.  
2265 Mas justamente por minha função ser limitada, eu acho que também até por uma questão  
2266 de tempo. A minha participação aqui por uma questão de tempo também, deve ser  
2267 limitada. E aí é que eu coloco pra vocês, o seguinte: geralmente as plenárias, ser o dia  
2268 inteiro. Eu não tenho condição de estar aqui o dia inteiro, fica muito complicado pra mim.  
2269 Então eu acho que toda vez que surgir, com vocês aqui, um assunto, que vocês acharem  
2270 assim, não realmente acho que aqui talvez fosse interessante, o promotor de justiça  
2271 colocar algumas coisas. Nós gostaríamos de saber isso. Eu também não sou o senhor sabe  
2272 tudo. Tem coisas que realmente eu não sei. A gente poderia programar o horário dentro  
2273 dessas plenárias, pra colocar essas questões pro promotor de justiça, para ele poder  
2274 responder. E o ideal até seria. Que essas questões fossem encaminhadas pra mim, antes  
2275 ainda até da plenária. Até pra poder, quando eu não souber, que acho que vão ser muitos  
2276 casos. Porque realmente aqui, discute-se muitos assuntos dos mais variados. Eu poder me  
2277 informar e poder trazer pra vocês um pouco da questão da legislação da questão da  
2278 presunção do ministério público. Que não é muitas vezes, não é uma também, porque cada  
2279 promotor de justiça, tem a sua cabeça e a sua sentença. Mas pelo menos a minha opinião a  
2280 respeito dos casos. Então eu só estou colocando isso, porque eu acho que seria  
2281 interessante a gente delimitar, vamos dizer assim, olha o promotor de justiça vai estar  
2282 aqui, a partir das duas horas até as cinco. Vamos imaginar, ou quatro. E nesse momento,  
2283 nós vamos colocar, esses assuntos pro promotor de justiça e ele vai colocar a opinião dele.  
2284 E vai tentar fazer uma exposição legal a respeito do tema. Eu acho que seria mais  
2285 proveitoso pra todos. Até porque a gente definiria uma função minha aqui. Mais clara,  
2286 porque só ficar sentado do lado olhando, assistindo os debates. Acho que isso não tem  
2287 muito sentido. Eu acho que vocês querem alguma coisa de mim, é claro. E eu também  
2288 como promotor de justiça, espero que o conselho, faça o melhor pra sociedade. Então  
2289 nesse sentido é que eu também vou dar a minha opinião. Do que eu acho que seria melhor  
2290 e mais interessante pra sociedade. É por isso que eu estou colocando isso, e acho que  
2291 gostaria que vocês colocassem isso, não precisa ser hoje. Mas em votação pra vocês, só se  
2292 vocês achar, realmente acho que a idéia é interessante. Porque aí fica mais fácil também  
2293 pra mim, justificar perante o ministério público a minha presença aqui. Porque dentro da  
2294 minha promotoria, inclusive existem promotores que acham que eu não deveria estar aqui.  
2295 Que não seria necessária a presença do ministério público aqui. Então até pra fundamentar  
2296 também a minha atuação aqui. Porque eu por exemplo, nesse momento, eu fui indicado  
2297 pelo procurador geral de justiça. Pra estar aqui. Se eu sair. Eu não sou promotor titular da  
2298 minha promotoria. Se eu sair da minha promotoria, talvez o promotor que venha no meu  
2299 lugar, fale olha eu não quero participar. Não existe uma obrigação legal da participação do  
2300 ministério público neste tipo de reunião. Então quanto mais a coisa for delimitada, vamos

2301 dizer assim, e eu tiver fundamentos pra justificar a minha participação aqui. Mais, no  
2302 futuro poder crescer. Que eu saia da promotoria, dessa promotoria e mire e falo pra, no  
2303 momento a coordenadora das promotoras de direitos humanos, a Nívea. Mesmo que eu  
2304 saia da área de direitos humanos. Falo assim: Ô Nívea, eu estou exercendo esse, esse e  
2305 esse papel no conselho. E gostaria de continuar nomeado e tal. E será que é possível?  
2306 Vamos conversar com o procurador geral de justiça. Então eu acho que isso seria  
2307 interessante também. Então eu tenho uma vez por mês, um encontro com eles, das duas as  
2308 tantas. Onde eles colocam essas questões. E eu acho que é importante que eu continue  
2309 tendo. Mesmo que eu esteja na área de família agora, eu posso continuar envolvido na  
2310 área de assistência social. Principalmente porque não existe esta obrigação legal, vamos  
2311 dizer assim. A gente pode tentar transformar isso numa coisa um pouco mais maleável. Se  
2312 existisse essa obrigação, o promotor da promotoria X, tem que estar presente. Seria vamos  
2313 dizer assim, mais difícil pra fazer isso. Como não existe. Eu acho que existe essa  
2314 possibilidade, eu continuo aqui mesmo não fazendo mais parte da promotoria, de direitos  
2315 humanos. Que em tese, embora alguns promotores que dizem, não, não é promotor dos  
2316 direitos humanos. É a promotoria a Cláudia, qual que é a promotoria que afeta, no nome,  
2317 ligado. É a central de apoio técnico. É o promotor que atende pela central de apoio  
2318 técnico. Ah, não. Deve ser o promotor da infância e juventude que está mais ligado a.  
2319 Como não existe esta definição, a coisa ficou muito no ar. Eu estou assumindo isso aqui,  
2320 pela vontade minha. Vieram falar comigo, eu falei, não eu quero. Não interessa. Porque  
2321 isso, independente de, recebimento de diárias, aquelas coisas todas que a gente fala. Acho  
2322 que a gente está aqui, pra estar trabalhando em prol do Estado de Minas Gerais e do Brasil  
2323 como um todo. Por isso que eu quero estar presente, e pretendo continuar presente. Ta  
2324 bom? Então ta gente. Obrigado. **Vice-Presidente Juanita:** Bom, aí eu já me inscrevo, ne.  
2325 Na discussão, já iniciando na discussão. André, isso pra gente é de extrema importância.  
2326 Eu acho que esse Conselho aqui, é claro que a gente não quer comprometer, a sua agenda  
2327 como profissional, mas todos nós aqui também, temos agenda nesse sentido. Mas eu  
2328 penso assim, o nosso maior desejo que o ministério esteja conosco. Além de questões, que  
2329 infelizmente este conselho não dispõe de um profissional pra apoiar os conselheiros. Ou  
2330 subsidiar a nossa tomada de decisão. Aí a gente utiliza de conselheiros que tem formação  
2331 específica. Que acaba que desenvolve essa função aqui também. Mas eu penso, sabe  
2332 André? Que é hora da gente fazer uma articulação. Como você colocou aí muito bem.  
2333 Melhorar a política pública do Estado e do País. Eu acho que chegou a hora da gente  
2334 estabelecer essa parceria com o ministério público. Porque a gente. O ministério público  
2335 como o conselho de assistência, e como outros conselhos, tem a função de fiscalizar. De  
2336 controlar e de fiscalizar. Principalmente garantir os direitos aonde tem violação de direito.  
2337 Garantir esses direitos pra esses usuários. No nosso público específico, dê assistência  
2338 social. Mas eu penso, que a gente precisa de profissionais, né. Como o seu, como de  
2339 outros promotores que a gente conhece. Que nos ajude fazer esta articulação, até mais no  
2340 Estado. Porque no Estado, a gente. Este conselho é atuante, você já esteve presente  
2341 conosco. Isso é visível aqui e fora na Federação. Mas eu penso que é hora de mostrar para  
2342 os municípios mineiros. Que o promotor, ele não é o dono da verdade. Tem que sentar  
2343 com o promotor, e fazer conversa com ele, fazer negociação. Juntamente com o gestor  
2344 municipal, pra gente conseguir avançar mais. E o que a gente tem visto no município, que  
2345 a gente viaja muito no interior. A gente tem visto muitas intransigências no sentido de,  
2346 estabelece ação civil pública, estabelece termo de ajustamento de conduta. E o município  
2347 não tem a capacidade ainda, operacional de colocar isso em prática. Então é essa a  
2348 articulação, porque o profissional, o promotor público, como nós somos profissionais, só  
2349 que em áreas diferente. Cada um tem a sua ética profissional no trabalho. Então assim, é  
2350 estabelecer limites e mostrar que todo mundo. Igual você falou muito bem. Está

2351 caminhando em prol de um objetivo comum. Que é melhorar a vida do cidadão. Eu acho  
2352 que quanto mais pessoas estiver nesse movimento. Pra esse CEAS vai ser um ganho.  
2353 Independente de você estar aqui oito horas, independente de vocês estar aqui se é duas, se  
2354 é quatro. Igual você sugeriu, te solicitar uma orientação anteriormente. Ne, porque. O que  
2355 a gente aqui é com conselheiro, que tem a formação específica em jurídico. E que é a  
2356 nossa salvação e que contribui muito. Mas eu falo assim, no sentido de mobilizar os  
2357 outros promotores, de articular essa luta nossa nos outros promotores. Inclusive, junto aos  
2358 municípios mineiros. A gente tem promotor que é muito querido nosso, porque entende  
2359 essa fala nossa. Outros vocês não consegue muito sentar na mesa com eles. É o perfil de  
2360 cada profissional. Eu não sei qual que é a opinião dos colegas assim, mas eu acho que só  
2361 de você querer estar junto conosco, independente da carga horária, pra nós vai ser de  
2362 muita valia. Né? Marcelo, você que quer falar? **Conselheiro Marcelo:** Ratificando,  
2363 Dr.André, a fala da Juanita. **Promotor André:** Pode me chamar de André. **Conselheiro**  
2364 **Marcelo:** Que ótimo, viu André. Pra nós vai ser muito importante o papel do promotor e  
2365 da instituição. A idéia que surgiu nossa, quando do trabalho dessa última conferência. De  
2366 convidar o Ministério Público pra participar de todas as mesas. Foi algo assim, muito rico.  
2367 Acredito que foi o exemplo nacional de como que deve ser a relação dos conselhos de  
2368 políticas públicas, como o Ministério Público. Considerando o papel relevante que o  
2369 Ministério Público tem na condução das políticas públicas. De resolver as questões,  
2370 resolver, de tentar resolver não na condição, mas na fiscalização. **Promotor André:** Um  
2371 apartizinho assim. Existe como eu te disse um Ministério Público, formado só de  
2372 caciques. Não tem índio. Todo promotor é uma ilha, vamos dizer assim. Procurador Geral  
2373 de Justiça, ele não pode chegar pra mim e falar: você tem que fazer isso. Se eu falar eu  
2374 não faço. E ele não pode fazer nada. Isso é uma vantagem e uma desvantagem. A  
2375 vantagem é que garante a independência, a gente age independentemente. Mas a  
2376 desvantagem é que em determinadas situações, determinados promotores de justiça têm  
2377 uma visão, talvez antiga, talvez arcaica, ainda do que é o Ministério Público. E hoje em  
2378 dia, a idéia do Ministério Público mais resolutivo. Resolutivo no sentido de você estar  
2379 discutindo. E aquilo que, por exemplo, Contagem, foi uma experiência mais longa. Eu  
2380 fiquei cinco anos e pouco em Contagem. Hoje, eu entraria com pouquíssimas ações civis  
2381 públicas contra o município, porque a minha idéia era negociar com o município. E  
2382 consegui. Algumas vezes eu entrava, até porque o próprio município falava: oh se você  
2383 entrar eu consigo por uma justificativa pra conseguir o que você quer. Se você não entrar,  
2384 eu não consigo arrumar aqui dentro. Então, eu acho que esse é o princípio, e com o Juiz  
2385 também, a minha idéia sempre foi essa. Eu fiquei cinco anos trabalhando lá. Eu nunca  
2386 recorri de uma decisão do Juiz. Por quê? Porque nós trabalhávamos em conjunto. Então  
2387 quando tinha alguma situação. A gente, pó, o quê que você acha disso daqui. Vão prender  
2388 esse menino aqui, ou não. Por que que vão prender? Não, olha eu conversei com o pai  
2389 dele, eu conversei com a mãe. E é muito melhor desse jeito, do que simplesmente a gente  
2390 colocar tudo no papel, porque papel aceita tudo, mas não resolve nada. Infelizmente.  
2391 Então eu acho que essa é a minha idéia realmente. A idéia de estar aqui, tentando ajudar.  
2392 E em alguns momentos, até poder tentar articular com algum promotor. Mas é muito  
2393 difícil. Assim, pode ser que eu encontre um colega na frente, que fale, pô André que legal  
2394 que você me ligou. Pode ter outro que fale: porque que você está me ligando? Você não  
2395 tem nada que falar comigo não. Eu faço o que eu quero e acabou. E é assim mesmo.  
2396 Entendeu, infelizmente é assim mesmo. No dia a dia a gente percebe isso. Você está  
2397 querendo se intrometer nas minhas atribuições. Quem é você? Então é mais ou menos isso  
2398 que acontece. Então eu acho até pra isso, talvez seja interessante a minha presença aqui.  
2399 Pra poder talvez fazer essa interface, também entre os outros colegas e tentar conversar. E  
2400 a Nívea que é a nossa coordenadora da promotoria de direitos humanos. Que ela sim, tem



2401 mais até essa função, como coordenadora, coordenadora abandonada, pra dizer a verdade.  
2402 Mas tem essa função de ah eu vou conversar, eu vou articular e tal. E a Nívea é uma  
2403 pessoa muito legal nesse sentido, que está a fim de fazer isso, realmente. Então vocês  
2404 conhecem ela. E ela me pediu pessoalmente, até pra estar aqui. Porque pra ela fica  
2405 impossível. Ela gostaria de estar em todos, mas ela não consegue. Então eu estou  
2406 articulado com Nívea nesse sentido. Então esse aparte foi só pra te falar, que realmente as  
2407 coisas, infelizmente né. Tudo na área pública e em política pública é complicado. O  
2408 Ministério Público, a gente fala que o Ministério Público é uno. Mas isso é a maior  
2409 mentira de todas. O Ministério Público ele não é uno. Ele é hiper fragmentado. Todos nós  
2410 somos uma ilha e trabalhamos nesse sentido, agora a gente tenta claro. Buscar um  
2411 caminho, melhor, mais legal, pra todos nós. Infelizmente não é sempre que a gente  
2412 consegue. Mas a gente está aqui na batalha, junto com vocês, tá. **Conselheiro Marcelo:**  
2413 Doutor, eu só quero ratificar, porque eu tenho 27 anos de profissão no direito. E isso que  
2414 eu ouço do Ministério Público hoje, inclusive de outros promotores que participaram da  
2415 conferência estadual. Pra mim foi assim, impressionante. A forma como o Ministério  
2416 Público hoje fala, inclusive das questões mais difíceis, internas, pelas quais vocês passam.  
2417 Isso é muito importante. A demonstração da transparência do serviço público e tudo mais.  
2418 Mas eu acho que, doutor. André. É que nós temos alguns pontos aqui, que são muito  
2419 frágeis e que a gente precisa realmente do Ministério Público. Por exemplo, na questão de  
2420 usinas. Apesar da gente ter avançado muito na legislação, na aprovação de licenças,  
2421 licença de instalação, licença de operação. A gente tem problemas com os  
2422 empreendimentos a gente tem problemas com... Tanto é que agora, nós estamos, a gente  
2423 fala, começar lá no Fórum, nós estamos num processo de negociação entre empreendedor  
2424 e mediação entre empreendedor e atingidos. É algo até muito interessante que está  
2425 acontecendo aqui. Então a gente acha que é muito importante, a participação do Ministério  
2426 Público e da sua pessoa. Nessas discussões das usinas. Nós temos outras questões que diz  
2427 respeito a denúncias, que vem por parte de entidades, que vem por parte usuários, que  
2428 vem por parte do próprio gestor. De situações em municípios, do que está ocorrendo.  
2429 Então a sua vinda pra nós, vai ser tudo de bom, e acredito que nós vamos avançar muito  
2430 aqui no nosso Conselho. **Vice-Presidente Juanita:** Mais alguém gostaria de colocar?  
2431 George. **Conselheiro George:** Boa tarde, André. É o seguinte, você pra nós, vai ser o  
2432 promotor da área da boa vontade. Porque Jesus falou, paz na terra aos homens de boa  
2433 vontade, certo. E com essa mesma boa vontade pra poder mostrar pra gente o caminho das  
2434 pedras. Certo? **Promotor André:** O caminho das pedras eu não sei se eu conheço todos  
2435 não. Mas eu vou tentar. De vez em quando a gente cair e levantar de novo. **Conselheiro**  
2436 **George:** Seja bem vindo. Obrigado. Tá. **Vice-Presidente Juanita:** Bom, então eu penso  
2437 que essa plenária pode estabelecer um melhor horário para o André, estar presente  
2438 conosco. Qual que é o seu melhor horário? **Promotor André:** É de duas horas que é o  
2439 horário que começa. Eu acho que eu posso estar presente. E eu vou tentar seguir até cinco,  
2440 seis horas. Normalmente vai até que hora a plenária? **Vice-Presidente Juanita:**  
2441 Normalmente, vai até as seis. É Normalmente. **Promotor André:** As seis. Eu vou tentar  
2442 seguir com vocês. Mas eu gostaria assim, os assuntos que vocês achem que realmente são  
2443 mais. Porque tem assunto que eu acho que é meio. Promotor de justiça não precisa estar  
2444 presente. Estes assuntos tentar colocar na pauta no início. Pra poder ser liberado, porque  
2445 normalmente, eu tenho alguns compromissos, eu tenho filhos pequenos, tem escola, eu  
2446 tenho alguns compromissos que eu assumo com a minha mulher, eu vou buscar tal dia. E  
2447 tem horas que complica um pouco. Eu vou tentar agendar isso da melhor forma possível.  
2448 E eu acho que se a gente conseguir, colocar esses assuntos mais importantes, talvez não  
2449 seja mais importante. Mas que precisem da minha presença. No início da pauta, é só isso  
2450 que eu peço. Para eu poder participar dessa forma. **Vice-Presidente Juanita:** OK. Então

2451 eu penso que fica estabelecido assim. Que nas nossas plenárias, provavelmente a  
2452 secretaria executiva já encaminhou o calendário de nossas reuniões. A gente vai contar  
2453 com sua presença aqui, a partir das 14 horas. E quando houver, assunto específico, que a  
2454 gente precisa, de um apoio de um conselho. A gente encaminha com antecedência pra  
2455 você. OK? **Promotor André:** Eu acho que de vez em quando eu vou falar sem ser  
2456 chamado também. Vou pedir a palavra e vou falar. Ta? Porque tem certos assuntos que às  
2457 vezes eu não consigo me controlar e falo mesmo. **Vice-Presidente Juanita:** Mas esse é  
2458 um espaço para. E você não é conselheiro, mas é de grande importância. As pessoas que  
2459 tem, que participam aqui. Que são convidados, eles pedem a palavra, a gente dá. Só não  
2460 tem direito a voto. Mas fique a vontade para. **Promotor André:** Então eu só vou me  
2461 despedindo então hoje. Porque de certa forma, até hoje foi um dia que complicou um  
2462 pouco a minha agenda, porque eu recebi, foi essa semana? Foi essa semana que eu recebi,  
2463 eu não estava muito preparado pra isso. Tive que desmarcar alguns compromissos que eu  
2464 tinha hoje. Mas eu tenho que voltar pra promotoria ainda hoje. Pra resolver uns outros  
2465 assuntos que ficaram pendentes lá. E aí dia 16 vai ser a próxima. Não é isso? Então dia 16  
2466 às duas horas eu estarei aqui com vocês novamente. Obrigado então. Tchau gente. **Vice-**  
2467 **Presidente Juanita:** Obrigada André. Tudo de bom. Retornando a nossa pauta, comissão  
2468 de política. Volney, por gentileza. Microfone pro Volney, por favor. Com o Volney, nunca  
2469 é pequeno. Volney tudo bem aí ou podemos passar pra outra. Vamos passa pra outra?  
2470 Vamos passar pra comissão de apoio? Normas? Então vamos lá, comissão de normas, Ana  
2471 Paula. **Comissão de Normas – Conselheira Ana Paula:** Bom, vamos lá, comissão de  
2472 normas. Está projetado lá, gente. A reunião foi ontem. E tem umas usinas. PCH Oliveira.  
2473 Ofício do Ministério Público, acusando o ofício numero 295 do CEAS de 2010, dirigido  
2474 ao procurador geral de justiça. Em 23 de novembro de 2010. E o ofício 167/2011, do  
2475 coordenador do centro de apoio operacional do meio ambiente. Luciano Balvine. Vimos  
2476 trazer a vossa senhoria, as considerações da SUPRAM sul de minas, a cerca da questão  
2477 tratada, para a deliberação que entender pertinente. Histórico do processo: foi fornecida a  
2478 licença de operação. Sem comprovação da implantação do PAS, pelo CEAS. 2010. Em  
2479 30/09/2010, protocolaram no CEAS cópia do ofício SUPRAM, numero 1894/2010 pela  
2480 SUPRAM sul de minas. No referido ofício encaminhado originalmente para o procurador  
2481 geral de justiça. A SUPRAM Sul de Minas, esclarece os motivos que levaram a  
2482 superintendência a elaborar parecer único, sugerindo deferimento, da licença de operação  
2483 sem a manifestação do CEAS. Sobre a implantação do plano de assistência social, dentre  
2484 as razões apresentadas destaca-se. Razões: ta razões aí, Rosa. É só trocar. Ta muito  
2485 pequeno. Tem jeito de aumentar aí, Rosa. Já melhorou. A solicitação da instância de  
2486 operação da PCH Oliveira, foi o primeiro processo de empreendimentos hidroelétricos,  
2487 analisados pela equipe da SUPRAM Sul de Minas. Durante a análise, foi verificado o  
2488 efetivo cumprimento, no que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle  
2489 ambiental, e condicionantes determinados para operação do empreendimento. Em consulta  
2490 ao parecer técnico jurídico, da licença de instalação, verificaram que não havia menção ao  
2491 PAS. Como o empreendimento em tela se tratava de reativação de uma PCH antiga. Aí  
2492 tem que corrigir aí Rosa. Antiga e as estruturas construídas, barramento. Canal de adução,  
2493 conduto forçado e casa de força. Já haviam sido adquiridas pela Prefeitura Municipal de  
2494 Oliveira. E que as áreas do reservatório e suas respectivas áreas de preservação  
2495 permanente. Foram instituídas servidões. Foram instituídas servidões. Julgaram que não  
2496 foi exigida a apresentação da aprovação do PAS na licença de instalação. Uma vez que  
2497 não havia população atingida pelo reservatório. Em 17 de fevereiro de 2011, o  
2498 empreendedor atendendo ao ofício 113 do CEAS de 2010. Datado de 27 de dezembro de  
2499 2010. Protocolou relatório complementar, de comprovação da implantação das ações  
2500 propostas no plano de assistência social, PAS PCH Oliveira. Durante o ano de 2011,

2501 foram agendadas visitas ao município, pelo conselheiro Márcio Caldeira. Porém estas  
2502 foram canceladas. Sugestão de encaminhamento: responder ao Ministério Público e  
2503 informar que o processo ainda está em fase de análise. Segundo realizar visita e reunião,  
2504 junto ao Conselho Municipal de Oliveira, para discutir sobre a usina. Verificar agenda  
2505 com o conselheiro, relator Márcio Caldeira e técnico. **Vice-Presidente Juanita:** É, então,  
2506 como. Desculpa mas não ficou claro pra mim. Isso nós que fizemos esse ofício para o  
2507 ministério público, e ele nos respondeu. É isso? Oh Rosa, por favor. Só pra dar uns  
2508 esclarecimentos. Conselheira Ana Paula: É porque foi de 2010. **Vice-Presidente Juanita:**  
2509 É porque está muito tempo. Não está fresco na minha memória. **Técnica Rosalice:** Esse  
2510 processo, foi em final de 2010, que chegou a denúncia, informando que a PCH Oliveira,  
2511 recebeu a LO, sem a comprovação do PAS do CEAS. Durante o ano passado, foi  
2512 mandado. Ao Ministério Público, em dezembro de 2010, um ofício informando sobre o  
2513 ocorrido. Agora, fevereiro de 2012, que o Ministério Público, respondeu ao Conselho. Por  
2514 sinal, este ofício que está anexado, ao ofício do Ministério Público, da SUPRAM, é o  
2515 mesmo que nós recebemos em fevereiro de 2011. Quando a SUPRAM justificou o motivo  
2516 que ela, que o COPAM, aprovou a LO, sem a comprovação do CEAS. Segundo eles, na  
2517 época da LI que na época era FEAM. A FEAM não exigiu PAS. Então eles seguiram o  
2518 protocolo da SUPRAM. Que foi o primeiro empreendimento que eles assumiram. E  
2519 depois que se tornaram SUPRAM. E lá não constava em momento nenhum a exigência de  
2520 uma PAS. Então eles seguiram o protocolo da FEAM. E liberaram isso. E o quê que  
2521 ocorreu durante esse ano de 2011. Eles apresentaram um relatório de atividades pra nós,  
2522 como é de praxe. Que foi exigido deles. Análise técnica foi o que estava proposto no PAS,  
2523 foi cumprido. Mas como é de praxe, o conselho estadual, solicitou ao conselho municipal  
2524 de Oliveira, que manifestasse sobre aquelas ações. Pra gente seguir, fazer a seqüência do  
2525 trabalho aqui do CEAS. E o Conselho Municipal de Oliveira, alegou que eles não  
2526 concordavam porque eles não fizeram nenhuma parceria, com a secretaria de assistência  
2527 social. Porém, não é obrigatório. Então o conselheiro Márcio, que é o relator do processo,  
2528 ele quer fazer uma visita. Desde o ano passado, que foi antes da conferência. Depois da  
2529 conferência nós não conseguimos realizar essa visita. Ela acha que é necessário conversar  
2530 com o Conselho Municipal de Oliveira. Para ver o quê que é que está pendente daquilo  
2531 que foi proposto no PAS. **Vice-Presidente Juanita:** Bom, de acordo com o relatório  
2532 encaminhado pelo empreendedor, cumpriu tudo. Porém o conselho municipal respondeu  
2533 que não foi feito parceria. No entanto, não é obrigatório fazer. Né? **Não identificado:** E se  
2534 precisar avaliar sobre ele. Eles não aprovam o relatório final. **Vice-Presidente Juanita:** O  
2535 Conselho municipal. Mas colocam o que, não aprovam por quê? Por causa da parceria.  
2536 Bom, na verdade, isso estava no PAS? Então. Tem PAS. Se não estava no PAS, num tinha  
2537 necessidade de fazer. Então o quê que justifique a gente ir lá, no conselho municipal. Eu  
2538 estou querendo compreender é isso. Vocês estão entendendo gente a situação? Tá?  
2539 **Técnica Rosalice:** É por que. Pelos procedimentos de uma análise de um relatório final.  
2540 Nós precisamos de um parecer do conselho municipal. E o parecer que está documentado  
2541 no CEAS. É um parecer negativo, indeferindo. Então nós não podemos estar avaliando um  
2542 relatório final, sendo que um dos documentos que o conselho solicita que considera é o  
2543 olhar do conselho municipal, como parceiro no controle social do CEAS. E nessa  
2544 avaliação há necessidade de reunir com conselho municipal de Oliveira, pra que a gente  
2545 esteja explicando pra eles sobre o PAS de novo. E sobre qual que é essa importância dessa  
2546 ação junto ao município, do empreendedor. **Vice-Presidente Juanita:** OK. Rosa, Ta  
2547 tranquilo. Então o encaminhamento é, responder ao Ministério Público do andamento do  
2548 processo, que ainda está em análise. E realizar a visita pelo Márcio, que é o relator do  
2549 processo e um técnico. É isso? Tá claro para os conselheiros. Aprovado, ou tem alguém  
2550 contra? Aprovado senhores? Vamos lá animo. Ana Paula. **Conselheira Ana Paula:** PCH

2551 Tróia. Conselho Municipal de Leandro Ferreira solicita reunião com os conselheiros. A  
2552 técnica e responsável pelo acompanhamento da referida usina. Com o empreendedor Luz  
2553 Boa. Para discutir sobre o impasse com relação à implantação do posto de atendimento  
2554 social no município. Histórico: A proposta aprovada por meio da resolução CEAS numero  
2555 348 de 2010, foi do empreendedor instalar o posto de atendimento social, no bairro Ana  
2556 Rosa. Localizado na saída de Bom Despacho. Que possui acesso ao município de Leandro  
2557 Ferreira. Considerando que no local há famílias carentes de uma comunidade quilombolas  
2558 e não possui equipamentos sociais. Já no município de Leandro Ferreira, o empreendedor  
2559 teria que equipar uma sala no CRAS, para que a equipe do posto. Fazer os atendimentos  
2560 e/ou atividades em dias alternados, com o município de Bom Despacho. Ainda que os  
2561 profissionais a serem contratados para trabalhar no posto. O assistente social e o  
2562 psicólogo. Fossem dos municípios de Bom Despacho ou de Leandro Ferreira. Iniciando as  
2563 suas atividades até 30 dias, a contar da data de publicação, da resolução de aprovação do  
2564 PAS. Até o presente momento, não há informações do atendimento do que foi aprovado  
2565 pelo CEAS. Sugestão de encaminhamento. Atender ao conselho municipal de Leandro  
2566 Ferreira, agendando reunião para o dia 14 de março, às 14 horas, com a comissão de  
2567 normas. **Vice-Presidente Juanita:** Em discussão senhores. Tranquilo? Volney.  
2568 **Conselheiro Volney:** Nós estivemos lá, né Rosa? Fazendo essa visita. E, quer dizer, não  
2569 foram tomadas. **Técnica Rosalice:** Foi até a conselheira Edir e o Volney, que foram lá.  
2570 Que na época, os conselheiros mais antigos devem lembrar. O empreendedor tinha feito  
2571 uma proposta em dinheiro, pros dois municípios. Em troca de não instalação do posto e  
2572 nem equipamento do CRAS. E nós conversamos. Nós fomos lá. Não é Volney? A  
2573 conselheira Edir. Eles viram que essa proposta não era viável. E a eles instalaram, que  
2574 realizaram o posto de atendimento social em Bom Despacho. E Leandro Ferreira, está  
2575 nesse impasse. É o município. Porque a proposta de trazer, fazer uma reunião com  
2576 Leandro Ferreira e o empreendedor. Que o empreendedor diz que Leandro Ferreira  
2577 solicita o dinheiro. Leandro Ferreira informa que o empreendedor quer dar o dinheiro.  
2578 Então está nesse impasse. Então foi até uma sugestão técnica ao próprio conselho  
2579 municipal. Que solicitasse a reunião com presença do Conselho. Com os conselheiros da  
2580 comissão de normas. Pra decidir esse impasse. Porque são duas versões diferentes, pra não  
2581 atendimento a resolução do CEAS. **Conselheiro Marcelo:** OK. Marcelo. É só pra  
2582 contribuir também. Com a discussão. Ontem quando a gente debateu sobre esse tema. Nós  
2583 pontuamos o seguinte. Vamos reunir sim. Mas dizer a eles olha, vamos chegar a um  
2584 consenso sobre isso. Se não chegar ao consenso, cumpra-se o que está na resolução e  
2585 ponto final. Nós não temos que entrar nessa questão do quê que está se discutindo por lá,  
2586 por isso está fora da discussão do PAS. O que nós queremos é que o PAS seja cumprido,  
2587 cumpriu bem, não cumpriu, cumpra-se a resolução. **Técnica Rosalice:** Posso só  
2588 acrescentar uma coisa. **Vice-Presidente Juanita:** OK. **Técnica Rosalice:** No final do ano,  
2589 em dezembro, esse mesmo empreendimento veio em pauta da plenária, e a deliberação do  
2590 Conselho foi: cumpra-se a resolução. Não há mais o que entrar em acordo com os dois.  
2591 Foi em dezembro, nós emitimos uma correspondência. E ainda continua nesse impasse.  
2592 Então. **Vice-Presidente Juanita:** Tranquilo. Está tranquilo pra comissão de normas, da  
2593 reunião do dia 14. OK. Aprovado. **Conselheira Ana Paula:** PCHs Dores do Guanhães,  
2594 Senhora do Porto, Jacaré e Furtuna II. Ofício da Guanhães Energia S/A, solicitando a  
2595 prorrogação de 60 dias, do prazo de entrega dos relatórios referentes às PCHs acima  
2596 citadas. Previsto para cinco de abril de 2012. Sugestão de encaminhamento, acatar a  
2597 solicitação. **Vice-Presidente Juanita:** Em discussão. Não? Tranquilo? Aprovado.  
2598 **Conselheira Ana Paula:** CGH Farias, municípios de Guanhães e Braúnas, empreendedor  
2599 Ray Brasil. O município de Guanhães, em 05/12/2011 denunciou que a CGH Farias,  
2600 estaria em construção sem alvará emitido pela Prefeitura local conforme trecho do ofício

2601 abaixo. É importante esclarecer que o código de conduta do município de Guanhães,  
2602 estabelece que todos os empreendimentos que possuem impactos sociais e ambientais,  
2603 devem possuir parecer favorável dos órgãos responsáveis para aquisição do alvará de  
2604 construção. O empreendimento CGH Farias, possui pareceres desfavoráveis, no  
2605 departamento de meio ambiente, e no conselho municipal de assistência social. Assim  
2606 sendo, o alvará para construção da CGH foi negado, pela secretaria municipal de infra-  
2607 estrutura urbana. No entanto, os empreendedores deram início as obras, sendo  
2608 devidamente notificado e posteriormente embargado. Porém, é do conhecimento deste  
2609 Conselho, que as obras da CGH Farias, encontra-se em fase de conclusão. Ainda,  
2610 informou que o posto de atendimento social, não estava em funcionamento. A partir  
2611 dessas informações, o CEAS consultou o conselho municipal de Braúnas. Sobre a emissão  
2612 de algum alvará. Visto que o empreendimento atingirá aos dois municípios. Ainda sobre o  
2613 funcionamento do posto de atendimento social. Em resposta o referido conselho  
2614 municipal, informou que o posto está em regular funcionamento. Que a prefeitura não  
2615 emitiu alvará ao empreendimento. Uma vez que o empreendimento não está localizado no  
2616 município e apenas a estrada de acesso passa pelo mesmo. Sobre o posto de atendimento  
2617 em Guanhães, este já está em regular funcionamento. Sugestão de encaminhamento.  
2618 Informar ao conselho municipal de assistência social, que a questão apresentada sobre o  
2619 alvará extrapola a competência do CEAS, visto que o PAS está sendo cumprido nos  
2620 municípios, conforme informações, dos conselhos municipais. Sugerimos que essa  
2621 situação deve ser resolvida, no campo jurídico e administrativo do município. **Vice-**  
2622 **Presidente Juanita:** Em discussão. Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Eu só não entendi  
2623 uma questão. São dois postos de atendimento? Um está dizendo que não está funcionando  
2624 o outro está dizendo que está funcionando. Essa informação que está em cima. Que o  
2625 posto não estava funcionando. **Vice-Presidente Juanita:** A denúncia é do município de  
2626 Guanhães. **Conselheira Cristiane:** Isso, o outro posto está funcionando. É isso? Então  
2627 são dois postos. **Técnica Rosalice:** Bom, só esclarecendo. Bom o município de Guanhães  
2628 informou que o posto não está funcionando. E como Braúnas também. Nós consultamos  
2629 Braúnas. Braúnas disse que, o posto está funcionando e que não emitiu o alvará. Aí  
2630 Guanhães, durante o processo de apuração, Guanhães informou. Olha, eles instalaram o  
2631 posto, mas continua construindo uma obra, sem o alvará do município. **Vice-Presidente**  
2632 **Juanita:** Está correto. O encaminhamento está certo. Cris. **Conselheira Cristiane:** A  
2633 minha dúvida é se o posto realmente está funcionando? **Técnica Rosalice:** Ta, todos os  
2634 dois. O que está na apuração da CGH. Porque Guanhães é um município, que é atingido  
2635 por algumas usinas. E eu estive com Márcio Caldeiras, pra relatório final, de uma usina  
2636 que ele apresentou relatoria na plenária passada. Então, nós aproveitamos como é o  
2637 mesmo empreendimento Ray Brasil. Visitamos esse posto também, ele está em regular  
2638 funcionamento. **Conselheira Ana Paula:** Letra E, solicitações a SEDESE. Celular e  
2639 Notebook. Considerando as viagens de usinas. A necessidade de comunicação com o  
2640 CEAS, durante as viagens técnicas. Em assim os gastos com ligações interurbanas, com  
2641 recursos próprios. Ainda a necessidade de consulta e elaboração de relatórios e  
2642 documentos. Referentes aos processos de barragens, durante as visitas. A comissão de  
2643 normas solicita com urgência a SEDESE. Providencia celular habilitado e notebook com  
2644 internet móvel. Com lotação patrimonial do CEAS, para as viagens de usinas. **Vice-**  
2645 **Presidente Juanita:** Marcelo. **Conselheiro Marcelo:** Bom gente... só pra esclarecer, é  
2646 porque nós. Foi apresentado. Ontem foi apresentada essa demanda, pelas técnicas que  
2647 fazem a visita. E eu perguntei, nós temos legislação própria que trate do assunto. E aí nos  
2648 foi apresentado uma legislação, não sei se é decreto ou se é lei. Que trata sobre essa  
2649 questão dos telefones. Celulares corporativos. E há possibilidade, desde que tenha por  
2650 parte do gestor. Uma delegação pra poder deixar o telefone. Essa que foi a preocupação da

2651 comissão de normas, pra saber se poderíamos realmente fazer a solicitação. **Conselheiro**  
2652 **Marcelo:** Mais questionamentos? Não. OK. Aprovado. **Conselheira Ana Paula:** Número  
2653 dois entidades. Letra A. Associação Manhumirenses dos Amigos Reunidos – AMAR.  
2654 Parecer do recurso apresentado pela Associação, devido ao indeferimento da inscrição da  
2655 AMAR, pelo Conselho Municipal de Manhumirim. Sugestão de encaminhamento:  
2656 encaminhar correspondência ao Conselho Municipal solicitando manifestação sobre o  
2657 projeto de apoio sócio familiar da entidade AMAR. Visto que durante a análise técnica do  
2658 CEAS, percebe-se que as ações do referido projeto, são voltadas para a convivência e  
2659 fortalecimento de vínculos. E podendo sua inscrição ser respaldada no artigo 11º da  
2660 resolução 16/2010. Essa entidade é uma entidade que recebeu um parecer desfavorável do  
2661 conselho, com relação à inscrição, enquanto entidade de assistência social. Não é isso  
2662 Rosa? Mas foi verificado pela equipe técnica, que ela executa projeto na área da  
2663 assistência social, que encontra respaldo na resolução 16. Então o encaminhamento aqui, é  
2664 enviar correspondência, pra que seja feita a análise de acordo com esse critério. Porque a  
2665 resolução 16 permite a inscrição não só de entidade, mas de serviço, programas, projetos e  
2666 benefícios na área da assistência. **Conselheiro Marcelo:** Algum esclarecimento?  
2667 Conselheiros? Podemos aprovar o encaminhamento? OK. Próximo ponto. **Conselheira**  
2668 **Ana Paula:** Grupo de Congado Nossa Senhora do Rosário do Retiro. Análise recursal.  
2669 Pelo indeferimento da inscrição pelo Conselho Municipal de Paraopeba. Porém, durante a  
2670 avaliação do recurso do CEAS, a entidade recebeu um certificado a inscrição do  
2671 município. Então houve um recurso e. Sugestão de encaminhamento. Responder a  
2672 entidade pelo indeferimento do recurso pelo CEAS. Considerando a perda do objeto ante a  
2673 inscrição da entidade pelo Conselho Municipal de Paraopeba. Conforme inscrição número  
2674 0002 de 20 de setembro de 2011. **Conselheiro Marcelo:** Algum esclarecimento,  
2675 conselheiros? OK. Aprovado. **Conselheira Ana Paula:** Três correspondências recebidas,  
2676 Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ofício nº 20 de 2012, solicitando  
2677 informações, acerca da atual situação do pagamento de diárias para os conselheiros não  
2678 governamentais, do CONPED, residentes no interior. Em fevereiro de 2012, o CEAS  
2679 emitiu resposta ao Ministério Público sobre a situação. Sugestão de encaminhamento.  
2680 Agendar reunião para o mês de maio, com o CEAS, a SEDESE, a Secretaria de Direitos  
2681 Humanos e o CONPED, Conselho da Pessoa com Deficiência. **Conselheiro Marcelo:** Só  
2682 pra esclarecer aos conselheiros. O Ministério Público, então, fez uma solicitação ao  
2683 CEAS, para que informe sobre como anda a situação das diárias dos conselheiros do  
2684 CONPED. Considerando que a lei que trata da existência do CONPED, ela diz que o  
2685 recurso de diárias do CONPED está no FEAS. E o conselho estadual, diante disto,  
2686 respondeu ao Ministério Público, dizendo, fez uma tradução, uma análise da política de  
2687 assistência social, como funciona, a lei que regulamenta o CEAS. Toda a normativa que o  
2688 CEAS tem. E também informou ao final. Que existe dentro da Secretaria de Direitos de  
2689 Humanos. Não é isso? Dentro da subsecretaria de direitos humanos da SEDESE, da  
2690 própria SEDESE. Dotação orçamentária para pagamento de diárias. Então se não está  
2691 havendo pagamento de diárias, não é porque, porque está no FEAS o recurso. Mas sim  
2692 porque a essa subsecretaria de direitos humanos é que não está fazendo o repasse. Diante  
2693 disso, o quê que nós estamos propondo. Considerando um ofício do Ministério Público  
2694 que poderá ocasionar inclusive, talvez, numa intervenção no CEAS. Diante do não  
2695 cumprimento do que está na lei. De chamar, SEDESE, a Secretaria de Direitos Humanos,  
2696 o CONPED e chegar no acordo para regularizar essa situação. **Vice-presidente Juanita:**  
2697 Está claro pra todo mundo? OK. Tranquilo Ana? Aprovado. Encerrou? Bom... então,  
2698 vamos passar pra comissão de apoio. E vamos finalizar a última de política que é mais  
2699 cheia. Comissão de apoio eu não estava. Gilvânia. Microfone pra Gilvânia, por favor.  
2700 Edir, passa o microfone pra Gilvânia, por favor. **Conselheira Gilvânia:** Bom,

2701 conselheiros. Eu estreei ontem na comissão de política. Então assim, foi a minha primeira  
2702 vez nessa comissão. E então hoje a gente vai fazer uma leitura, do pouco que foi discutido.  
2703 Só estávamos eu e o André nessa comissão, que eu acredito que tem que ser recomposta.  
2704 Vamos conversar sobre isso aqui depois. **Vice-presidente Juanita:** Na verdade, essa  
2705 comissão era a mais cheia. Vocês lembram? Não, no ano passado. Era comissão. Eu e o  
2706 Marcelo tava lá. Mas a nossa colega da cultura. Ela também deve ser que ela ausentou.  
2707 Mas ela faz parte. OK. Gilvânia. **Conselheira Gilvânia:** Então. Ta na tela? Letra A.  
2708 Ofício encaminhado pelo CMAS de Caxambu, solicitando uma visita de conselheiros do  
2709 CEAS. Pois o município não executa os programas e devolve verbas federais. Deixando a  
2710 população sem assistência. Fato que vem se repetindo há tempos. O encaminhamento: é  
2711 enviar um ofício ao conselho municipal, orientando quanto à atuação do conselho.  
2712 Incentivar a busca de continuada de informações. No ofício, através do ofício. Incentivar a  
2713 busca continuada de informações para melhor atuação e empoderamento dos conselheiros.  
2714 Tendo em vista que o Conselho detém o poder de aprovar no plano de ação, ou seja, tem  
2715 implicação direta para o recebimento de verbas para o município. Obter maiores  
2716 informações sobre a atuação do município. Quais verbas estão sendo devolvidas e porque  
2717 isso acontece. O que ocasionou o cancelamento do ProJovem. Eu acho que isso não,  
2718 André. Pelo que nós discutimos a gente já tinha, vocês já tinham solicitado essa  
2719 informação a SEDESE. Essa última frase, pode tirar por favor. A sim, ta. **Vice-presidente**  
2720 **Juanita:** André. **Conselheiro André:** É que no ofício que eles encaminharam, a SEDESE  
2721 fez essa, trouxe essa informação. Eu falei o quê que prova que, tem alguma verba, alguma  
2722 devolução de verba. Aí tem um documento na SEDESE. Que é o ProJovem né. Que fala  
2723 do cancelamento. Então a gente colocou lá, só pra esclarecer com relação, quais são. Esse  
2724 é um dos. Né. Que foi provado. E identificado por eles. Então a intenção foi essa, só pra  
2725 esclarecer. **Vice-presidente Juanita:** Ok. Desculpa. Acabou Gilvânia a questão número  
2726 um? **Conselheira Gilvânia:** Então, essa sim. A número um sim. **Vice-presidente**  
2727 **Juanita:** Então está em debate. A questão do município de Caxambu. Não é diferente dos  
2728 demais do conselho municipal, que a gente está vendo. E provavelmente ele vai estar  
2729 naquela oficina, que o conselho vai fazer no dia 15. Dessa fragilidade de controle social.  
2730 Que a gente já identificou nos conselhos. Então é enviar o ofício, mas eu penso que ele  
2731 deve estar nessa fotografia. Não é isso? Da oficina que acontecerá no dia 15. **Conselheira**  
2732 **Gilvânia:** Sim. **Vice-presidente Juanita:** A Cristiane está lembrando, se isso aqui não  
2733 seria processo. Abrir processo. Processo de denúncia? É verdade. Eu que encaminhei pro  
2734 apoio? Ah, é verdade. Porque além do envio do ofício. A Cristiane está alertando aqui. É  
2735 uma denúncia. E nós temos uma resolução de denúncia, né? Então é o início encaminhar  
2736 para a mesa diretora. Não já direto pra comissão de política pra instalação do processo de  
2737 denúncia. Não é isso? Aí tem que ter um outro encaminhamento. Ah, entendi. Entendi.  
2738 Então já estava na comissão de apoio com esse encaminhamento, para instaurar um  
2739 processo de denúncia. Então, você coloca mais esse encaminhamento, instaurar o processo  
2740 de denúncia. **Conselheira Gilvânia:** E é a própria comissão de apoio que instaura? **Vice-**  
2741 **presidente Juanita:** É, ta. Aí depois eu me reminto. OK. **Consolação:** Porque ela  
2742 também é nova Paula. **Vice-presidente Juanita:** OK, OK. Sem nenhum problema  
2743 Gilvânia. Tranqüilo? Os conselheiros gostariam de contribuir? Não. Aprovado.  
2744 **Conselheira Gilvânia:** Dois, propor encaminhamento de ofício para a SEDESE,  
2745 solicitando, um reordenamento dos serviços repassados da CEPCAD para a SUBAS, no  
2746 ano de 2011. Por não se encaixarem esses serviços no campo da política de assistência  
2747 social. Encaminhamento: decidido pela comissão que este é um assunto que deve ser  
2748 tratado pela comissão de política. Merecendo ainda observar que esse é um moroso com  
2749 várias implicações, somente sendo resolvido a longo prazo. Ou seja, o que nós discutimos  
2750 enquanto comissão ontem. André me ajuda. Foi que, essa questão do reordenamento dos

2751 serviços da ex CEPCAD, não é uma questão pra ser resolvida a partir do encaminhamento  
2752 de um ofício. Que isso já é do conhecimento deste Conselho, e que é uma questão que a  
2753 SEDESE está encaminhando. Então o encaminhamento é na verdade que, a ida pra  
2754 comissão de política, para acompanhamento. **Vice-presidente Juanita:** Na verdade, eu  
2755 queira dar uma sugestão de alteração de encaminhamento. Realmente, é de  
2756 acompanhamento da comissão de política. Aí Consolação, você me refresca a memória,  
2757 porque é coisa demais. Eu lembro que isso já estive na SEDESE, a gente já informou a  
2758 este Conselho, que o serviço está sendo ordenado. Eu penso que ali, não é solicitar o  
2759 planejamento do reordenamento. Porque já foi informado pra esse CEAS, do  
2760 reordenamento. Que foi da impossibilidade de ter sido concluído o ano passado. Então eu  
2761 penso que é solicitar o planejamento, o calendário, a proposta de. OK? **Conselheira**  
2762 **Gilvânia:** OK. É isso mesmo. **Vice-presidente Juanita:** E aí, é solicitar a SEDESE, e  
2763 encaminhar pra acompanhamento da política. OK? **Conselheira Gilvânia:** É porque ela  
2764 estava com essa resposta da SEDESE mesmo. A Paula. Mas a gente, então, interpretou  
2765 mal. **Vice-presidente Juanita:** OK. Sem nenhum problema. Aprovado senhores? OK.  
2766 **Conselheira Gilvânia:** Três. Recebido. Ofício 02012 recebido do CMAS de Itaobim, em  
2767 resposta ao ofício CEAS 489 de 2011. Saliendo que a gestora já foi advertida pelo  
2768 CMAS. Mas tem realmente dificuldade em mudar a sua visão assistencialista. Para  
2769 entender a assistência social como um direito garantido em lei. Quanto à contratação da  
2770 funcionária. Informa que a mesma já pediu demissão, para evitar maiores  
2771 constrangimentos. Embora seja pessoa de grande conhecimento da situação social do  
2772 município, o que facilitava a sua atuação. Sendo contratada em função da sua competência  
2773 e não de favorecimentos. O encaminhamento: Informar ao presidente do CMAS. Informar  
2774 por ofício ao presidente do CMAS, da disponibilidade do CEAS, para atender tanto ao  
2775 Conselho quanto à gestora, no sentido de repassar informações. Sugerir material de estudo  
2776 e aperfeiçoamento. Cartilhas de TCU, teleconferência, troca de experiência com  
2777 profissionais locais, que participaram de conferências anteriores. Para enriquecimento da  
2778 sua atuação em prol do bom desempenho do SUAS. **Vice-presidente Juanita:** Então, eu  
2779 penso também que a gente pode, de repente é uma conduta que a gente pode tomar da  
2780 pra frente, quando isso acontecer. A gente informa a mesa diretora das URCMAS, desse  
2781 município. Dessa situação de fragilidade, para que esse município seja convidado e que  
2782 ele na URCMAS apresente essa situação. Vocês lembram que a gente já tinha conversado  
2783 sobre isso. Que toda vez que isso chegasse aqui nesse CEAS, a gente ia conversar com as  
2784 URCMAS e orienta-la nesse sentido. Então além dessa informação ao presidente do  
2785 conselho, ao conselho municipal. Porque por mais que a pessoa tenha competência, tem  
2786 que entrar por um processo licitatório. E não por causa, enfim. Mas eu acho que tem que  
2787 informar ele do ato assertivo que ele fez. E ainda, informar sobre as reuniões da  
2788 URCMAS, que é um espaço pra ele buscar capacitação. E ainda informar a URCMAS da  
2789 situação desse conselho. Pode ser? OK. **Conselheira Gilvânia:** Rosa, você completa, por  
2790 favor. **Vice-presidente Juanita:** Já colocou. **Conselheira Gilvânia:** Ok desculpa. Do  
2791 CMAS. **Vice-presidente Juanita:** OK. Gilvânia. **Conselheira Gilvânia:** Quatro. E-mail  
2792 do presidente do CMAS de Pouso Alegre, André Ferreira Martins. Solicitando autorização  
2793 e orientação para criação de uma microrregional em Pouso Alegre. Pois a URCMAS de  
2794 Varginha não está estruturada. E ainda, encaminha ofício 001 de 2012, solicitando a  
2795 presença de um representante do CEAS, para debater com diversas entidades do  
2796 município. A resolução 16. No dia 16 de março, de 13h às 17h. Encaminhamento: ter a  
2797 aprovação da plenária a autorização da microrregional. **Vice-presidente Juanita:** Na  
2798 verdade, eu penso que é mandar um ofício para esse presidente do Conselho Municipal de  
2799 Pouso Alegre, informando que não precisa deste Conselho para autorização de uma  
2800 implantação de micro-regional. E ainda da nossa impossibilidade de comparecer no dia 16



2801 do 03, considerando a nossa agenda. E tão logo seja instalada a microrregional, pra  
2802 comunicar a esse CEAS. Para a gente potencializar e participar da primeira reunião. Não é  
2803 isso conselheiros? **Conselheira Gilvânia:** É porque a gente na verdade. Ontem nessa  
2804 reunião, na nossa reunião de comissão, a gente não sabia bem como é que funcionava a  
2805 questão de abertura, de funcionamento, e orientação de URCMAS. É porque éramos  
2806 novatas. **Vice-presidente Juanita:** E a Paula também é novata. Tá certo? Isso. Da  
2807 primeira agenda da URCMAS. OK Rosa? E disponibilizar a presença do conselheiro na  
2808 primeira reunião de URCMAS. **Conselheira Gilvânia:** E falar da impossibilidade do dia  
2809 16. **Vice-presidente Juanita:** Isso. **Conselheira Gilvânia:** Cinco. Solicitação de  
2810 capacitação para os conselheiros. De Ibitaré, porque a presidente é nova no cargo e não  
2811 está sabendo como atuar. Solicitou capacitação pra toda equipe em Manhuaçu. Vários  
2812 conselheiros novatos e mesmo os antigos estão tendo muitas dificuldades para atuar. Feito  
2813 o contato com Fátima Mayrink que levará o pedido para a reunião da URCMAS de  
2814 Governador Valadares, dia 12 de março. Monte Sião, a URCMAS de Poços de Caldas  
2815 está desativada. Encaminhamentos: Em relação à Ibitaré, pela proximidade e facilidade de  
2816 acesso, informar que poderá ser agendado no próprio CEAS. A realização de capacitação,  
2817 mediante contato e disponibilidade de conselheiro responsável. Manhuaçu, aguardar o  
2818 retorno dessa reunião de URCMAS, proposta pela Fátima Mayrinc. Monte Sião, já foi  
2819 informado da possibilidade de agendar no próprio CEAS, a capacitação. O presidente irá  
2820 submeter o tema à avaliação da próxima plenária do conselho lá no município, agora em  
2821 março também. Isso não está aqui não. A Paula me falou hoje. **Vice-presidente Juanita:**  
2822 Hã, Hã. Pode Cris. Cristiane. **Conselheira Gilvânia:** Aí nesse ponto, a gente pontuou. Só  
2823 terminar Cris. Nesse ponto a gente pontuou essa necessidade de intensificar essa questão  
2824 de fortalecimento e incentivo das URCMAS. Porque como eu disse, é uma questão que  
2825 recorreu lá na comissão. **Conselheira Cristiane:** Eu só queria propor uma reflexão aqui  
2826 nossa rapidinha. Com relação dessa questão da URCMAS, do seguinte. A gente tem uma  
2827 deliberação aqui, da gente só ir ao município logicamente quando se tratar de reunião de  
2828 URCMAS. Só que assim, a gente está apostando muito em URCMAS e a gente está  
2829 vendo algumas URCMAS que não estão de fato funcionando. Se não valeria a pena, numa  
2830 solicitação como essa de Monte Sião. Não Ibitaré não que está pertinho e já está tranquilo.  
2831 Mas de Monte Sião, propor o seguinte, se for uma reunião que ele conseguir agendar com  
2832 mais municípios. Mesmo que seja fora da URCMAS, uma vez que ele informa que a  
2833 URCMAS está desativada, não está funcionando. E a gente tem essa informação de Poços  
2834 de Caldas, se eu não me engano. Que a gente se disponibilize a ir. Porque também senão,  
2835 a gente fica deixando de atender algumas solicitações que chega aqui ao Conselho. Por  
2836 entender que a gente tem que ir à reunião de URCMAS. Só que URCMAS não está  
2837 funcionando, e aí como é que a gente faz. É inclusive eu me coloco a disposição se for o  
2838 caso. **Conselheiro André:** A gente chegou a essa conclusão, mas é porque ela disse que o  
2839 contato com a Fátima né? Isso do Monte Sião. E a gente, foi muito boa a colocação,  
2840 porque a gente discutiu ontem essa possibilidade. Através de URCMAS. Pra que a gente  
2841 pudesse dar mais um suporte. Porque a criação só, não é o suficiente pra que eles né.  
2842 **Vice-presidente Juanita:** Na verdade, isso aí não é a regra. É uma exceção que a Cris  
2843 está falando. Considerando que a URCMAS está desestruturada, desativa. Então é o  
2844 momento inclusive desse CEAS, articular e mobilizar para a reativação dessa URCMAS.  
2845 OK. Então o encaminhamento aí, é mandar um ofício para o conselho, que ele articule  
2846 mais municípios, mais conselhos e agendar com esse CEAS a nossa ida lá. É isso? OK.  
2847 **Conselheiro André:** Aquele calendário, só pra completar com relação às URCMAS. Teve  
2848 um calendário pra 2011, de URCMAS. Que as pessoas poderiam solicitar aqui, e como é  
2849 que ficou aquele calendário. Considerando que eu já cheguei aqui. **Vice-presidente**  
2850 **Juanita:** Bom, na verdade. Esse CEAS deliberou pela participação de conselheiros. Nas

2851 três primeiras reuniões da URCMAS, no sentido de ajudar a URCMAS a caminhar. Então  
2852 com isso teve muitas que estão caminhando sozinhas. E outras que tiveram problemas de  
2853 percurso. Como Poços de Caldas. Então, essas são da nossa responsabilidade, da comissão  
2854 de apoio de fortalecer para que ela se reative novamente. **Conselheiro André:** Porque na  
2855 nossa região, ela foi só criada. E nós não tivemos essa continuidade do calendário. Então  
2856 eu gostaria de saber se a gente pode fazer isso? **Vice-presidente Juanita:** Deve, deve.  
2857 **Conselheiro André:** Eu achava que não. Então podemos continuar. Com aquele objetivo,  
2858 independente do calendário, independente daquilo que foi sugerido lá. **Vice-presidente**  
2859 **Juanita:** Qual sugerido? **Conselheiro André:** Foi feito a sugestão, no ato de criação, no  
2860 final de 2010. Pelo conselheiro, e depois nós não tivemos mais contato. A gente só teve  
2861 alguém SINDBREF lá de Uberlândia. Fazendo contato, porque que não está acontecendo.  
2862 **Vice-presidente Juanita:** Entendi. **Conselheiro André:** A gente ficou por entender  
2863 porque não foi dado a nós o suporte suficiente pelo conselheiro na época. Aí a gente ficou  
2864 assim. **Vice-presidente Juanita:** É o Júlio César, por favor. Depois você Consolação.  
2865 **Conselheiro Júlio:** É só sobre Manhuaçu. Cidade próxima, 20 quilômetros fora. Então eu  
2866 poderia estar à disposição, precisando. Até mesmo porque a URCMAS de Valadares eu  
2867 não sei se está muito. Está longe. De Manhuaçu está longe. Então eu poderia estar  
2868 colaborando. **Vice-presidente Juanita:** Ótimo. OK. Então vamos aguardar o retorno da  
2869 Fátima. Tão logo ela retorne, a gente faz o contato com o Conselheiro Júlio. OK.  
2870 Consolação. **Consolação:** É pensando muito nessa questão da URCMAS. Inclusive está  
2871 no nosso planejamento. Ao invés de pedir ao município que reúna, quando não tiver  
2872 URCMAS. Ao invés de pedir pro município que reúna tanto para capacitação, a gente já  
2873 marque a reunião da URCMAS, convocando todo mundo e fazendo essa pauta, incluindo.  
2874 Ao invés de pedir. Que aí o conselho já faz esse gerenciamento de marcação, pra reativar.  
2875 **Vice-presidente Juanita:** Ótimo encaminhamento. Não. Mas aí na questão de Poços de  
2876 Caldas, a propositura é pra fazer uma microrregional. Sim. Sim. **Conselheiro Volney.**  
2877 **Conselheiro Volney:** Como Poços de Caldas já está com essa dificuldade. Pouso Alegre é  
2878 muito próximo, já que manifestaram isso. Porque que não transfere essa URCMA então  
2879 pra Pouso Alegre? Vocês estão percebendo? É porque se Poços não está funcionando.  
2880 Pouso Alegre também está no sul de Minas, é próximo. O pessoal está com vontade,  
2881 transfere esse URCMAS para Pouso Alegre, também é Consolação. **Vice-presidente**  
2882 **Juanita:** Consolação. **Consolação:** A URCMAS, quando você fala assim por regional,  
2883 não é o município. A região é de Poços. Se tem dificuldade do município de Poços. Então  
2884 também existiu aí, por causa de conferência, uma série de coisas. O CEAS também não  
2885 pode talvez fazer esse movimento. Que ele chame os municípios da regional. Não fomos  
2886 impostos. Aí deixou, a diretoria em Poços. Mas o que tem que ficar claro pros municípios.  
2887 É que ela não é daquele município, a URCMAS. Então você tem inclusive BH faz isso.  
2888 Que é uma presidência colegiada. Porque você não deixa a URCMAS refém em nenhum  
2889 município. A gente pode começar a adotar isso. E aí, nesse chamamento também pra  
2890 Poços, em outro município. Isso o conselho pode já fazer e corrige isso tudo. **Conselhira**  
2891 **Gilvânia:** Porque o município que teve a iniciativa no caso aqui, é Monte Sião. **Vice-**  
2892 **presidente Juanita:** Isso sem nenhum problema. OK. **Conselhira Gilvânia:** OK.  
2893 Acabei. Obrigada gente. **Vice-presidente Juanita:** Bom, Volney. A última comissão, de  
2894 política. A desculpa. Cristiane. **Conselheira Cristiane:** Com base até nesse bem lembrete  
2895 aí do Conselheiro André. Acho que nós deveríamos pra 2012, solicitar o calendário das  
2896 URCMAS. Já foi solicitado? Não. Já está chegando. A ta é porque eu não tinha essa  
2897 informação. Obrigada. **Vice-presidente Juanita:** OK. OK. Volney. **Consolação:** É só pra  
2898 registrar viu gente. A Paula não está aqui na parte da tarde, ela está trabalhando seis horas,  
2899 mas nem é isso. Ela dobraria, mas a irmã dela está fazendo uma cirurgia agora à tarde.  
2900 Então ela teve que se ausentar por causa disso. Então eu estou anotando todos os

2901 encaminhamentos, amanhã ela não vem. Por esse motivo também da irmã. Mas na  
2902 segunda feira, nós vamos dar o encaminhamento, inclusive já estou incluindo que a  
2903 proposta pra próxima plenária, inclusive desse mapeamento. Onde que URCMA não está  
2904 funcionando, e qual que a gente vai fazer a estratégia pra já determinar inclusive que mês,  
2905 que nós vamos acionar cada URCMAS, ta. **Vice-presidente Juanita:** Volney.  
2906 **Conselheiro Volney:** Vamos lá então. Reiterada a solicitação de informações, ao  
2907 Conselho Municipal de Assistência de Itaobim, até 30 de janeiro de 2012, não houve  
2908 resposta. Nosso encaminhamento foi reiterar correspondência ao Conselho Municipal de  
2909 Assistência, com cópia para o Prefeito Municipal. Agora, a gente tem que repensar. Nós  
2910 tínhamos pensado também, pelo menos pra cientificar, o Ministério Público, da região. E  
2911 enviar uma correspondência pra SEDESE. Porque olha, como um conselho municipal, ele  
2912 nem resposta ele dá para o nosso chamamento. Então eu pergunto isso o Juanita. Porque  
2913 olha só, você oficia, sequer respondem. **Vice-presidente Juanita:** Não é o mesmo teor da  
2914 questão da comissão de apoio. Que ela acabou de fazer o relato. Microfone pra Gilvânia,  
2915 por favor. Nós estamos só com dois hoje né? **Conselheira Gilvânia:** Então eu estou  
2916 vendo aqui que, ele mandou um ofício o CMAS de Itaobim. Mas é respondendo ao CEAS  
2917 dessa outra situação. Que é a demissão, da funcionária, daquela pessoa que era  
2918 funcionária. **Vice-presidente Juanita:** Então Volney, qual que é a solicitação do  
2919 Conselho Municipal que vocês fizeram. A reiteração. Então vamos passar pra frente, pra  
2920 resolver essa situação. Santa Cruz de Salinas. **Conselheiro Volney:** Denúncia sobre o uso  
2921 indevido de recursos financeiros, da Secretaria Municipal de Assistência Social, até  
2922 janeiro de 2012, não houve resposta. O nosso encaminhamento foi o mesmo também.  
2923 Então quer dizer, mais uma vez né. Esse conselho oficia um conselho municipal. E não  
2924 responde. **Vice-presidente Juanita:** Quem, Santa Cruz de Salinas, foi convidado pra  
2925 participar do nosso processo. Considerando que lá na eleição da nossa nona conferência.  
2926 Bom que fez a denúncia também? Sobre o uso em recurso. Isso a gente tem que refrescar  
2927 a memória, que a gente não lembra não. Combinado, então vamos pro ponto dois. Depois  
2928 a gente revê isso aí. **Conselheiro Volney:** Ponto dois. Igaratinga. Ofício 17/2011 datado  
2929 de 09/12/2011. Em resposta ao ofício ao Conselho Estadual - CEAS. Questionando a  
2930 mudança do local de atendimento ao programa Bolsa Família, que irá funcionar no CRAS.  
2931 Mais orientações do MDS. Não obtivemos resposta nem da SEDESE e nem do Conselho  
2932 Municipal de Assistência. Aí nós pensamos. Fazer um contato com o assistente social  
2933 denunciante. E verificar a atual situação. Reiterar correspondência ao Conselho Municipal  
2934 e a SEDESE. **Vice-presidente Juanita:** Não entendi. Foi denunciado que o Programa  
2935 Bolsa Família, ia pro CRAS. Não pode ir pro CRAS? Deve. Né. Deve pra facilitar o  
2936 acesso e a porta de entrada. **Conselheiro Volney:** Você quer falar Nilce. **Técnica Nilce:**  
2937 É, só esclarecendo aqui. Em relação à Itaobim, retornando aqui. Foi uma denúncia falando  
2938 de irregularidades no funcionamento do SUAS. A coordenadora do CRAS, não possui  
2939 curso superior e possui mais de dois empregos. Não cumprindo a carga horária de  
2940 quarenta horas. É a mesma? É a mesma denúncia. Ah ta, então foi encaminhado pras duas  
2941 comissões? OK. E também a gente fez a comunicação à SEDESE. Sobre essa situação de  
2942 Itaobim. Em relação a Santa Cruz de Salinas, é sobre o uso indevido de recursos  
2943 financeiros da secretaria e a conselheira, foi uma conselheira, a Sônia, durante a nona  
2944 conferência de assistência social. Ta. Queixaram da falta de apoio da SEDESE regional,  
2945 quando os municípios solicitam. Enfim. Também foi encaminhado a SEDESE e uma  
2946 correspondência ao CMAS de Santa Cruz, que também não. A gente já reiterou o ofício e  
2947 definimos a data até final de janeiro. Pra que desse tempo da gente pautar na reunião de  
2948 fevereiro. Agora, primeiro de março. E também não veio resposta. Igaratinga, fala, o  
2949 CRAS está tentando se adaptar as situações previstas no ID. Precisa de uma recepcionista,  
2950 fala da junção que vai acontecer. O CRAS município de Igaratinga, em reunião com a

2951 assistente social responsável pelo departamento. Secretaria de Saúde e da Assistência. E  
2952 assessora do prefeito, demais funcionários relataram que mudanças vão ocorrer e que o  
2953 Programa Bolsa Família, será transferido para a recepção do CRAS. Ocorre que o CRAS  
2954 da nossa cidade precisa de uma recepcionista. Acreditamos que a junção do Programa  
2955 Bolsa Família, somente na recepção e que a operadora máster, vai realizar as duas  
2956 funções, causará um tumulto. Estará descumprindo as normativas estabelecidas na oferta  
2957 do PAIF. No que se refere ao item de espaço compartilhado do CRAS. Observando o ID  
2958 CRAS para 2012. Já estamos em andamento, com as salas de capacidade maior para os  
2959 grupos, rampas de acessibilidade, mas não temos espaço suficiente para agregar o Bolsa  
2960 Família. Com seus arquivos, sendo este pertencente à gestão da política da assistência. Já  
2961 instalada junto ao departamento de assistência social no centro da cidade, acessível para  
2962 todos os usuários, como sala ampla e bem equipada. A gente até colocou da questão da  
2963 resistência mesmo que as pessoas têm em referente à mudança e tal. **Vice-presidente**  
2964 **Juanita:** Quem mandou o ofício? **Técnica Nilce:** Assistente social do CRAS. **Vice-**  
2965 **presidente Juanita:** Bom. Então vamos retornar as três questões. A questão de Itaobim,  
2966 eu penso que a gente tem que desconsiderar, porque já tomamos a deliberação em cima da  
2967 comissão de apoio. Santa Cruz de Salinas, essa denúncia sobre gastos indevidos de  
2968 recursos públicos, eu concordo. A minha opinião é reiterar a correspondência mesmo ao  
2969 CMAS, e nessa correspondência ao CMAS, com cópia para a prefeitura. E ainda  
2970 cientificando o Ministério Público, é isso? **Conselheiro Volney:** Aí, nós pensamos sabe  
2971 Juanita. Que infelizmente, sabe, quando você pelo menos manda cópia pro Ministério  
2972 Público, as pessoas tremem nas bases. Aí as pessoas resolvem. Entendeu? **Vice-**  
2973 **presidente Juanita:** Pois é? Eu entendi Volney. Como nós mandamos o ofício só uma  
2974 vez. Eu penso assim, vão reiterar o ofício para o município, com cópia para o prefeito.  
2975 Mas nós poderíamos incluir esse município naquela oficina, ne? Copiando a SEDESE  
2976 também, mas não nesse segundo momento, certificando o ministério público. No sentido  
2977 de dar mais uma oportunidade ao conselho com relação a isso. Aí é uma sugestão. Já com  
2978 relação a Igaratinga, é uma situação de gestão. Né? Informar, no meu entendimento, da  
2979 não impossibilidade do Programa Bolsa Família ir para o CRAS. Portanto, não na  
2980 recepção que recepção é um lugar de acolhida e não de fazer cadastro do Programa Bolsa  
2981 Família. Na impossibilidade de ter espaço, é um acordo que tem que ser feito Conselho  
2982 Municipal e órgão gestor. Que esse CEAS não tem competência. Aí a gente manda um  
2983 ofício para o CRAS de Caratinga, com cópia pro conselho municipal de assistência. Pra  
2984 ele entender que é um acordo que tem que ser feito, controle social e gestão. Vocês  
2985 concordam? Não sem informar, isso aí é garantia do mesmo. OK. André. **Conselheiro**  
2986 **André:** Considerando que qualquer desavença na questão de cadastro do Bolsa Família,  
2987 isso vai refletir pro próprio gestor. **Vice-presidente Juanita:** Sim, sim. **Conselheiro**  
2988 **André:** Então assim, independe eu concordo com o que você está dizendo. Mas assim, os  
2989 conselhos têm que ter essa noção, independente destas questões, se é picuinha ou não.  
2990 Porque a gente acaba vendo que é. Os municípios basicamente, a grande maioria vive isso.  
2991 E vive dessa forma. Os conselhos. Então a gente precisava orientá-los nessas oficinas.  
2992 Essa facilidade que é, o papel do conselho. O controle social. Porque um necessita do  
2993 outro. Não adianta a gente querer ensina-los diferente. E eles querer que a gente faça  
2994 diferente pra eles. Um órgão que vigia, fiscaliza e pune. E não deve ser essa a nossa  
2995 intenção. Como conselheiros do CEAS, em relação aos conselhos municipais e nem que o  
2996 órgão gestor tenha essa visão. Porque isso dificulta para o órgão gestor a visão dele, em  
2997 relação ao conselho. **Vice-presidente Juanita:** Pode ser encaminhado assim Volney.  
2998 Pode? **Conselheiro Volney:** Sim. Claro. **Vice-presidente Juanita:** Você anotou  
2999 Consolação? Itaobim exclui. Santa Cruz de Salinas repete o encaminhamento. Reitera. Só  
3000 tira o ministério público. E Igaratinga, é fazer essa informação, comunicar da

3001 possibilidade de ir pro CRAS, não na recepção. Ter um lugar próprio, acolhido,  
3002 confortável pra receber as famílias pra cadastro. Se não houver esse espaço, uma  
3003 negociação entre órgão gestor e CMAS. Ponto. Volney. **Conselheiro Volney:** Item três.  
3004 Ofício 83/2011, do Sindicato dos Psicólogos de Minas, datado de 28/12/2011.  
3005 Encaminhando a situação do CRAS e CREAS de Santa Luzia. Encaminhado ofício ao  
3006 Conselho Municipal de Santa Luzia, pedindo retorno até a plenária. Me parece que eles  
3007 alegaram. Olha só tem quase 60 dias. Alegaram que receberam a carta a semana passada.  
3008 Não é Nilce? Olha só, como que pode um correio daqui a Santa Luzia demorar 60 dias?  
3009 Entendeu? Exatamente. A gente sabe que a situação lá é grave. **Vice-presidente Juanita:**  
3010 Olha só. Essa situação que o conselheiro. A gente brinca. Mas essa situação de Santa  
3011 Luzia, que foi denunciado pelo PSIND. Eu acho que Santa Luzia está aqui do lado. Como  
3012 nós fomos à Nova Lima, como nós fomos à Congonhas, que é mais longe. Santa Luzia a  
3013 gente vai e volta no mesmo dia. Então é identificar, primeiro a gente tem que saber, se o  
3014 sindicato, qual que é a irregularidade da situação do CRAS e CREAS. Tem que ter isso  
3015 claro. É falta de privacidade no atendimento. Não tem profissional habilitado, a gente tem  
3016 que saber direto, qual que é a denúncia. E eu acho que a gente tem que ir lá. Um  
3017 conselheiro e um técnico para apoiar o conselheiro nesta visita. Porque, vamos lembrar  
3018 aqui. CRAS e CREAS é uma entidade pública prestadora de serviço. Se fosse longe, tudo  
3019 Bem, era uma competência que o Conselho fosse. O conselho municipal. Ele não tem  
3020 essa. Já que a gente está tendo dificuldade do retorno. A gente manda um ofício para o  
3021 Conselho, comunicando que em tal data, a gente vai estar lá no município fazendo uma  
3022 visita conjunta, CEAS e Conselho Municipal, pra identificar essa situação de fragilidade  
3023 do CRAS e do CREAS. **Conselheiro Volney:** Pois é Juanita. Você mesmo disse na última  
3024 plenária, quando essa denúncia foi apresentada, que Santa Luzia, está um verdadeiro caos.  
3025 A denúncia nós apenas encaminhamos aqui pro CEAS, ta, porque tem irregularidades  
3026 também com relação ao Ministério Público do Trabalho. Tem situações que não é da  
3027 nossa competência. É competência de regulação de profissão. Que compete ao Conselho  
3028 Regional de Psicologia. Ta. **Vice-presidente Juanita:** Ô Nilce, então você pode ler a  
3029 denúncia. Do Sindicato. Porque se for questão trabalhista. **Conselheiro Volney:** Não  
3030 foram três denúncias distintas. Então a que veio pra aqui. Tanto é que. Faz o favor de ler.  
3031 Nilce. **Técnica Nilce:** É, o ofício na verdade, foi encaminhado ao Sindicato dos  
3032 Psicólogos e foi reencaminhado uma cópia pro CEAS. Este documento tem o objetivo de  
3033 notificar ao Sindicato dos Psicólogos, a situação ocorrida com cinco psicólogos da  
3034 prefeitura municipal de Santa Luzia. Uma das situações culminou em exonerações em  
3035 massa dos profissionais psicólogos dos serviços da política de assistência social. No  
3036 último dia 08 de novembro a secretaria municipal de desenvolvimento social e cidadania  
3037 da prefeitura exonerou vários técnicos após mudança na gestão desta secretaria. Cinco  
3038 profissionais psicólogos, exonerados, trabalhavam na condição de não efetivos, sendo  
3039 quatro lotados no CREAS, na proteção especial de média complexidade. Três  
3040 profissionais trabalhando no PAEF, um no serviço especializado de abordagem social. E  
3041 um lotado na proteção social básica, no serviço de convivência e fortalecimento de  
3042 vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Na data acima citada. Os  
3043 profissionais em referencia foram convocados a comparecerem na sede da secretaria  
3044 municipal e comunicados da dispensa verbalmente, sem nenhum documento  
3045 comprobatório. Os motivos para tais exonerações não foram claramente explicitados para  
3046 os técnicos. E as informações recebidas se limitavam a relatar a existência de uma lista de  
3047 demissões, que segundo eles, deveria ter sido efetivada pela gestão anterior. A gestão  
3048 anterior, secretária, superintendente da política de assistência social e coordenação da  
3049 proteção social especial. Foram demitidos por questões políticas partidárias. Sendo que  
3050 toda a gestão vinha desde 2009, e foi substituída abruptamente, por outra, assumindo,

3051 portanto, a primeira dama da cidade, Que se diz secretária voluntária da secretaria de  
3052 assistência social. Quando questionamos sobre usuários, ou seja, as famílias e os  
3053 indivíduos acompanhados nos serviços pelos psicólogos. Obtivemos como resposta, que  
3054 no dia seguinte não poderiam mais comparecer ao local de trabalho. Ficando assim  
3055 impedidos de realizar as indicações do código de ética, para a prática e o bom exercício da  
3056 atuação do psicólogo. E o que está em conformidade com o acompanhamento ao usuário  
3057 estabelecido pelos documentos do MDS. Com essas exonerações, todos os casos que são  
3058 acompanhados, ficaram sem técnicos de referência para os devidos acompanhamentos  
3059 naquele momento. E os técnicos foram impedidos de se comparecer a sede dos serviços,  
3060 para repassar as especificidades dos casos ao outro profissional que viesse a ser  
3061 contratado. Não podendo deixar de fazer menção, de que a negação aos profissionais de  
3062 realizar os procedimentos em conformidade com o seu código de ética. Bem como a não  
3063 contratação imediata para substituição dos mesmos, se caracteriza uma violação ao direito  
3064 do usuário em acessar e usufruir da política pública de assistência social, nos serviços  
3065 citados. O que caracteriza violência institucional, ou seja, uma negação ou retardo, no  
3066 acesso ou processo de atendimento ao cidadão. Cremos também ser adequado apresentar  
3067 as condições de trabalho no CREAS. Pois entendemos que não são adequadas ao que é  
3068 preconizado no código de ética profissional, que nos diz respeito ao sigilo e  
3069 armazenamento das pastas, que contém os dados dos usuários dos serviços. Registro das  
3070 famílias e indivíduos. Também não são adequadas, de acordo com guia de orientação para  
3071 o Centro de referencia especializado de assistência social e a Política Nacional de  
3072 Assistência – PNAS. Que descreve as condições para a realização do serviço e tais  
3073 condições não são atendidas no CREAS de Santa Luzia. No que diz respeito ao  
3074 arquivamento de pastas, contendo dados dos usuários. Os arquivos são insuficientes e não  
3075 possuem chave. E ficam em local onde circulam várias pessoas que não é do setor. Dessa  
3076 maneira, várias pastas com dados dos usuários, ficam expostas sobre as mesas dos  
3077 técnicos. Ou em pastas boxes. Outra dificuldade é o fato de não haver supervisão técnica,  
3078 nem capacitação pros técnicos. Bem como ainda não estar estruturada a metodologia do  
3079 serviço. A prática de trabalho foi organizada e a partir da sua operacionalização a  
3080 metodologia estava ainda em construção. A prática de trabalho adotada era em dupla,  
3081 formada por um psicólogo e um assistente social, que acompanhavam os casos, por meio  
3082 de visita domiciliar. Atendimento na unidade do serviço e demais intervenções necessárias  
3083 no caso, como por exemplo, articulação e encaminhamento a rede de serviço e as demais  
3084 políticas públicas. Por se tratar de serviço de média complexidade, vários casos  
3085 acompanhados exigiam uma notificação ao Ministério Público e a elaboração de relatórios  
3086 de acompanhamentos nas pastas. E pela maneira como as exonerações ocorreram, os  
3087 técnicos ficaram impossibilitados de fazer tais encaminhamentos. Aqui se faz necessário  
3088 ressaltar, que pelo impedimento já citado aos técnicos, em notificarem ao MP e ao  
3089 Judiciário, alguns casos de famílias acompanhadas. Pensar alguma ação para que não  
3090 sejamos convocados a posteriore, por esses órgãos, a responder por algum caso,  
3091 acompanhados pelos referidos psicólogos. Visto que isso é uma prática adotada em  
3092 passado recente no município de Santa Luzia. Outro ponto, é que de acordo com a NOB  
3093 RH, e com a metodologia de trabalho em dupla de técnicos de áreas diferentes, o CREAS  
3094 de Santa Luzia, já estava com déficit de um psicólogo. Em agosto de 2011, havia sido  
3095 feito um processo seletivo na secretaria, e dessa maneira a política de assistência social no  
3096 município estava se reestruturando. Mas ainda sem o número adequado de profissionais.  
3097 Vale ressaltar a necessidade da realização de um concurso público. O que não foi  
3098 efetivado pela atual gestão municipal. Considerando ainda que, enquanto servidores,  
3099 trabalhadores que viabilizam o acesso do usuário à política de direitos. Ampliando e  
3100 garantindo a cidadania. O protagonismo, autonomia e a participação. Conceitos que

3101 permeavam as práticas desenvolvidas pela gestão anterior da secretaria. E pelos  
3102 psicólogos em referência. Nós perguntamos sobre qual deve ser o nosso posicionamento,  
3103 quando, é o técnico que tem o seu direito violado. Como agir politicamente, para que os  
3104 usuários exerçam seus direitos, se os profissionais não podem exercê-lo. Com relação às  
3105 questões trabalhistas. No decorrer do ano, houve atraso freqüente nos salários, vale-  
3106 transporte, as contratações e exonerações ocorreram verbalmente, sem documento  
3107 comprobatório. As questões, dos contratos por tempo de serviço, estão relacionadas a um  
3108 grande número de servidores. Alguns. Isso aí eu acho que não cabe. Sobre salário. Deixa-  
3109 me ver se tem mais alguma coisa. Após essa reunião em menos de 24 horas, seis  
3110 servidores técnicos lotados no CREAS, na proteção social. **Vice-presidente Juanita:**  
3111 Bom Nilce. Eu acho que já basta. A gente tem duas situações aí. Uma que é que esse  
3112 conselho tem que fazer uma intervenção e outra que não. Que é uma questão trabalhista,  
3113 uma questão de sindicato. Né? Então é informar, ou fazer uma intervenção junto ao  
3114 município, eu continuo dando a sugestão, que eu penso que é ir lá, nesses dois  
3115 equipamentos verificando a questão do funcionamento da oferta do serviço, se não está  
3116 sendo prejudicada, com relação à falta de profissional. Essa questão o CEAS não pode  
3117 entrar, de demissão ou de não demissão. Verificar se tem privacidade no atendimento. O  
3118 local de guarda das pastas, dos protocolos. Né. De atendimento das famílias. Eu acho que  
3119 é importantíssimo o conselho municipal estar junto com o CEAS na visita. Até pra ele  
3120 verificar de que forma que faz uma fiscalização numa entidade. Porque CRAS e CREAS  
3121 ta. Posterior a isso, é responder ao sindicato, o quê que foi feito. Considerando o  
3122 encaminhamento da denúncia pra cá. E informar que as demais ações não é de  
3123 competência desse CEAS. **Não identificado:** A gente. Este chegou na nossa comissão  
3124 ontem, e a gente fez essa observação. E são coisas misturadas, eu não entendi. O texto  
3125 muito longo, eles estavam lá desde quando? A equipe? 2009? E terminou o ano passado.  
3126 E aí eles mesmos fazem a queixa que a coisa está sendo mal feita, mal colocada ... Nada  
3127 mais havendo, encerrou-se a presente ata degravada que após lida e aprovada será  
3128 assinada pelos presentes.